



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

Vilas operárias: Centros de ordem e exclusão na vila operária de Camaragibe - PE (1900-1929)

Marcos Alesandro Neves dos Santos

Orientadora: Prof^a Dra. Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano

**Área de Concentração: História e Cultura Histórica
Linha de Pesquisa: História e Regionalidades**

JOÃO PESSOA - PB

Fevereiro-2017

Vilas operárias: Centros de ordem e exclusão na vila operária de Camaragibe - PE (1900-1929)

Marcos Alesandro Neves dos Santos

Orientadora: Prof.^a Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em História, área de concentração em História e Regionalidades.

JOAO PESSOA – PB

Fevereiro – 2017

S237v Santos, Marcos Alesandro Neves dos.

Vilas operárias: centros de ordem e exclusão na vila operária de Camaragibe – PE (1900-1929) / Marcos Alesandro Neves dos Santos.- João Pessoa, 2017.

115 f. : il.-

Orientadora: Prof^a. Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano.
Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCHLA

1. História – Camaragibe - PE. 2. Vilas Operárias. 3. Operários.
4. Camaragibe - PE. I. Título

UFPB/BC

CDU – 94(813.4)(043)

Vilas operárias: Centros de ordem e exclusão na Vila operária de Camaragibe - Pe. (1900- 1929)

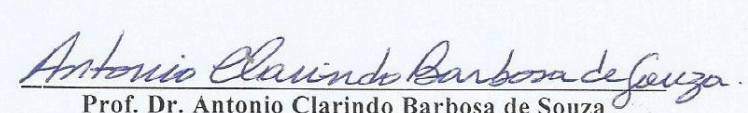
Mestrando: Marcos Alesandro Neves dos Santos

Avaliado em ____ / ____ / 2017, com conceito _____

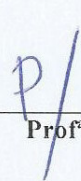
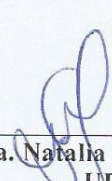
BANCA EXAMINADORA DA QUALIFICAÇÃO



Profª Dra. Seroja Rodrigues Cordeiro Mariano
PPGH-UEPB
(orientadora)



Prof. Dr. Antonio Clarindo Barbosa de Souza
PPGH-UFCG
(examinador externo)



Profª Dra. Natalia Monzón Montebello
UECE
(examinadora externa)

Agradecimentos

Inicialmente gostaria de agradecer Serioja Rodrigues Mariano que além de aceitar o convite para orientação, me deu grande liberdade no momento da pesquisa, tornando o processo de construção desse trabalho algo leve e enriquecedor. Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba e aos seus coordenadores, os professores Elio Flores e Solange Rocha e demais funcionários, em especial a Ana Beatriz Ramos que por diversas vezes resolveu problemas burocráticos com agilidade e presteza que eu não esperava.

Não poderia deixar de agradecer a deus pela oportunidade, aos meus pais Antonio e Marta que sempre acreditaram em mim e me auxiliaram da melhor maneira possível, este trabalho não seria concluído sem ajuda deles, e sem ajuda dos meus irmãos Marcos Antonio (de sangue) e Leonardo Cabral (por escolha). Agradeço aos mestres que passaram pela minha vida, desde o colégio como Laércio Queiroz, passando pela academia com Alberon Lemos e Susan Lewis entre tantos outros que seria arriscado citar mais alguns e esquecer tantos outros. Sentimentos que se estendem aos professores Natalia Monzón e Antonio Clarindo que gentilmente aceitaram o convite para formação da banca, pessoas especiais e que contribuíram muito para a finalização deste processo.

Em diversos momentos fui tomado pela insegurança, o medo de não dar conta do que havia sido combinado, e nesses instantes é que Giovane Albino, Arthur Lira, Luiz Bonifácio, Diego Cerqueira, Raphael Roma, Yan Santos, Dayana Lima e Jéssika Alves apareciam com textos, boas conversas e boas cervejas, pessoas que agradeço de coração. Não poderia deixar de citar o “Cabaré”, que diferentemente dos tradicionais, esse formado apenas por homens. Nos momentos em que a estafa, tomavam conta, Pirraia, Frágil, Peste magra, Gordo, Balu, Ciço, Dy, Pedro e Victão, me fizeram rir e por alguns momentos esquecer os afazeres. Um agradecimento especial a Maysa Bezerra, namorada, amiga, pitaqueira, parceira de copo, companheira nos bons e maus momentos. Sempre levantou minha auto-estima e com seu afeto e amor me mostrou por diversas vezes o caminho a ser trilhado, muito obrigado por tudo meu amor.

Dedico essa dissertação a Douglas Galvão, professor, fotógrafo, amigo, revolucionário e sonhador que inspirou e inspira todos que tiveram o prazer de cruzar o seu caminho. Às vezes me pego pensando que você foi embora para não presenciar tanto coisa ruim que vem acontecendo aqui no Brasil, você idealizou um mundo mais justo, mais leve, plural...cada linha escrita desse trabalho tem sua influência.

Resumo

Este trabalho tem como intuito analisar a vila operária de Camaragibe, situada na região metropolitana do Recife, no início do século XX, mais precisamente de 1900-1929, tendo como foco a tentativa de ordenamento e exclusão sobre o operário. Para isso, foi feita uma releitura da historiografia relacionada ao período, com base em jornais da época e documentos internos da Fábrica de Camaragibe que nos possibilitaram uma melhor compreensão de como se estruturou a formação do “operário ideal”. As vilas, no final do século XIX e início do XX, representavam a moradia ideal, sendo vistas como o oposto à habitação proletária que, no discurso dito oficial, era o foco irradiador de doenças e “maus hábitos”. Uma das formas de afastar o trabalhador industrial desse meio seria através de tentativas de ordenamento. Entre as características da vila operária de Camaragibe, estava o forte apelo católico que se fazia presente nas mais diversas atividades promovidas pelos diretores desde eventos como Natal, passando pelos bancos escolares, quando os filhos dos operários tinham aulas sobre a Bíblia e os valores cristãos. A tentativa de exclusão se dava através da localidade, que em sua grande maioria situava-se distante dos grandes centros urbanos, com intuito de através do isolamento, afastar o operário do convívio com outros trabalhadores e consequentemente de ideias que pudessem incentivar, greves ou levantes que viessem a atrapalhar a produção. Por fim, este trabalho terá o objetivo de analisar como ocorreram as sociabilidades dentro da vila, e em que medida as ações patronais se chocavam com os interesses dos trabalhadores no cotidiano fabril.

Palavras Chave: Vilas Operárias, Operários, Camaragibe-Pe.

Abstract

This work aims to analyze the Camaragibe workers' village, located in the metropolitan region of Recife and established at the beginning of the 20th century, more precisely from 1900 until 1929, focusing on the attempt of ordering and exclusion over a worker's life. To do so, a re-reading of the historiography related to the aforementioned period was performed, based on newspapers of the time and internal documents of the Camaragibe Factory, which enabled a better understanding of how the formation of the "ideal worker" was structured. Workers' villages, in the late 19th and early 20th centuries, represented the ideal housing, being seen as the opposite of the proletarian habitation, which, in the so-called official discourse, was the irradiating focus of disease and "bad habits." The capital of Pernambuco, like so many other state capitals in Brazil, did not have a good physical infrastructure: it was an environment with precarious basic sanitation and a poor lighting system, which resulted in living conditions considered unhealthy. Such a conjuncture represented, for the elite, a risk to the working class, insofar as removing it from the urban milieu and moralizing it was, besides a social measure, a main attempt to control over a class considered to be a potential "dangerous", though indispensable to the gearing of the capitalist system.

Keywords: Working villages, Factory worker, Camaragibe.

Lista de figuras

Imagem I – Mapa da região metropolitana do Recife_____	11
Imagem II – Planta da fábrica de Camaragibe_____	35
Imagem III – Setores da fábrica_____	36
Imagem IV- Início da greve_____	102
Imagem V – Término da greve_____	106

SUMÁRIO

<i>Introdução</i>	9
<i>CAPÍTULO I AS VILAS OPERÁRIAS E SUA IMPLANTAÇÃO NO BRASIL</i>	19
1.1 – As vilas e a Revolução Industrial	19
1.2 – O Surgimento das vilas operárias no Brasil e o caso da vila de Camaragibe	32
1.3 – O Catolicismo na Fábrica de Camaragibe	40
<i>CAPÍTULO II HIGIENISMO E AS AÇÕES DE REMODELAMENTO URBANO (1900-1929)</i>	48
2.1 – Recife e os ideais de modernidade	48
2.2 – Clamores em nome da modernidade	57
2.3 - A vida dos mais pobres/ modernidade nada inclusiva	64
<i>CAPÍTULO III CENTROS DE SOCIABILIDADES NA FÁBRICA DE CAMARAGIBE</i>	77
3.1 O Funcionamento da vila de Camaragibe	77
3.2 Centros de Recreação	83
3.3 A Escola da Fábrica de Camaragibe	87
3.4 A Sociedade de Socorro Mútuo	93
3.5 Discordâncias entre o Propagado e o Vivido	96
<i>CONSIDERAÇÕES FINAIS</i>	107
<i>REFERÊNCIAS</i>	110
<i>BIBLIOGRAFIA</i>	111

Introdução

Este trabalho tem como finalidade a análise da vila operária de Camaragibe no período compreendido entre 1900 e 1929. Durante o percurso, outras vilas irão surgir, tais como a da Macaxeira e a de Paulista, com o intuito de demonstrar que a experiência em Camaragibe não foi um caso isolado e que o binômio: fábrica/vila operária estava pautado em alguns pressupostos que serão explicitados adiante.

Mas por que exatamente este tema? Atualmente, não se tem notícia em Pernambuco, nem em outros lugares do país, de vestígios de vilas operárias funcionando sob a lógica do ordenamento e da exclusão social que foram implantados pelo Brasil no final do século XIX e primeira metade do XX. Pelo contrário, assiste-se, desde a década de sessenta do século passado, um progressivo desmonte das cidades industriais¹ pelos mais diversos motivos, entre eles alguns citados por CORREIA (1997) que aponta problemas financeiros ou a utilização das áreas para outras finalidades. No entanto é importante destacar que as relações entre patrões e empregados juntamente com o modelo de produção, foram sendo alterados ao longo do tempo, fazendo com que a estrutura da vila operária não fosse mais indispensável ao industrial que desejava ter um maior controle sob a produção.² Dessa forma, sentimos a necessidade de “visualizar” o operário das fábricas em meio a discursos patronais e ações governamentais que impunham novos hábitos para as classes pobres da capital pernambucana.

Ao caminhar pela cidade do Recife, é possível assistir a um constante contato entre o passado e o presente, de modo que o primeiro se encontra por meio daqueles que percorreram suas ruas, avenidas e pontes, dos que não tinham onde morar, dos que trabalhavam em fábricas e dos que eram perseguidos pelas forças repressivas. Ao refazer esses caminhos já trilhados, deixamos nossas pegadas pela cidade, semelhantes às que são deixadas na areia da praia. À medida que vamos deixando rastros pelo caminho, vamos reconhecendo tantos outros e, a partir desse reconhecimento, as vilas assumem um papel importante na análise da cidade.

Ruas, bairros e cidades têm suas origens ligadas direta ou indiretamente às vilas operárias. Ao andar por Recife, facilmente poderemos nos deparar com a linha de ônibus “Vila da fábrica”, com algum bairro chamado “Macaxeira” ou “Apipucos” e escolas com

¹ Para compreender de melhor forma como se estruturou o desmonte das vilas operárias pelo Brasil, ver mais: CORREIA (1997)

² Para maiores aprofundamentos nas novas relações de trabalho e de tentativa de controle sob o trabalhador, ver mais: ALVES, Giovanni. O novo (e precário) mundo do trabalho. São Paulo: Editora Boitempo, 2000, e COUTINHO, Maria Chalfin. Identidade e dominação nas organizações. ENANPAD 2000.

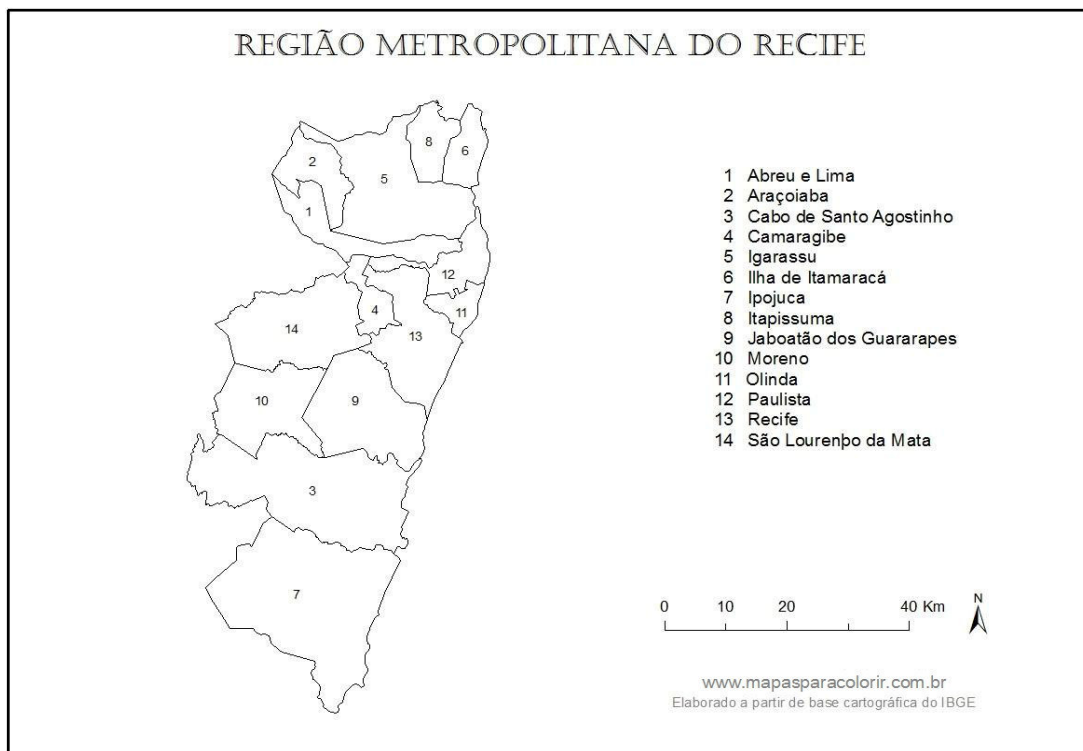
nomes de antigos industriais recifenses como “Coronel Othon Bezerra de Melo”, o qual recentemente também teve seu nome utilizado para batizar um parque da cidade. Aos amantes do esporte jogado nas quatro linhas, uma observação breve na lista de times campeões do futebol pernambucano irá proporcionar mais um contato com as vilas operárias, desta vez representadas pelo time “Torre”³ fundado em 1909, tendo conquistado o título estadual em três ocasiões (1926,1929,1930), o que demonstra sua importância no cenário futebolístico local.

Assim como várias metrópoles brasileiras, Recife tem passado por constantes tentativas de modificação urbana, sendo em sua maior parte, antigos parques ou áreas com reconhecido potencial histórico cedendo lugar a empreendimentos que atendem às demandas de um mercado imobiliário que espalha seus tentáculos, por várias esferas do poder municipal e estadual, a fim de facilitar seus investimentos. Entre os empreendimentos, está a construção de um shopping com finalização prevista para o final de 2017⁴ que consiste na demolição total das edificações internas da fábrica de Camaragibe no intuito de dar espaço ao centro de lojas e suas vagas de estacionamento para cinco mil veículos. Através de acalorados embates com a Prefeitura e as demais instâncias da sociedade civil, foi garantida até o presente momento a manutenção da antiga chaminé e de algumas construções internas da fábrica.

³ Cotonifício da Torre ou Companhia de Fiação e tecidos de Pernambuco teve sua fundação no final do século XIX no ano de 1874, sendo a primeira fábrica têxtil do estado. A fábrica foi responsável pela estruturação do bairro que foi criado em seu entorno. Tão importante, foi citada no anuário estatístico de Pernambuco de 1927 entre as três indústrias de maior produção no estado, estando atrás apenas da CTP (Companhia de Tecidos Paulista) e da Fábrica de Moreno, ver mais em: (CORREIA, 2001), (DOMINGUEZ, 2000).

⁴ Para maiores aprofundamentos sobre os embates envolvendo a construção de um Shopping onde fica a Fábrica de Camaragibe, ver mais: Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/quanto-vale-a-historia-de-uma-cidade-9582.html>. Acesso em: 01/12/2016

Imagem I – Mapa da Região Metropolitana do Recife.



Fonte: <http://www.baixarmapas.com.br/mapa-da-regiao-metropolitana-de-recife-rm>. Acessado: 28/08/2016

De acordo com a imagem acima, que foi posta com o intuito de situar o leitor espacialmente, de onde localizam-se as ruínas da fábrica, é possível visualizar a proximidade de Camaragibe (4) com a capital pernambucana (13), sendo um município que faz parte da região metropolitana do Recife, ficando a pouco mais de quatro quilômetros da Universidade Federal de Pernambuco, ou seja, um local que mesmo emancipado politicamente, se encontra ligado de forma intrínseca à cidade do Recife.

Antes de iniciar o curso de história, se fez presente uma grande curiosidade sobre os nomes que eram dados às ruas, parques e avenidas da cidade. Da mesma forma, incitava-nos descortinar quem havia morado em determinadas casas e bairros. Esses fatores moveram nosso gosto à pesquisa, inclusive na infância, época em que não havia a preocupação com o rigor teórico metodológico de um trabalho, pois a única preocupação seria descobrir quem esteve ali, quem eram aquelas pessoas e como viviam. A inocência de criança aliada a uma dose generosa de curiosidade nos conduziu pelo caminho da história por vários anos, até o ingresso na universidade, onde foi possível enxergar o mundo através das lentes da história.

Sobre o Recife, são possíveis várias formas de abordagem acerca dos mais diversos assuntos, existem historiadores que observam a cidade e conseguem enxergar os rastros da

escravidão⁵, da dominação holandesa⁶ no século XVII, da influência arquitetônica francesa ou até do período ditatorial na década de sessenta do século XX. Esses pontos não são excludentes e possibilitam uma infindável rede de articulações entre as mais diversas temáticas ao caminhar pela cidade. No nosso caso, ao observarmos a cidade, além de todos os pontos citados anteriormente, enxergamos a presença das vilas operárias tanto em espaços, como escolas e monumentos públicos, quanto em pessoas que nasceram dentro de cidades industriais, moraram e relatam suas experiências.

As vilas operárias surgiram na Inglaterra, berço da Revolução Industrial ocorrida no final do século XVIII e início do XIX, o que gerou uma grande explosão demográfica nas cidades acarretando a falta de moradias.⁷ Essa situação de emergência levou a várias iniciativas de construção de habitação operária, obedecendo assim não apenas aos preceitos higienistas⁸, como também a uma maior vigilância sobre os operários. A obra de Bresciani (1990) relata a experiência de Paris e Londres com o aumento populacional do centro, causado pelo trabalho nas fábricas, e a consequente degradação das condições de vida⁹.

Sendo assim, idealizava-se não só uma habitação tida como digna, mas também uma sociedade dita ideal que fosse referência dentro de uma realidade de caos na moradia. Alguns países da Europa viram-se tomados por experiências envolvendo cidades industriais, sendo a grande parte formada por moradias isoladas, pequenos agrupamentos em blocos de quatro ou enfileiradas e sempre próximas às fábricas a fim de manter o operário próximo ao complexo de produção. (VIANNA, 2004)

A capital pernambucana, no início do século XXI, tem passado por diversas mudanças em seu aspecto paisagístico, como a demolição de casarões antigos e a remoção de populações carentes de áreas habitadas há vários anos para dar lugar a empreendimentos

⁵ Para outras visões acerca da história do Recife no que tange a escravidão, ver mais em: CARVALHO, Marcus J. M. de. *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo*. Recife, 1822-1850. 1 ed. Recife: Ed. da UFPE, 2002.

⁶ Para aprofundamentos ligados ao período holandês em Pernambuco, ver mais: MELLO. Evaldo Cabral. *O Negócio do Brasil - Portugal, as Países Baixos e o Nordeste 164/-* Rio de Janeiro; Topflooks. 1998.

⁷ TRAMONTANO, Marcelo C. *Paris-São Paulo-Tokyo: novos modos de vida, novos espaços de morar*. 1998. Tese (doutorado) – FAU-USP, São Paulo, 1998.

⁸ O higienismo tem seu surgimento atrelado ao capitalismo industrial no século XIX na Europa. Com o processo de urbanização das cidades devido à migração populacional, as condições de salubridade passam por um momento de deteriorização que incidia na saúde da população. Dessa forma, o Estado passa a adotar medidas que visem frear as pestes e epidemias que acometiam os centros urbanos como, por exemplo, iluminação das ruas, tratamento de esgoto e a vacinação em massa. Tais medidas irão incidir sob os hábitos das classes populares, em nome do higienismo, a população pobre será afastada dos centros, das praças e dos lugares que serão alvo de investimento das classes políticas. (CORBIN, 1987)

⁹ Para um maior aprofundamento, ver mais: BRESCIANI, M^a. Stella. *Londres e Paris no Século XIX. O Espetáculo da Pobreza. Tudo é História*, São Paulo, Brasiliense, 1990.

imobiliários com a proposta de modernização e uma crescente privatização dos espaços públicos. Tais empreendimentos modificam de forma intensa a vida da população, em especial a das classes populares. No entanto, analisando a história recente da cidade, é possível perceber que em outros momentos o discurso modernizante já fora utilizado com o intuito de promover obras de viés higienista, visando a um ordenamento da população que ocupa esses espaços e, conseqüentemente, uma exclusão daqueles que não se adaptam às demandas do novo ideal de cidade, não atendendo aos anseios de uma especulação imobiliária e uma conseqüente valorização comercial.

Diante dessas questões, é possível sentir as marcas que tais medidas deixaram na cidade do Recife. Vários núcleos populacionais formaram-se em áreas distantes dos centros urbanos e também no entorno das novas construções tidas como modernas. Diversos bairros da cidade são oriundos de fábricas que tinham em seu complexo produtivo vilas operárias que, ao encerrarem suas atividades industriais, deixaram as casas para os antigos funcionários, como por exemplo, podemos observar no caso da Fábrica de Paulista.

O desmonte de Paulista foi acelerado no fim dos anos 60 por conflitos e reivindicações sociais, envolvendo a fábrica e operários, empenhados na apropriação das casas e na conquista de maior autonomia pessoal e política. A passagem da propriedade de grande parte das casas pertencentes à fábrica aos operários foi uma das conseqüências das vitórias trabalhistas dos últimos, após demissões em massa dos operários nos anos 60. (CORREIA, 1997, p.5)

Sendo assim, estudar a vila operária de Camaragibe, bem como as questões que circundam as temáticas de higienismo social, remodelamento urbano e privatização do espaço público, é estar em contato também com o presente da cidade, enxergando como as práticas e discursos das elites se repetem ao longo do tempo.

Como em qualquer pesquisa, inicialmente fomos em busca da produção historiográfica acerca das vilas operárias no Brasil para, em seguida, buscar o recorte que desejávamos que se referisse às vilas situadas na capital Pernambucana. Trabalhos como o de Telma Barros Correia, *Brasil, suas fábricas e vilas operárias* (2006) Edgar Salvadori de Decca, *O Nascimento da Fábrica* (1984) e Luzia Margareth Rago: *Do cabaré ao lar: A utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista. Brasil – 1890/1930* proporcionaram o primeiro contato com as vilas operárias e seu modo de funcionamento que simularam uma minicidade e de forma minuciosa detalharam seu cotidiano, arquitetura e outros aspectos. Dessa forma, o

trabalho se ampara nos pressupostos da história social com base Thompsoniana¹⁰ por uma perspectiva dos debaixo, buscando visualizar o operário nos fatos históricos, o que não impede que lancemos mão de partes da biografia do industrial Carlos Alberto de Menezes, tentando, a partir da mesma, analisar suas relações, que extrapolavam as tradicionais entre patrão/empregado e a implantação de uma fábrica de viés cristão.

Após essa etapa, buscamos informações a respeito da produção historiográfica sobre o tema e foi nesse momento que examinamos melhor em que parte situar o trabalho. Apesar de as fábricas de Recife terem abrigado vários operários e também tido uma relevante pujança produtiva, os trabalhos que versam sobre o assunto são escassos. Na dissertação de mestrado de Gustavo Acioli Lopes (2003), intitulada: *A cruzada modernizante e os infiéis no Recife, 1922-1926. Higienismo, vadiagem, e repressão policial*, embora as vilas não estivessem no prisma de análise do autor, as questões suscitadas em torno da dita modernidade, o higienismo, as ações de remodelamento urbano e a perseguição às classes populares embasaram a implantação dos empreendimentos em Recife, sendo os “infiéis” todos aqueles que não se encaixavam no novo perfil de limpeza e salubridade que se almejava para a região.

Uma das obras que serviram de embasamento foi o *Apostolado dos patrões: Limites e possibilidades de um plano industrial disciplinar-religioso em uma fábrica têxtil.(1891-1908)*, dissertação de mestrado de Lúcio Renato Mota Lima (2012), que abordou a temática da religião dentro do perímetro da fábrica de tecidos de Camaragibe, sendo entre os trabalhos catalogados nas pesquisas acerca do tema, o que aborda de forma mais direta a vila. A questão abordada pelo autor é de muita relevância, uma vez que, como foi dito acima, a religião seria o principal instrumento de moralização do operário.

A fábrica tinha como idealizador o industrial Carlos Alberto de Menezes, que terá sua biografia exposta um pouco mais a frente. No entanto, desde já seria importante destacar a sua relação enquanto homem ligado ao catolicismo, com a encíclica *Rerum Novarum* do Papa

¹⁰ Na construção deste trabalho, utilizo as análises de Edward Palmer Thompson e Michel Foucault. Tal uso causa debates sobre a sua viabilidade, no entanto me amparo em trabalhos de relevância para historiografia nacional que utilizaram os autores, obras que estão citadas e foram importantes para construção desta dissertação. Luzia Margareth Rago em sua obra “Do Cabaré ao lar” e Sidney Chalhoub com “Trabalho, lar e botequim: vida cotidiana e controle social da classe trabalhadora no Rio de Janeiro da Belle Époque” apontam caminhos para uma produção da história vista de baixo. A utilização de Thompson ganha importância ao longo do trabalho no tocante ao fazer-se da classe, e as experiências compartilhadas entre os trabalhadores, o que não inviabiliza uma inserção de Foucault quanto as tentativas de disciplinarização e docilidade dos corpos dos operários.

Leão XIII, que versava sobre o catolicismo social e a importância da melhoria das condições de vida do operariado e o consequente combate às ditas “ideologias vermelhas”.

Os Socialistas, para curar este mal, instigam nos pobres o ódio invejoso contra os que possuem, e pretendem que toda a propriedade de bens particulares deve ser suprimida, que os bens dum indivíduo qualquer devem ser comuns a todos, e que a sua administração deve voltar para - os Municípios ou para o Estado. Mediante esta transladação das propriedades e esta igual repartição das riquezas e das comodidades que elas proporcionam entre os cidadãos, lisonjeiam-se de aplicar um remédio eficaz aos males presentes. Mas semelhante teoria, longe de ser capaz de pôr termo ao conflito, prejudicaria o operário se fosse posta em prática. Pelo contrário, é sumamente injusta, por violar os direitos legítimos dos proprietários, viciar as funções do Estado e tender para a subversão completa do edifício social. (*RERUM*, 1993. p.2)

Por essas questões, demos início a uma caminhada seguindo os indícios deixados em parques, escolas, casas e monumentos da cidade para abordar as vilas operárias sob um viés que sentimos falta na historiografia local. Esse objetivo é o de analisar as vilas operárias como espaços que almejavam a exclusão e o ordenamento do operariado, a fim de que através dessa tentativa de ordenamento fosse obtido o operário mais próximo do dito “ideal”, tornando-o “sadio e ordeiro” para os padrões da elite industrial. No entanto, é uma preocupação deste trabalho demonstrar a forma que o operário lidava com as vontades do patrão e suas tentativas de ordenamento e exclusão no seu cotidiano, que, por vezes, se chocava com seus interesses.

Quanto ao recorte temporal, iniciamos com o ano de 1900 com o intuito de fazer uma análise sobre os primeiros anos da implantação da República e do pensamento moderno que se esboçou desde o final do Império. As primeiras experiências com vilas operárias no Brasil se deram justamente no final do século XIX, tendo Camaragibe, foco do nosso trabalho, iniciado suas atividades em 1894. A escolha por finalizar o recorte no ano de 1929 se justifica pela mudança de panorama político que o Brasil irá passar com a ascensão de Getúlio Vargas¹¹ ao poder e uma maior intervenção do Estado no que diz respeito às iniciativas industriais sobre as vilas operárias.

Dessa forma, o trabalho foi dividido em três capítulos. No primeiro, faremos uma breve retrospectiva acerca da sua origem na Inglaterra com os desdobramentos da Revolução

¹¹ Com ascensão de Getúlio Vargas ao poder e uma tentativa de maior controle do Estado sob as relações entre trabalhadores e patrões, ocorre uma mudança de cenário nas vilas operárias, onde o Estado passa a intervir e incentivar a sua expansão. Na ditadura do Estado Novo, Vargas traz para si o papel de resolução dos problemas entre patrões e empregados, com o intuito de evitar levantes, greves e situações que possam abalar a “ordem”. Ver mais: MELO, Marcus André. O Estado, o boom do século e a crise da habitação: Rio de Janeiro e Recife (1937-1946), in Ana Fernandes e M. Aurélio Gomes (org.), Cidade & História, Universidade Federal da Bahia, Salvador. Ano: 1992.

Industrial e a sua implantação ao Brasil no final do século XIX. Neste capítulo, será abordada também a introdução das vilas no Brasil, dando ênfase ao objeto que é a Fábrica de Camaragibe, sem, no entanto, deixar de citar algumas outras experiências similares que ocorreram no estado de Pernambuco, todas com o mesmo viés de tentativa de ordenamento, característica indispensável para a elite industrial brasileira e o seu intuito de obter a maior produção com o melhor operário possível. Nesse sentido, a obra *Vigiar e punir*, (FOUCAULT, 1987) será de grande importância, uma vez que utilizaremos o conceito de disciplinamento¹² dos corpos na tentativa de docilidade.

Foucault também estará presente no que diz respeito ao *Panoptismo*, conceito que o autor utiliza para analisar a sensação de constante vigilância a que alguns grupos estão sujeitos: detentos em uma prisão, alunos em uma escola e operários em fábricas, lugares que são projetados para facilitar a vigilância e, o mais importante, fazer com que o corpo que está sendo observado naquele momento seja induzido a manter o comportamento desejado. Dessa forma, almeja-se um controle psicológico, seja no trabalhador operário ou no aluno dentro dos muros da escola, no qual os indivíduos estejam em permanente estado de atenção com seus atos, afim de não sofrer represálias por um comportamento tido como inadequado.

Neste trabalho, lançamos mão dos pensamentos de E.P. Thompson com a obra *Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional* (1991). As questões levantadas foram relevantes para abordar a disciplina em favor do ritmo de trabalho desejado e a transição em que a produção “saiu” das mãos do artesão e passou para o capitalista. O autor analisa que a Revolução Industrial não se constituiu por um imperativo tecnológico, sendo necessidade do capitalismo, naquele período, um maior controle sobre a produção, e consequentemente, sobre o operário.

Analizamos que as vilas estão inseridas dentro deste processo, uma vez que proporcionam aos industriais um local onde a disciplina pode ter um efeito mais incisivo, tendo em vista que o operário estará mais próximo do seu local de trabalho, e produzindo sob uma supervisão que almeja ser intermitente. Ainda sob a luz das reflexões de Thompson, é importante destacar a contribuição de Edgar de Decca (1984) citado anteriormente, que aborda pontos importantes como a glorificação do trabalho, que fala da introjeção de um

¹² A disciplina para Foucault são formas sutis de controlar o corpo do sujeito. Ao invés de uma tentativa violenta, que deixava no corpo as marcas do suplício, seria de forma minuciosa que se alcançaria um indivíduo dócil e útil. (FOUCAULT 1987. P. 118)

relógio moral no operário como forma de inseri-lo na lógica de produção capitalista, onde cada segundo deve ser utilizado na produção, e não para dispersão.

A documentação utilizada neste capítulo consta de trechos de jornais da época como *Diário de Pernambuco* e o *Jornal do Commercio*, falando sobre a relevância dos empreendimentos que estavam sendo feitos no Estado e a consequente glorificação desses homens. Utilizamos sobre a fábrica de Camaragibe, atas de reuniões que ocorriam nas vilas e documentos ligados à família de Carlos Alberto de Menezes (fundador da fábrica), demonstrando que a influência cristã está presente em diversos momentos.

No segundo capítulo, mostramos como a implantação das vilas operárias estava atrelada a uma dita modernização pela qual várias cidades do Brasil passaram na transição entre o final do século XIX e o século XX. Sendo assim, medidas de remodelamento urbano foram implantadas na cidade, promovendo mudanças nos hábitos e nas paisagens urbanas. Para servir de amparo a essas mudanças, utilizaram-se preceitos higienistas para estabelecer uma perseguição àqueles que eram tidos como transmissores de mazelas sociais. As transformações urbanas que ocorreram no Brasil estiveram influenciadas de forma significativa pela *Belle Époque*¹³ que trouxe em seu esteio mudanças que não se restringiam apenas ao caráter paisagístico.¹⁴ Os hábitos dos recifenses foram modificados com a chegada dos cafés refinados ao centro, com o passeio pelas praças recém-inauguradas e até mesmo pela chegada do automóvel, que não estava ao alcance financeiro de boa parte da população, mas modificava a vida de todos aqueles que transitavam pela cidade.

Dentro da concepção de cidade moderna que as elites recifenses almejavam trazer para a capital, havia aqueles que não eram bem vindos a participar desta “nova” cidade. Mendigos, prostitutas, os que não possuíam trabalho formal, aqueles que moravam em cortiços ou mocambos, formavam, no entender das elites locais, o grupo das “classes perigosas”, que foi forçado a ocupar lugares longe do centro, um espaço que passou a ser considerado civilizado e moderno da cidade. As teorias higienistas amparadas pela medicina social¹⁵, tão em voga na

¹³ Foi um período de efervescência cultural e pujança econômica em que os avanços tecnológicos proporcionaram um ritmo de vida nunca antes visto em alguns países europeus. Esse período teve seu início do final do século XIX, durando até o início da primeira guerra mundial quando os conflitos puseram fim ao sonho de progresso cultural e científico ininterruptos. (ORTIZ, 1991).

¹⁴ Sobre o pensamento moderno e as mudanças ocorridas em Recife na transição do século XIX para o século XX, no tocante a aspectos paisagísticos e medidas de viés higienista na capital pernambucana, ver mais em: REZENDE, Antônio Paulo – *Desencantos Modernos: histórias da cidade do Recife na década de XX*. Governo do Estado, Secretaria de Cultura – FUNDARPE, Recife, 1997.

¹⁵ Para Foucault a medicina prima pelo controle da saúde e do corpo das classes mais pobres para torná-las mais aptas ao trabalho e menos perigosas às classes mais ricas. (FOUCAULT, 1979)

Europa, embasaram a construção de uma imagem moderna do Recife. Sendo assim, os médicos passariam a procurar nos hábitos e costumes dos cidadãos mais pobres a razão para as epidemias que assolavam os centros urbanos propondo em seguida o tratamento, que ia da vacinação em massa à desodorização do espaço urbano. Para a elaboração deste capítulo, foram utilizadas algumas informações contidas nos jornais da época como *Diário de Pernambuco* e *A Província* que, por diversas vezes, publicavam artigos de médicos renomados na cidade como Amaury de Medeiros e Octávio de Freitas, nos quais ambos alertavam para os perigos de uma vida “desregrada”, assim como os benefícios que uma casa limpa e longe dos vícios (alusão às vilas operárias) poderia trazer.

Por fim, no terceiro e último capítulo, há o intuito de abordar o cotidiano em Camaragibe. As questões ligadas à religiosidade e às opções de lazer juntamente com as demais atividades dentro das vilas, como por exemplo, as festas de dias santos, o funcionamento das escolas, igrejas e mercados, refletiam como o operário, através dos seus costumes, estava alinhado às normas impostas pelo patrão. As documentações sobre o clube musical, sociedade de mútuo socorro, entre outras, fornecerão subsídio para que a dinâmica do funcionamento da fábrica seja analisada. O funcionamento estava atrelado aos preceitos da moralização do trabalhador e o seu ordenamento. As sociedades de recreação, os grupos religiosos, todos eles estavam imbuídos no intuito de alcançar o sonho burguês, um trabalhador que produzisse mais, e melhor, com uma vida análoga a da elite industrial. Neste último trecho do trabalho, analisamos as distorções entre o que era alardeado pelos donos da fábrica e o que era vivido pelos operários. Enquanto os diretores propagavam a fábrica como seio amistoso entre as classes, berço da moral e da salubridade, os documentos internos dão conta de discussões, intrigas e até mesmo o maior medo das elites industriais: a greve.

CAPÍTULO I

AS VILAS OPERÁRIAS E SUA IMPLANTAÇÃO NO BRASIL

1.1 – As vilas e a Revolução Industrial

A Revolução Industrial representa um ponto importante para a compreensão da urbanização das cidades. Seu início ocorreu na Inglaterra durante o século XVIII e culminou com a virada da manufatura para a maquinofatura, sendo introduzidas máquinas no complexo fabril. Com o advento desse novo modelo de produção, duas classes sociais se formaram e transformaram as relações entre si. De um lado, os donos das fábricas, do capital investido nas máquinas, das matérias primas adquiridas e também do resultado dos bens produzidos. Do outro, os operários, os proletários assalariados que vendiam sua força de trabalho para obter seu ganho financeiro.¹⁶

Thompson (2011) afirma que a população se amparou em uma leva de boas colheitas e numa melhora de sua qualidade de vida no início da Revolução Industrial. No entanto, com o avanço da industrialização, a saúde e as condições de vida de forma geral começaram a se deteriorar, tendo como uma de suas principais causas a grande concentração populacional nas cidades, que, como veremos adiante, possibilitou o surgimento de epidemias que se alastravam devido às habitações precárias.¹⁷

A Revolução Industrial alterou as vivências entre aqueles que habitavam a cidade, onde a modernidade se instalou na vida dos habitantes sem que sua companhia fosse solicitada. Vários imigrantes do campo foram buscar na cidade o seu sustento, viviam o contraste entre a vida que levavam na zona rural e a vida na zona urbana, especialmente no que Thompson (2005) chama de “Economia moral da plebe”. Este termo foi utilizado para analisar as rebeliões que ocorreram no seio da classe operária na Inglaterra do século XVIII. O autor utiliza fontes que não eram “bem vistas” pelo marxismo mais tradicional no intuito de pensar sobre as reelaborações que a multidão inglesa fazia com as questões que lhes eram

¹⁶ Para maiores aprofundamentos no tocante a Revolução Industrial, as transformações no modo de produção e a ebulição entre classes sociais, ver mais: HOBBSAWM, Eric J. A era das revoluções: 1789-1848. 25. Ed. SP: Paz e Terra, 2010.

¹⁷ Para um maior aprofundamento sobre as questões ligadas a condição de vida dos trabalhadores no momento da Revolução Industrial, ver mais: ENGELS, Friedrich, 1820-1895 A situação da classe trabalhadora na Inglaterra tradução B. A. Schumann. São Paulo : Boitempo, 2010

impostas de cima para baixo. Tais reelaborações são baseadas em costumes e leis antigas como forma de remodelar o presente, em que o trabalhador, no período do capitalismo pré-industrial, despendia seu esforço o suficiente para atingir o nível de conforto que lhe fosse satisfatório. Thompson afirma que a economia moral da plebe seria “um padrão sofisticado de comportamento coletivo, é uma alternativa coletiva as estratégias individualistas ou familiares de sobrevivência” (THOMPSON, 1998 p. 208). Dessa forma, podemos afirmar que não ocorre necessariamente um enfrentamento que promova rompimentos definitivos em estruturas fixas, mas sim que a economia moral da plebe promove fissuras através das quais a classe vai estabelecendo suas resistências, suas reelaborações.

É importante destacar que a Revolução Industrial não se ateve apenas ao campo econômico, pois as transformações nas formas de produção também refletiram em mudanças tanto na área cultural quanto na social, uma vez que foram promovidas novas formas de o trabalhador vivenciar a sua própria casa e cidade.

Diante de tal situação, parte da burguesia da época propiciou o surgimento de tentativas de habitação operária, idealizando uma habitação limpa e afastada dos centros que se fundasse nas bases do que seria uma sociedade ideal (VIANNA,2004). Com as mudanças impostas, a antiga forma de produção dos artesãos passou a ser tida como incompatível pela grande indústria, e conseqüentemente, trouxe consigo uma proposta de reorganização do trabalho, e, principalmente, do controle dos operários, estando esta última atrelada à glorificação do trabalho.

A dimensão crucial dessa glorificação do trabalho encontrou suporte definitivo no surgimento da fábrica mecanizada, que se tornou a expressão suprema dessa utopia realizada, alimentando, inclusive, as novas ilusões de que a partir dela não há limites para a produtividade humana. (DECCA, 1984, p. 8).

A fábrica surge com o intuito de proporcionar um aumento ilimitado da capacidade produtiva, no entanto não bastava mecanizar a estrutura produtiva, era necessário incutir no trabalhador os preceitos admirados pela elite industrial, era preciso que os trabalhadores tivessem a sua função como algo primordial, que o trabalho fosse glorificado. A necessidade desse novo meio de produção era justificada uma vez que, a antiga forma de produção dos artesãos representava um grave problema na visão dos industriais. Entre eles, o principal seria a produção doméstica da manufatura.

A atenção ao tempo no trabalho depende em grande parte da necessidade de sincronização do trabalho. Mas na medida em que a manufatura continuava a

ser gerida em escala doméstica ou na pequena oficina, sem subdivisão complexa dos processos, o grau de sincronização exigido era pequeno, e a orientação pelas tarefas ainda prevalecia. (THOMPSON, 2005, p. 280.)

Sendo assim, é possível afirmar que o sistema de fábrica¹⁸ não se desenvolveu apenas por conta dos avanços tecnológicos, uma vez que as tecnologias empregadas no âmbito da fábrica constituíam-se em elementos de controle do operariado e da hierarquia no complexo produtivo. No propósito de evitar desvio na produção, os industriais precisavam controlar todo o processo produtivo, desde a matéria prima até o produto acabado, gerando uma organização de produção em que o capitalista se tornasse indispensável.

Com a mecanização da produção, sai das mãos do trabalhador uma parte importante do processo produtivo e passa a migrar tanto para as fábricas, quanto para as mãos do industrial todo o processo de transformação da matéria prima em manufatura promovendo uma perda de autonomia do operariado, que deixa de ditar o ritmo do processo produtivo. O operário estava acostumado ao *putting-out system* (THOMPSON, 1998), sistema em que a tarefa era realizada dentro das pequenas oficinas, tendo como característica a irregularidade do tempo de trabalho. Esse método produziu efeitos problemáticos para os industriais, tais como, o desvio de parte da produção, a falsificação dos produtos e a utilização de matérias-primas de qualidade inferior àquelas fornecidas. Diante disso, os patrões, que antes tinham problemas com o controle do processo, passaram a ter uma presença maior a partir da transferência da produção para os intramuros da fábrica.

Para que o complexo industrial pudesse extrair o máximo dos operários, era necessário que os rígidos processos fossem seguidos. Isso foi proposto por meio do esquadrinhamento das funções e o quadriculamento dos espaços, que impunha a cada operário uma função determinada na escala de produção, de modo que estivessem facilmente localizáveis para uma melhor vigilância (FOUCAULT, 1987). No entanto, a potencialização da produção não caía no esquecimento diante de tal cenário, pois ela esteve no topo das preocupações capitalistas, sendo evidenciada pela diminuição do tempo gasto para confecção de cada bem de consumo e o melhor aproveitamento possível do espaço¹⁹.

¹⁸ A melhor maneira que o industrial encontrou de colocar em prática os seus planos de um maior controle sobre a produção foi através do confinamento do operário. O sistema de fábrica brota de uma questão de organização da forma de trabalho do que um imperativo tecnológico, tendo como saldo uma maior investida disciplinar sob a vida do operário. (DECCA, Edgar De. O nascimento das fábricas. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.)

¹⁹ A fábrica era planejada para ser a oposição a pequena oficina do artesão. Se na concepção das elites industriais o ritmo de trabalho nas oficinas era “quebrado” constantemente, gerando assim uma produção mais lenta e custosa pelo extravio de materiais, a fábrica seria o lugar onde o tempo seria um bem precioso que não deveria

Foucault (1979) especifica a questão do quadriculamento como sendo o espaço que deve ser ocupado por cada indivíduo, onde cada um, além de saber o seu lugar, deve ter conhecimento acerca da função que exerce naquele espaço - no caso, uma fábrica –, definindo assim a sua concepção de dominação. O quadriculamento do espaço é de suma importância para uma tentativa de dominação mais efetiva, uma vez que quanto maior a divisão do espaço, menor a probabilidade de os indivíduos se aglomerarem de forma dita perigosa, dificultando o seu desaparecimento ou atitudes que não estejam de acordo com o código de conduta.

Dessa forma, para Foucault (1987), a disciplina multiplica a força no sentido econômico no momento em que tenta diminuir as resistências que o indivíduo possa oferecer, ou seja, é um dispositivo que auxilia o capital no momento em que tenta “quebrar” determinadas oposições para um melhor desempenho produtivo. Dessa forma, o corpo, para ser “útil” ao capital, precisa ser submisso. Tal sujeição deve ser alcançada evitando-se a violência física, sendo organizada de forma que passe despercebida, sem uso de armas ou do terror, tão comum em épocas anteriores.

O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento das suas habilidades, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto mais útil é. Forma-se então, uma política de coerções que consiste num trabalho sobre o corpo, numa manipulação calculada dos seus elementos, dos seus gestos, dos seus comportamentos. O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, os chamados "corpos dóceis". A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças. Ela dissocia o poder do corpo e faz dele, por um lado, uma "aptidão", uma "capacidade" que ela procura aumentar; e inverte, por outro lado, a energia, a potência que poderia resultar disso e faz dela uma relação de sujeição estrita (FOUCAULT, 1987, p.119).

A supremacia do industrial sobre a classe operária não se dava apenas nos planos citados acima. Um aspecto fundamental e que marcava uma das diferenças mais importantes entre o regime artesanal e o sistema de fábrica dizia respeito ao processo de alienação. No sistema de fábrica, o industrial era o único que podia acompanhar em sua totalidade o complexo produtivo, desde a aquisição da matéria prima até o bem de consumo pronto para a venda. Tal divisão fez com que os operários fossem submetidos a uma divisão de trabalho na qual cada um deles seria responsável por uma ínfima parte da produção, limitando-se a passar

ser desperdiçado e que cada espaço deveria estar a serviço do capital, da produção, ideias que estão em consonância com os preceitos atrelados a alienação do trabalho de Karl Marx, que Decca toma por empréstimo em suas análises. (DECCA, 1984, p. 41)

várias horas em uma mesma máquina, perdendo assim a “noção” do produto final. Com essa repartição de tarefas, o conhecimento acumulado pelos operários tornava-se descartável para os industriais e o conhecimento técnico que era utilizado no período das pequenas oficinas pouco representava no novo modelo de fábrica.²⁰

Na fábrica, seria importantíssimo assegurar o ritmo de trabalho frequente com o mínimo possível de dispersão, estando sob responsabilidade do dono da fábrica aplicar as punições em caso de posturas desviantes. Portanto, os operários estão ao menos em tese, em permanentemente estado de vigilância, que ocorre por todas as etapas do complexo produtivo. Dessa forma, a vigilância passa a fazer parte desse processo no intuito de evitar o extravio de matéria prima e um dos principais medos do capitalista industrial: a perda de tempo.

É expressamente proibido durante o trabalho divertir os companheiros com gestos ou de outra maneira, fazer qualquer brincadeira, comer, dormir, contar histórias e comédias; [e mesmo durante a interrupção para a refeição], não será permitido contar histórias, aventuras ou outras conversações que distraiam os operários de seu trabalho; é expressamente proibido a qualquer operário, e sob qualquer pretexto que seja introduzir vinho na fábrica e beber nas oficinas (FOUCAULT, 1987, p. 129).

Não apenas nas vilas operárias, temática central deste trabalho, mas em outros espaços como escolas, prisões e hospitais, ou espaços que almejam um controle sobre o corpo dos indivíduos, foi possível verificar um espaço de vigilância focado na visibilidade geral e ininterrupta. Quando Foucault afirma que o poder panóptico é umas das expressões da modernidade, afirma isso baseado nas mudanças propostas: no lugar dos muros enormes, um lugar construído que possibilite a visualização de todo corpo produtivo, seja numa fábrica ou de todos os alunos em uma sala de aula.

Bentham²¹, no século XVIII, idealizou uma construção com formato de anel, dividida em celas, tendo no meio dessa construção, uma torre com duas grandes janelas que se abriam de forma oposta, permitindo que a luz penetrasse no ambiente a ser vigiado. Nesta torre, deveria estar um indivíduo que seria responsável pela vigilância do local e por “criar” a atmosfera de vigilância que almejava ser ininterrupta. Foucault (1987) utiliza o conceito de

²⁰ Thompson analisa essa passagem das pequenas oficinas dos artesãos para as fábricas fechadas com seus muros e seu relógio marcando o tempo de trabalho, e induzindo o trabalhador a menor dispersão possível. Como o próprio autor analisa, a roda do tempo girava mais lentamente. (THOMPSON, 1998, p. 280)

²¹ Citado por Foucault em Vigiar e Punir, Jeremy Bentham é responsável por um modelo de prisão onde os vigiados não conseguiriam perceber de onde vinha os olhares responsáveis pela manutenção do encarceramento. O intuito é que com o passar do tempo a vigilância esteja enraizada em cada indivíduo a tal ponto que cada um estará auto vigiando e coibindo qualquer desvio de conduta. Foucault em sua obra já citada analisará o panóptico em outros espaços como: escolas, hospitais e nas fábricas.

panoptismo para analisar a vigilância que é exercida nas escolas sobre os alunos, nos hospitais sobre os doentes e nas fábricas sobre os operários. Para o autor, o panoptismo constrói uma propensão de ordem muito elevada, dificultando as rebeliões nos presídios e diminuindo o tempo ocioso ou o mau comportamento dentro das fábricas.

Permite ao poder disciplinar ser absolutamente indiscreto, pois está em toda parte e sempre alerta, pois em princípio não deixa nenhuma parte às escuras e controla continuamente os mesmos que estão encarregados de controlar; e absolutamente “discreto”, pois funciona permanentemente e em grande parte em silêncio. (FOUCAULT, 1987, p. 117)

Diante disso, pode-se afirmar que ter um maior controle sobre a classe operária com o intuito de aumentar a produção e, consequentemente, maximizar os lucros, esteve nos planos da burguesia desde a Revolução Industrial. No entanto, outros fatores endossaram ainda mais essa ânsia já existente. Brescianni (1990) tece uma análise sobre as cidades de Paris e Londres, explanando sobre seus processos de urbanização após a Revolução Industrial. Por mais que as análises sejam feitas sobre duas capitais europeias, é possível traçar um paralelo com a situação que ocorria na capital pernambucana, pois esses centros apresentavam, assim como outras cidades que viviam uma mudança na forma de produção, uma conturbação urbana oriunda das migrações populacionais pela maior oferta de vagas de emprego nas fábricas. Tal fenômeno migratório proporcionou um adensamento populacional que deteriorou ainda mais as condições de vida da classe operária que estava exposta a condições de moradia tidas como insalubres e precárias condições de trabalho. Assim como nos mostra a tabela citada abaixo no trabalho de Maria das Neves Medeiros Melo²².

²² MELO. Maria das Neves Medeiros de. Migração de retorno: distribuição espacial e dinâmica econômica no Estado de Pernambuco. Recife: UFPE. 2014.

Quadro 1 – Ocorrência cronológica das secas documentadas no Nordeste
(até o século XIX)

Década	Séc. XVI	Séc. XVII	Séc.XVIII	Séc.XIX
0	-	1603 e 1608	1707	1804,1808 e 1809
10	-	1614	1710 e 1711	1814
20	-		1721/27	1824, 1825 e 1829
30	-		1730,1736 e 1737	
40	-	1650	1744/47	1844 e 1845
50	-	1652	1751 e 1754	
60	-		1760 e 1766	
70	-		1771,1772,1777 e 1778	1870,1877/78/79
80	1583 e 1587		1783 e 1784	1888 e 1889
Total	2	5	27	15

Fonte: SEPLAN/PR, 1994.

Em sua obra *O Nascimento da Fábrica*, Decca (1984) corrobora com Thompson quanto à questão da Revolução Industrial como imperativo disciplinador e não tecnológico. Para isso, cita um estudo de David Dickson que atesta sua visão de que a Revolução Industrial não foi meramente movida por avanços tecnológicos e sim com o objetivo de impedir o desvio de parte da produção por parte do operário, sendo preciso controlar todas as etapas da fabricação. Cabe lembrar que, nas antigas oficinas, os artesãos tinham o controle sobre o processo produtivo e seu ritmo de trabalho, diferente das atividades fabris, que por estarem dentro da indústria, proporcionavam ao patrão um maior controle sobre o que era produzido.

Os operários perderam o controle sobre sua própria rotina de trabalho, principalmente sobre seu próprio tempo, que não era mais regulado pelo ritmo das tarefas, mas pelo relógio da fábrica e pelo badalar dos sinos que avisavam a hora de cada atividade. Os atos de acordar, chegar ao trabalho, comer e ir para casa estavam fiscalizados, na medida em que, por exemplo, despertar cedo não representava apenas uma maior produtividade do operário na fábrica, mas fazia parte do plano moralizante que incidia sobre a sua vida. Thompson analisa que na Inglaterra houve, em determinado momento, um grande aumento na compra de relógios por parte da classe operária, o que pode apontar para uma necessidade da classe operária em situar-se nessa “nova lógica” do ritmo do trabalho.

Havia muitos relógios no país na década de 1790: a ênfase estava mudando do “luxo” para a “conveniência”; até os colonos podiam ter relógios de madeira que custavam menos de vinte xelins. Na verdade (como seria de esperar), ocorria uma difusão geral de relógios portáteis e não portáteis no

exato momento em que a Revolução Industrial requeria maior sincronização do trabalho.[...] Sempre que um grupo de trabalhadores entrava numa fase de melhoria do padrão de vida, a aquisição de relógios era uma das primeiras mudanças notadas pelos observadores. (THOMPSON, 2005, 279)

É importante destacar que nas oficinas dos artesãos era comum que a execução das tarefas não fosse contínua, fazendo com que as horas trabalhadas não tivessem uma longa sequência, o que para o industrial representava uma perda de dinheiro e tempo. As outras duas motivações para efetivação do sistema de fábrica dizem respeito ao controle da inovação tecnológica, para que toda a novidade fosse capitalizada atendendo ao complexo de produção, e não ao “mundo” do operário. E, por último, a fábrica, por conta de seu modo operacional, tornava imprescindível a figura do capitalista, uma vez que todo sistema de produção gira em torno da fábrica construída por ele.

Em outras palavras, a produção histórica de uma classe de proprietários dos meios de produção, ao mesmo tempo que uma outra classe se constitui como assalariada e despossuída, decorre de um confronto que, no final, faz aparecer para os sujeitos sociais a imagem de que existe a imperiosidade da figura do capitalista, como elemento indispensável para o próprio processo de trabalho. (DECCA, 1984, p. 30)

Sendo assim, no sistema de fábrica, o operário, outrora artesão, perde o controle sobre o processo e produção, além de passar por um percurso de alienação do trabalho²³, uma vez que não participa de todas as etapas da construção do bem a ser consumido. Se outrora ele participava do desenvolvimento do artefato desde o contato inicial com a matéria prima até o produto final, agora ele apenas exerce uma função determinada dentre as várias etapas que separam esses dois pontos na escala produtiva. Com clara inspiração Thompsoniana, Decca (1984) aborda a forma como os operários reagiram às mudanças impetradas pelo sistema de fábrica e de que maneira a burguesia procurou universalizar seus preceitos, bem como as tentativas de incutir-lhes a lógica do relógio moral.

Thompson (2011) analisa a questão inglesa, mas é possível fazermos uma análise do caso pernambucano quanto à questão da valorização do tempo não apenas dentro das fábricas, mas a partir dos efeitos da revolução industrial de forma abrangente, refletindo sobre como esse movimento modificou a percepção da passagem das horas para os operários. O modelo de produção das pequenas oficinas – onde os artesãos com seus recursos adquiriam a matéria-prima através de mercadores – foi substituído pela manufatura, na qual o tear manual foi “aposentado”, para dar lugar ao tear a vapor. Thompson nos mostra progressivamente que o

²³ Sobre o processo de alienação do trabalhador, ver mais: MÉSZÁROS, István. A Teoria da Alienação em Marx. São Paulo: Boitempo, 2006

ritmo de trabalho da fábrica passou a ser o “marcador de tempo” do operariado, em que o tempo livre e as horas trabalhadas estariam condicionados às etapas de produção dos bens manufaturados.

O século XVIII testemunhou uma mudança qualitativa nas relações de trabalho, mas sua natureza fica obscurecida se a consideramos apenas em termos de um aumento na escala e no volume da manufatura e do comércio. Isso ocorreu, sem dúvida. Todavia, ocorreu de tal maneira que uma proporção substancial da força de trabalho se tornou mais livre da disciplina do trabalho diário, mais livre para escolher entre empregadores e entre trabalho e lazer, ficando todo o seu modo de vida menos marcado por uma posição dependente do que tinha sido até então ou do que viria a ser nas primeiras décadas da disciplina da fábrica e do relógio (THOMPSON, 2005, p. 42).

Thompson (2005) afirma que era comum o envolvimento das crianças nos ofícios do pai dentro da pequena oficina. As de menor idade iniciavam as atividades que não fossem extenuantes para o seu físico. Realidade contrastante a daquelas empregadas no sistema de fábrica, em que além das condições impróprias para indivíduos de qualquer faixa etária (alta temperatura, exposição a gases tóxicos), eram concludamadas a colocar máquinas em funcionamento, além de outras atribuições que não condiziam com sua idade.

No entanto, é importante frisar que não estamos elogiando tais condições às quais eram submetidas as crianças que estavam fora da fábrica. As meninas já eram encarregadas desde os primeiros anos do auxílio na limpeza (Thompson, 2005), o processo de colheita dos alimentos, tendo como diferença o fato de não estarem expostas nem ao jugo do industrial, nem dos vigilantes da fábrica, uma vez que suas atividades ocorriam no seio familiar.

Ainda nesse cenário, Thompson debate o fazer-se da classe operária inglesa, apresentando rastros que nos proporcionam a visualização de como a concepção da passagem do tempo foi responsável por tensões entre a classe operária e a sociedade capitalista. Para ele, os reflexos da Revolução Francesa preocuparam as camadas mais abastadas da Inglaterra, tendo em vista as posturas hostis que poderiam brotar do seio das classes populares.

Nos anos 1790, ocorreu algo como uma "Revolução Inglesa", de profunda importância para moldar a consciência do operariado [...]. É verdade que o impulso revolucionário foi reprimido nos seus primórdios [...]. O pânico contra-revolucionário das classes dirigentes se expressava em todas as facetas da vida social: nas atitudes frente ao sindicalismo, à educação do povo em suas maneiras e diversões, às suas publicações e sociedades, e aos seus direitos políticos (THOMPSON, 1987, p. 195).

Thompson ao analisar o fazer-se da classe operária na Inglaterra, nos mostra que esse processo não se formou em um só movimento, mas constituiu-se gradualmente em um modo, literalmente um fazer-se. Dessa forma, no prefácio de sua obra: *A formação da classe operária inglesa: A árvore da liberdade* o autor define o que seria classe.

Não vejo a classe como estrutura, nem mesmo como uma categoria, mas como algo que ocorre efetivamente e cuja ocorrência pode ser demonstrada nas relações nas relações humanas (...) a noção de classe traz consigo a noção de relação histórica (...) A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses diferem (e geralmente se opõem dos seus). (THOMPSON, 1987, p.9-10).

No trecho citado acima, podemos afirmar que, para Thompson, a classe operária da Inglaterra ganha corpo com as ações humanas e as condições sociais propiciadas pelo meio em que vivem. Sendo assim, a classe seria definida pela sua formação sociocultural que só é possível ao longo de um processo histórico em que as experiências compartilhadas dos operários estejam inseridas.

O conceito de *experiência* cunhado pelo autor analisa as ações dos indivíduos no exercício contínuo do processo histórico. Alinhada aos preceitos da história social, a experiência é visualizada nas ações de seres “de carne e osso” e não por um contexto histórico em que há predominância de estruturas ou histórias sem sujeitos. Para Thompson as experiências do cotidiano, compartilhadas por indivíduos, contribuem para o seu “fazer-se”, ou seja, são fundamentais para a consciência de classe. Assumindo esse discurso, podemos afirmar que a classe não diz respeito a uma questão meramente econômica, e sim às ações que os indivíduos têm em comum dentro do mesmo contexto social. Para Thompson, os operários não eram meramente receptores de vivências de outras classes ou grupos, pois, dispensavam qualquer tipo de guia ou orientador que viesse a conduzir seus passos possuindo suas próprias vivências e histórias, tornando-se, portanto, sujeitos protagonistas das próprias narrativas.

A experiência de classe é determinada em grande medida, pelas relações de produção em que nasceram (...). “A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais” (THOMPSON: 1987 p.10).

O fazer-se é construído através das experiências dos indivíduos, concepção trazida por Thompson que vem a promover uma ruptura com os conceitos mais ortodoxos do marxismo no que tange à noção de classe, que seria a posição do operário dentro da estrutura econômica. Esse modelo é combatido pelo autor uma vez que não enxerga os trabalhadores fabris como

vítimas dos industriais. Tal movimento não inocenta os donos dos meios de produção, ao contrário, dá visibilidade na atuação dos trabalhadores durante o processo histórico. “Estou tentando resgatar o pobre tecelão de malhas, o meeiro luddita, o tecelão do obsoleto tear manual, o artesão utópico (...). Suas aspirações eram válidas nos termos de sua própria experiência” (THOMPSON, 1987, p.13).

Thompson afirma que havia uma demarcação menor entre a vida do indivíduo e as horas trabalhadas, uma vez que a vida “se misturava” ao labor, sendo evidenciada pelo fato de costumeiramente não planejarem o ofício do dia seguinte.

Mantínhamos um velho criado, cujo nome era Wright, trabalhando todos os dias, embora fosse pago por semana, mas ele fazia rodas por ofício. Certa manhã aconteceu que, tendo uma carroça quebrada na escada, o velho foi chamado para consertá-la no lugar em que o veículo se encontrava: enquanto ele estava ocupado fazendo seu trabalho, passou um camponês que o conhecia, e o saudou com o cumprimento de costume: Bom dia, velho Wright, que Deus o ajude a terminar logo o seu trabalho. O velho levantou os olhos para ele e, com uma grosseria divertida, respondeu: Pouco me importa se ele ajuda ou não, trabalho por dia. (THOMPSON, 2005, p, 267.)

A passagem acima demonstra que, em certo momento, a preocupação do trabalhador com o tempo era secundária, não havia um relógio que estivesse conduzindo suas tarefas e as suas atividades não estavam determinadas pelo passar das horas. Observa-se que Wright estava vinculado todos os dias a um trabalho que o remunerava semanalmente, porém tinha como tarefa fabricar rodas nas “horas vagas”, algo impensável dentro do sistema de fábrica, uma vez que o operário estava sujeito à sedentarização que era promovida pelo sistema de fábrica.

Dessa forma, as autoridades passaram a se preocupar, cada vez mais, com os espaços de convivência dos operários, ou seja, locais como feiras livres, bares e associações que poderiam representar ambientes de ociosidade, como ponto de encontro para ideias consideradas subversivas. O principal aspecto de preocupação para as elites era o tempo livre que os operários tinham. As horas de lazer e os intervalos entre as horas trabalhadas eram encaradas como potencialmente “perigosas” para a ordem pública. Os momentos de “não trabalho” poderiam proporcionar fatos que “prejudicavam” os trabalhadores.

[...] sabemos que as seções nem sempre se encontravam aos domingos em casas particulares: muitas seções, nos bairros mais pobres, eram expulsas de taberna para taberna. E o relato de W. H. Reid sobre as reuniões do clube no final dos anos 1790 – com “canções onde o clero era tema constante de insultos, cachimbos e tabaco, as mesas forradas com publicações de 1, 2, 3 penies” – parece tão plausível (THOMPSON, 1987, p. 171).

Thompson analisa que o relógio é o símbolo dos novos tempos, o símbolo da nova fase do capitalismo.

O que estamos examinando [...] não são apenas mudanças na técnica de manufatura que exigem maior sincronização de trabalho e maior exatidão nas rotinas de tempo [...], mas essas mudanças como são experienciadas na sociedade capitalista industrial nascente. Estamos preocupados simultaneamente com a percepção do tempo em seu condicionamento tecnológico e com a medição do tempo como meio de exploração da mão-de-obra (THOMPSON, 2005, p. 289).

Dessa forma, o componente moralizador do sistema de fábrica ultrapassou os limites do ambiente de trabalho, uma vez que fora das fábricas, os operários se organizavam em forma de sindicato contra as precárias condições de trabalho e as altas jornadas. Diante dessa situação, a classe patronal passou a exercer um maior controle, não apenas no que diz respeito ao complexo de produção, mas também referente à vida do trabalhador fabril para além dos muros da fábrica.

A partir do momento em que a capitalização pôs nas mãos da classe popular uma riqueza investida em matérias-primas, máquinas e instrumentos, foi absolutamente necessário proteger esta riqueza. Já que a sociedade industrial exige que a riqueza esteja diretamente não nas mãos não daqueles que a possuem, mas daqueles que permitem a extração do lucro fazendo-a trabalhar, como proteger esta riqueza? Evidente por uma moral rigorosa; daí esta formidável ofensiva de moralização que incidiu sobre a população do século XIX. Veja as formidáveis campanhas de cristianização junto aos operários que tiveram lugar nesta época. Foi absolutamente necessário constituir o povo como um *sujeito moral*, portanto separando-o da delinquência, portanto separando nitidamente o grupo de delinquentes, mostrando-os perigosos não apenas para os ricos, mas também para os pobres, mostrando-os carregados de todos os vícios e responsáveis pelos maiores perigos (FOUCAULT, 1979, p. 133.).

Na citação acima, o autor aborda o momento do capitalismo industrial onde a burguesia investe seu capital em maquinários que são colocados nas “mãos” do operário, isso faz com que haja a necessidade de uma “garantia” de que não haverá depredação das máquinas nem levantes que possam atentar contra a estrutura montada. Dessa forma, Foucault afirma que o cristianismo tem um apelo forte junto à classe operária, uma vez que tende a fortalecer os laços de moralidade favorecendo um afastamento da dita delinquência. Diante do exposto, uma vez que nas páginas seguintes as experiências das vilas serão relatadas, se faz necessária uma definição do que viriam a ser as vilas operárias. Dessa forma, as análises de Telma Barros Correia (1997) são de grande valia. Telma afirma que as vilas operárias são grupos de casas geralmente acompanhados por escola, igreja, clube social, entre outros

ambientes de socialização, que estão inseridos dentro de cidades ou subúrbios criados por indústrias ou pelo Estado. As vilas são caracterizadas, inicialmente, por não estarem inseridas no núcleo urbano, o que favorece não apenas a expansão da fábrica em termos geográficos, mas também a autonomia da gestão do lugar, influenciando diretamente no cotidiano dos trabalhadores que ali exercem suas funções.

O termo “vila operária”, a princípio usado no Brasil para nomear um grupo de moradias destinadas a operários de um mesmo empreendimento fabril, logo seria estendido para designar grupos de casas modestas semelhantes, produzidas por outros agentes. Sob a denominação “vila operária”, eram reunidas no país, até os anos de 1930, as experiências mais diversas: conjuntos construídos por empresas imobiliárias para aluguel ou venda a proletários urbanos; por empresas ferroviárias; por industriais; por empresas mineradoras e usinas para seus operários, administradores e técnicos. (CORREIA, 1997, p.12)

Existem outras nomenclaturas possíveis para abordar as vilas operárias, os termos “cidade companhia” e “cidade operária” segundo Correia, aplicam-se em casos nos quais a atividade abriga mais de quatro mil pessoas e oferece em grande medida uma autonomia política e individual aos seus moradores. A diferenciação no vernáculo demonstra que não existiu apenas um modelo de moradia operária no Brasil, podendo o lugar assumir, ao longo do tempo, diferentes características que possibilitariam mudar sua denominação. É importante destacar a diferenciação no que tange à nomenclatura, uma vez que os impactos das mudanças do mundo industrial refletem não apenas na moradia dos trabalhadores fabris, mas sim no modo de funcionamento das vilas e todas as suas instalações.

Estudar a história desses núcleos populacionais no Brasil permite compreender melhor a maneira como se deu a vida dos operários dentro dessas vilas bem como as investidas patronais no sentido de propor um ordenamento a partir de várias normas de condutas que deveriam ser seguidas. Além de espaços que se propunham ao ordenamento, as vilas configuravam-se como espaços que almejavam a exclusão, uma vez que dificultavam o seu contato com o mundo externo.

As construções de vilas operárias pelo Brasil acompanharam o processo de desenvolvimento industrial no país, com especial destaque para o ramo têxtil, o qual será o ponto no qual centraremos as nossas análises. Trabalhos interessantes têm sido elaborados no campo da arquitetura relatando as experiências nas vilas operárias, como os de Telma Barros, citados anteriormente. Durante a última metade do século XIX e início do XX, a província de Pernambuco concedeu isenções de impostos, financiamento para construção de moradias para proletários e uma política de proteção à indústria nacional, demonstrando assim a aliança que

havia entre Estado e a iniciativa privada no projeto de moralização dos trabalhadores fabris através das moradias operárias.

Sobre o caráter moralizador das fábricas brasileiras, a historiadora Margareth Rago (1987) analisa, no início do século XX, o projeto de uma “fábrica higiênica” e, por vezes, cristã, como veremos mais adiante, em oposição a uma fábrica onde as condições de vida estavam em constante estado de deterioração. Tal idealização no formato da indústria soava como uma oposição ao caótico cenário das fábricas escuras, mal ventiladas, que expeliam gases poluentes e maltratavam a saúde do operário. O projeto da fábrica higiênica tinha o intuito de delimitar o raio até onde era possível ir em termos de organização de classe, formação de sindicatos e autonomia nas decisões. Em síntese, podemos afirmar que a vila operária tentaria impedir, ou pelo menos dificultar, a possibilidade de a classe ter sua formação, o seu fazer-se.

A concepção do meio ambiente como agente formador dos hábitos e costumes proporcionou a disciplinarização da classe trabalhadora fabril. A disciplina, para Foucault (1987), prega um controle abrangente e minucioso do corpo, objetivando um retorno em forma de submissão. O autor analisa que o processo de urbanização experienciado pelas grandes cidades europeias, durante o século XVIII e início do XIX, caminharam lado a lado com o aperfeiçoamento do dispositivo disciplinar, uma vez que, com o processo de urbanização e o consequente aumento da população, a disciplina foi importante na tentativa de controle das classes tidas como perigosas e no sentido de maximizar os lucros do complexo produtivo.

A insubordinação representava um risco para as elites, que reconheciam na classe operária uma engrenagem fundamental para que a produção não fosse interrompida, uma vez que a classe operária, no entender das elites, estava exposta às doenças contagiosas e vícios oriundos das “péssimas condições de habitação”, a produção também estaria sob risco. Era importante retirar o proletário desse meio tido como caótico e inculcar-lhe os valores cultuados pela burguesia, como a ordem e a salubridade. Esse panorama de caos urbano aliado às tentativas de maximização da produção e um maior controle sobre o operário propiciou o surgimento das vilas operárias.

1.2 – O Surgimento das vilas operárias no Brasil e o caso da vila de Camaragibe

No Brasil, as vilas operárias tiveram seu surgimento no final do século XIX, tendo se espalhado de forma significativa até a primeira metade do século XX. Neste trabalho, sobre a Vila de Camaragibe no período de 1900-29, iremos centrar nossas análises nas casas erguidas por empresas, que se configuravam como núcleos habitacionais para operários de forma isolada da malha urbana, construindo assim uma minicidade.

Construídas por empresários, donos das fábricas ou por companhias construtoras de habitação, em geral, tinham o perfil de uma pequena residência com dois quartos, e situavam-se em localidades mais afastadas do perímetro urbano (VIANNA, 2004). A construção por parte do próprio industrial, na maior parte das vezes, estava atrelada à necessidade de edificação em regiões rurais ou afastadas do centro da cidade. Tal condição dava-se tanto por conta da proximidade com as fontes de energia e de matéria prima, como também por uma estratégia disciplinar com base na sedentarização do trabalhador fabril, por este se encontrar em uma região mais isolada.

Assim como outras capitais, Recife passava por um período de transição, não apenas temporal na passagem do século XIX para o século XX, mas também da forma de governo, saindo de um período imperial para o modelo republicano.²⁴ Esses fatores contribuíram para um suposto pensamento moderno que tomou conta do país nas primeiras décadas do século XX. Recife convivia com problemas similares a outras metrópoles do país, tais como a falta de estrutura urbana, no que tange principalmente ao saneamento e habitação adequada, que ganharam ares catastróficos com as migrações urbanas advindas do interior do estado devido à fuga da seca e busca de um alento nas indústrias da capital.

A CIPER, Companhia Industrial Pernambucana, foi criada no final do século XIX, mais especificamente no ano de 1891, tendo seu corpo diretivo formado por empresários ricos da capital pernambucana. Carlos Alberto de Menezes foi convidado por Adolfo Pereira Cunha e Antonio Machado, os dois sócios majoritários da companhia, para ser o gerente geral do novo empreendimento da companhia, a Usina João Alfredo, situada na zona da mata do estado (LIMA, 2012). No entanto, a proposta para assumir a gerência da usina foi recusada, tendo em vista a preocupação de Carlos Alberto com a saúde da sua família ao mudar-se para uma área pantanosa.

Estava à usina localizada em uma zona palustre, e Carlos Alberto que havia sofrido de empaludismo, contraído no estado do RJ, temia com razão a funesta endemia para si e sua família. Acrescia as dificuldades que antevia

²⁴ Sob a transição entre o final do século XIX no Recife no que diz respeito a questões urbanas e sociais, ver mais: ARRAIS, Raimundo. O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX. São Paulo: HUMANITAS/ FFLCH/USP, 2004.

para a educação de sua já numerosa família num lugar tão afastado. E, finalmente, tinha CAM outros planos. Desde muito sonhava ele com uma organização operária cristã, e a Usina Goiana não lhe permitia realizá-la integralmente, pois com o seu movimento os operários só tinham ocupação uma época do ano, a moagem. Durante o restante do ano ficavam dispersos. (COLLIER, 1996, p. 57)

Porém, sugeriu que fosse fundada uma fábrica têxtil em Camaragibe, proposta que foi prontamente aceita devido ao momento favorável da indústria têxtil nacional, sendo confiado a Carlos Alberto coordenar a instauração do que viria a ser a Fábrica de Camaragibe. Pierre Collier, genro de Carlos Alberto de Menezes e braço direito no processo de instalação da Fábrica de Camaragibe, relata que estava informado sobre os passos que o ramo estaria seguindo no país, o que relaciona com o tipo de produto que seria trabalhado.

Mentalidade de pioneiro percebia que uma das indústrias que estavam em melhores condições para serem desenvolvidas em Pernambuco era: precisamente a indústria têxtil do algodão, pois o NE brasileiro situava-se, entre as áreas mundiais mais importantes de produção dessa fibra[...] Projetamos a fábrica para 400 teares, adicionando-lhes, porém, uma seção completa de tinturaria, branqueamento e preparação de tecidos. Tivemos com isto a ideia de habilitar nossa fábrica a libertar-se da produção exclusiva de tecidos crus uma vez que estamos convencidos de que, dentro de alguns anos, a produção de tais tecidos será superabundante no país. (COLLIER, 1996, p.57)

Dessa forma, foi dado início ao processo de construção da fábrica de tecidos de Camaragibe, seguindo os mais rígidos padrões de higiene e salubridade (LIMA, 2012). Além disso, era grande a preocupação com a feição arquitetônica que a fábrica e a vila teriam ao fim do processo de construção. O intuito seria prover ao operário a ordem e os bons costumes, preceitos burgueses indispensáveis ao ideal proletário.

Como já tivemos ocasião de dizer, estamos convencidos de que o nosso projeto foi feito com todo o cuidado e competência. Com efeito, a todas as questões mais importantes nos parece ter dado uma atenção correspondente. As de higiene, dando ao edifício grande número de aberturas, não só para garantir a salubridade do pessoal, como se poder exigir dele o máximo de trabalho, em um clima que enlamece e abate quando se trabalha dentro de paredes fechadas.²⁵

A preocupação permanente com as condições de higiene, como combate à degradação moral e física dos operários que habitavam o centro do Recife, é observada em várias reuniões dos acionistas, sendo tão abundante quanto mais se adentrava na documentação.

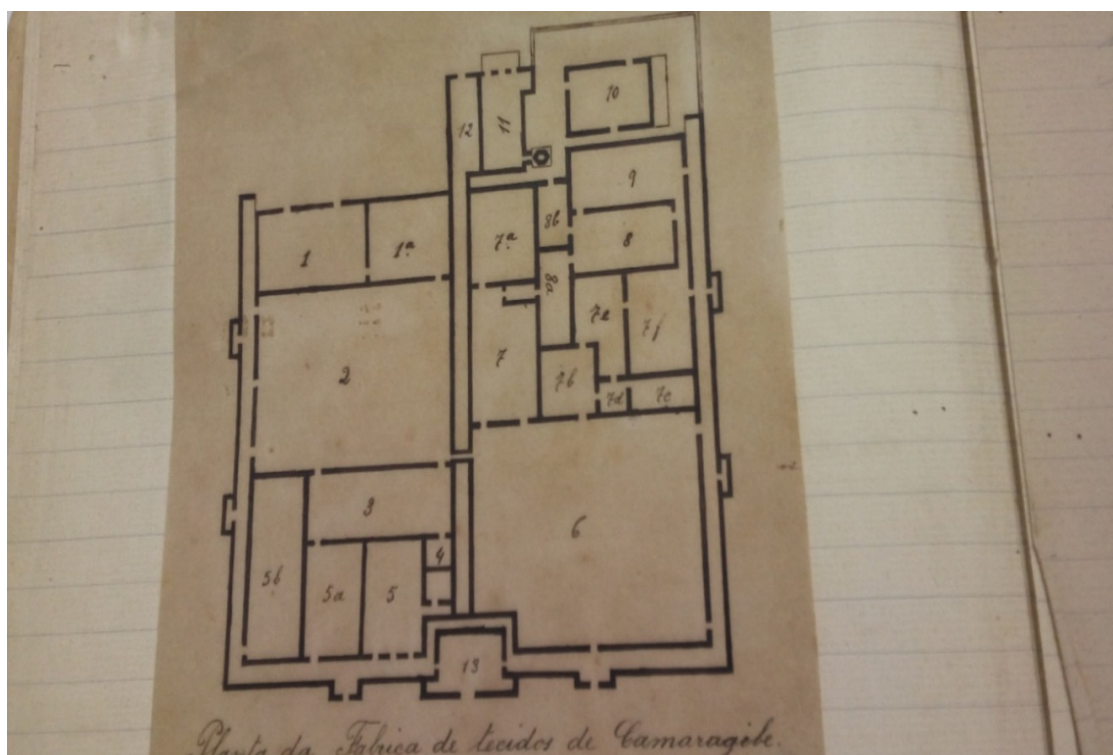
Assim estamos preparando para os operários habitações cômodas, higiênicas e confortáveis: isoladas, com terreno bastante que lhes permita o gozo de todas as vantagens que não podem oferecer casas apertadas umas as outras,

²⁵ Companhia Industrial Pernambucana – 1º Relatório. p. 11. Apud: LIMA, 2012.

nesse estilo tão conhecido dos *cortiços*, que são verdadeiros sepulcros de gente viva.²⁶

Se atendo ao trecho citado acima, é importante fazer menção à perseguição que era feita às moradias operárias como os mocambos situados em zona ribeirinha ou os cortiços, sendo estes últimos antigos prédios do século XVIII desprovidos de condições mínimas de saúde e higiene e que, no entender das elites, seriam responsáveis pela degradação física e moral. Essa temática será abordada posteriormente.

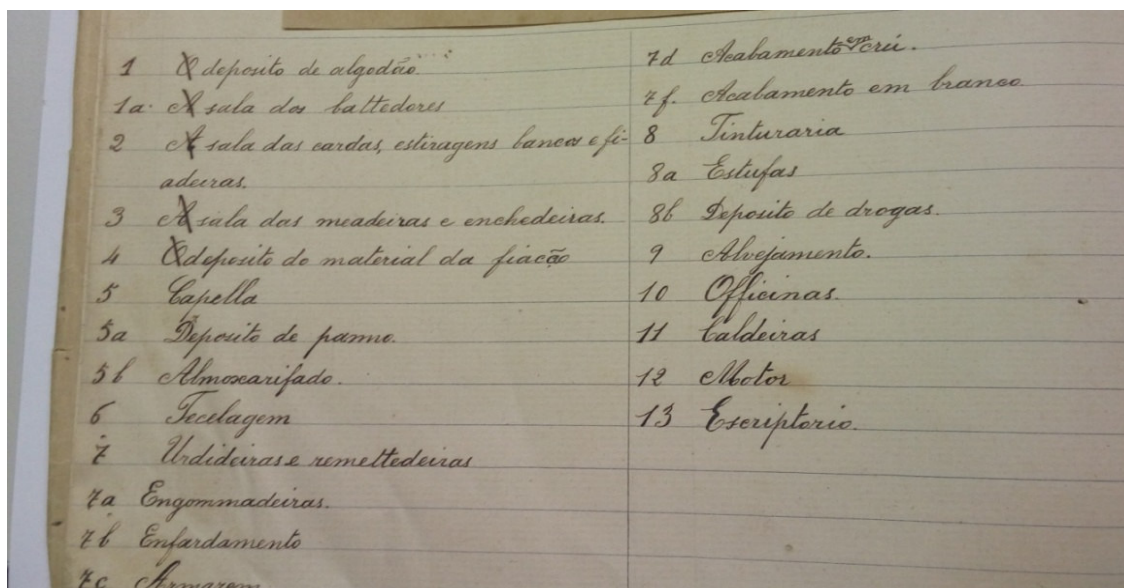
Imagem II - Planta da Fábrica de Camaragibe



Fonte: Relatório da CIPER. P. 22. Ano: 1899

Imagem III – Setores da vila.

²⁶ Companhia Industrial Pernambucana – 1º Relatório. p. 41. Apud: LIMA. 2012



Fonte: Fonte: Relatório da CIPER. P. 23. Ano: 1899

Para uma melhor visualização dos setores da vila descritos nos documentos acima, segue o quadro abaixo:

Quadro com os setores da fábrica.

1 – O depósito de algodão	7 f – Acabamento em branco
1 a – Sala de batedores	8 – Tinturaria
2 – Salas das cordas, estiragens, bancas e fiadeiras	8 a – Estufas
3 – Sala das meadeiras e enchedeiras	8 b – Depósito de drogas
4 – Depósito do material de fiação	9 – Alveijamento
5 – Capella	10 – Oficinas
5 a – Depósito de pano	11 – Caldeiras
5 b – Almoxarifado	12 – Motor
6 – Tecelagem	13 – Escritório
7 – Urdideiras e remetedeiras	
7 a – Engomadeiras	
7 b – Enfardamento	
7 c – Armazém	
7 d – Acabamento em cru	

Na primeira imagem, podemos visualizar a planta da fábrica de Camaragibe e os seus compartimentos enumerados de um a treze, com as secções de depósito de algodão, tecelagem, engomadeiras, caldeiras e os demais setores que fazem parte do complexo fabril e administrativo das fábricas em geral. No entanto, é importante destacar o compartimento cinco, destinado à capela, que apesar de não fazer parte do complexo produtivo – como as oficinas e as caldeiras – está incluso no plano moral que norteia os rumos da fábrica desde a sua fundação.

Outro ponto que chama bastante atenção diz respeito ao item 7c, em que consta um armazém na vila de Camaragibe. Itens como esse denotam que a fábrica não seria convencional, pois o armazém que ali estava atendia exclusivamente aos operários do cotonifício que residiam naquele perímetro. As dificuldades impostas pela direção da fábrica para locomoção do operário faziam com que o operário tivesse pouquíssima circulação, tendo seu cotidiano bastante restrito entre os afazeres e os aparelhos dispostos na própria vila. Tais características reforçavam o papel das vilas como espaços que almejavam o ordenamento e a exclusão através das rígidas práticas impostas pelos diretores e a retirada do convívio social com o restante da capital, formando assim um aspecto de minicidade.

Sobre a organização operária: As corporações operárias de Camaragibe e Goyanna, continuam a prosperar, mantendo com toda regularidade os serviços destinados a assegurar o operariado o tratamento, o auxílio e o conforto durante a enfermidade, a instrução e a educação moral aos seus filhos, a paz e a tranquilidade que resultam do espírito de união e concórdia e do aperfeiçoamento moral entre os homens que, não tem se deixado absorver pela materialidade do trabalho, sabem dar a devida atenção ao lado moral e espiritual da vida, quer como operários, quer como chefes de família.²⁷

A fábrica de Camaragibe foi planejada por sua diretoria, tendo como os principais agentes Carlos Alberto de Menezes e Pierre Collier, que juntos traçaram um plano centrado em dois pontos que nortearam as decisões da fábrica. Como toda indústria alinhada às questões capitalistas, a fábrica visava ao lucro que seria obtido através do trabalho dos operários. No entanto, a diferença em relação às fábricas que não adotavam esse modelo (fábrica com vila operária) era o perfil moralizador que se almejava de um operário moralmente adepto aos preceitos cristãos e obediente ao patrão, possibilitando uma maximização nos lucros através da exploração máxima de sua produtividade no trabalho.

O perfil catequizador que foi implantado na fábrica estava presente em vários documentos internos, entre eles um relatório da Corporação operária em que dizia: “Queremos proporcionar-lhes o alimento moral da religião, esse alimento tão poderoso de moralidade, de

²⁷ Relatório da Companhia Industrial Pernambucana. Ano: 1906. Assembleia geral dos acionistas. p. 3.

ordem, de economia, de dedicação e de verdadeira felicidade para os homens”²⁸

Pela experiência já bem longa que temos da vida nesse tipo de associação, podemos dar testemunho do grande bem que ellas tem feito aos nossos operários que trabalham com dedicação e confiança, elevam-se dia dia em moralidade e instrucção, sentem-se amparados em todas as emergências da vida pela solidariedade amiga de seus companheiros e gozam da grande tranquilidade de poder educar seus filhos sob suas vistas em um meio moralizado e são.²⁹

Carlos Alberto de Menezes era um homem de fortes convicções religiosas, tendo sido amplamente influenciado pela encíclica *Rerum Novarum* do Papa Leão XII, tendo inclusive discursado no Primeiro Congresso Católico Brasileiro sediado na Bahia no ano de 1901. Carlos Alberto acreditava que através da melhoria das condições de vida dos trabalhadores fabris, buscava minimizar o conflito de classes, base para as ideologias vermelhas como eram nomeadas o socialismo, comunismo e até mesmo o anarquismo, que, no entender das elites industriais, vinha “seduzindo” operários em diversas partes do mundo. Dessa forma, além do plano moral que já fazia parte da gênese das vilas operárias, a Fábrica de Camaragibe apresentava um forte apelo religioso que estava em consonância com um projeto de moralização do operário, tornando-o mais dócil e ordeiro.

A ausência absoluta do sentimento do respeito de si e da sua dignidade de homem; a aniquilação da ideia de família, que o escravo não podia formar; o consequente desapego dos filhos que, como entre os animais, só lhes pertenciam enquanto não podiam dispensar os cuidados maternos, se estes mesmos não lhe eram roubados para fazer de suas mães amas de leite; a maior animalidade estabelecida em suas relações sexuais; a mulher considerando sua virgindade em pequeno valor, a negociar com o primeiro pretendente, se os olhos do senhor não a tinha marcado com a estigma de sua preferência; a ignorância arvorada em condição de existência; a ausência de sentimento religioso que não fosse uma grosseria e supersticiosa devoção; nenhuma ideia de conforto, nenhuma aspiração moral. (COLLIER, 1996. p. 76)

Em relatórios da Companhia Industrial Pernambucana que fazem parte do acervo CEHIBRA, localizado na Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), fica explícita a preocupação dos diretores com as condições de vida dos operários e uma pesada carga moral de cunho religioso que era imposta aos que habitassem as vilas. É importante destacar que tal preocupação estava atrelada ao debate higienista da época, ponto que será aprofundado no decorrer do trabalho.

²⁸ Companhia Industrial Pernambucana, 1º Relatório. P. 41 Apud: LIMA. 2012.

²⁹ Relatório da companhia industrial pernambucana. Ano: 1906. Assembleia geral dos acionistas. P.3

Carlos Alberto de Menezes foi quem elaborou o projeto de cristianização da fábrica de Camaragibe. Menezes nasceu no Rio de Janeiro, filho de um engenheiro e de uma dona de casa. Na infância, estudou no Colégio Pedro II, onde em 1872, se formou com a titulação de bacharel em Letras.³⁰ No período dos estudos, Carlos não havia desfrutado da companhia de professores que o estimulassem às questões sociais. Tal influência se deu por um grupo cristão conhecido como Vicentinos que foi fundado na Universidade de Sorbonne, na França, tendo como figura principal Frederic Ozanam, seguindo o lema “Vamos aos pobres” e tendo em suas práticas o assistencialismo (LIMA, 2012).

As matérias que eram lecionadas na politécnica não permitiam nenhuma aproximação mais íntima entre mestres e alunos, nenhum debate em torno daquelas questões essenciais que marcam os rumos da vida humana. De passagem, algum professor, talvez, procurasse proselitismo. A fermentação intelectual criadora, processava-se, a margem deles e mesmo contra eles. Apenas uma matéria, sentimos humanos, a cadeira de economia política. O professor de economia política, que, logo de partida combatia o socialismo taxando-o de puro utopismo, orientava o seu curso no sentido do naturalismo individualista e liberal. (COLLIER, 1996, p. 27)

É importante destacar que as vilas operárias empreendidas pela iniciativa particular, ou seja, por empresas que se instalavam em determinada localidade, contavam com anuência do Estado seja através da isenção de impostos ou com apoio público em forma de elogios às iniciativas. O plano de moralização não estava apenas no âmbito industrial, pois era interesse do Estado um cidadão “ordeiro”, “sadio” e que não estivesse envolvido em querelas pelo novo centro da cidade.

Registramos com grande satisfação a honrosa visita que o exm Sr Dr Affson Penna, presidente da república, dignou-se a fazer à fábrica de Camaragibe. Desejando conhecer a nossa organização social, e as instituições que por iniciativa do nosso saudoso amigo, o Dr Carlos Allberto de Menezes, foram creadas e mantidas pela corporação operaria com o auxilio e o concurso constante da companhia, em beneficio dos operários e das suas famílias.[...] Conversou com os directores da corporação operaria, colheu informações, recebeu todos os estatutos, regulamentos e relatórios das diversas associações e mostrou-se satisfeito com o que pode observar na rápida visita que nos fez. Deixando a todos, a grata impressão que patrões e operários, mereceram de seu espírito culto, de seu coração de patriota, aplausos sinceros e palavras de animação, pelos esforços que tem empregado, e que fortalecido pelo espírito cristão, esperam poder empregar sempre para

³⁰ Detalhes da biografia de Carlos Alberto de Menezes, seus anos iniciais no colégio e questões ligadas a sua família, ver mais em: (COLLIER. 1996).

melhorar o bem estar e a situação intelectual e moral das classes operarias.
³¹

O trecho acima extraído do 16º relatório da CIPER relata a visita do presidente da República Afonso Penna às instalações da Fábrica de Camaragibe, o que denota um apoio não apenas às iniciativas industriais no início do século XX, como um apoio à estrutura que norteia as vilas operárias no Brasil. As vilas são implantadas no Brasil através de um acordo entre as elites política e econômica, visto que o plano de moralização da classe trabalhadora, o aumento dos lucros e a modernização das cidades eram pontos do interesse de ambos os grupos.

1.3 – O Catolicismo na Fábrica de Camaragibe

Projetamos para assegurar ao nosso pessoal todas as vantagens, como escolas para seus filhos, instituições econômicas, beneficentes e cooperativas. Queremos proporcionar-lhes o alimento moral da religião, esse alimento tão poderoso de moralidade, de ordem, de economia, de dedicação e de verdadeira felicidade para os homens. (COLLIER, 1996, p. 63)

O trecho acima mostra a influência que o catolicismo exerceu na principal obra do industrial. É dessa maneira que Carlos Alberto de Menezes idealizava a vila de Camaragibe. Como homem influente do catolicismo, no final do século XIX e início do XX, em Pernambuco, participou da construção de um dos mais importantes símbolos do catolicismo no estado, o monumento em homenagem à Virgem do Morro da Conceição.³² No entanto, não se pode creditar somente à espiritualidade de Carlos Menezes a sua vontade de impor na Fábrica de Camaragibe uma organização cristã do trabalho, já que foi influenciado pelo grupo dos vicentinos e contribuiu para uma aproximação do papel social que esse coletivo creditava aos patrões. Esse posicionamento da Igreja Católica viria a ser oficial na instituição com o advento da encíclica papal *Rerum Novarum*.

E em verdade, antes que tudo, manda a justiça e a gratidão que declaremos que a eles nós devemos tudo quanto temos feito; que eles têm sido nossos

³¹ 15º Relatório da CIPER, p.20. Ano: 1906

³² LIMA, Lúcio Renato Mota. O Apostolado dos Patrões: limites e possibilidades de um plano industrial disciplinar-religioso em uma fábrica têxtil (Camaragibe, 1891-1908). Ano: 2012

pais na acepção mais rigorosa da palavra, porque não nos têm ajudado só, nos têm dirigido, nos têm guiado e continuam a nos dirigir com o maior desvelo e amor.³³

A Igreja Católica tentava preservar as tradições, tendo ela, enquanto instituição, um grande poder de influenciar decisões. Dessa maneira, em algumas passagens, ele faz críticas ferrenhas ao acelerado processo de mudança que estava em curso e ganhava ritmo com o amadurecimento das relações capitalistas.

Efectivamente, os progressos incessantes da indústria, os novos caminhos em que entraram as artes, a alteração das relações entre os operários e os patrões, a influência da riqueza nas mãos dum pequeno número ao lado da indigência da multidão, a opinião enfim mais avantajada que os operários formam de si mesmos e a sua união mais compacta, tudo isto, sem falar da corrupção dos costumes, deu em resultado final um temível conflito. (*RERUM*, 1993. p.1).

A Europa, no final do século XIX, foi palco de uma intensa disputa entre patrões e empregados devido à reação de grande parte da classe trabalhadora industrial no que tange à exploração, precárias condições de trabalho e moradia a que eram sujeitados. As mobilizações se davam através de greves gerais, barricadas e associativismos, este último sendo um dos grandes receios da classe industrial, visto que o socialismo e o anarquismo eram as principais correntes ideológicas presente nesse tipo de resistência.³⁴

Carlos Alberto, diante das “ameaças” do socialismo e do anarquismo, expõe o seu receio quanto ao possível levante da classe operária.

Eis porem, que o operário oprimido reage. Organiza-se não mais, porém, nas suas antigas corporações e sim nos sindicatos: órgãos surgidos para a luta áspera e inexorável. O mau exemplo de combate ao cristianismo moralizador, o materialismo teórico e prático das classes dirigentes, começa a produzir seus frutos no seio do próprio povo.³⁵

No entanto, para a Igreja Católica, não estava em jogo “apenas” uma massa de explorados, pois o processo de mudanças que se sucederam ao longo do século XVIII e XIX – como a revolução francesa e a revolução industrial – provocou fissuras na outrora rígida estrutura de poder da mesma. Para o Papa Leão XIII, por mais complicado que fosse estabelecer um consenso nas tensas relações entre patrões e empregados, havia uma necessidade urgente de prestar auxílio à classe operária que em sua imensa maioria vivia em estado de miséria. Porém, para não soar como propaganda gratuita das causas socialistas que

³³ Corporação Operária de Camaragibe, 1º Relatório 1901.

³⁴ Para um maior aprofundamento nas questões ligadas as correntes que influenciavam os operários no período entre o final do século XIX e início do XX, ver mais: (ENGELS. 2010).

³⁵ Acervo pessoal. P.8. Ano: 1904

tinham no capitalismo a expressão de todos os problemas, a encíclica *Rerum Novarum* não se posicionou contrária à propriedade privada nem aos lucros do modelo capitalista.

Os Socialistas, para curar este mal, instigam nos pobres o ódio invejoso contra os que possuem, e pretendem que toda a propriedade de bens particulares deve ser suprimida, que os bens dum indivíduo qualquer devem ser comuns a todos, e que a sua administração deve voltar para - os Municípios ou para o Estado. Mediante esta transladação das propriedades e esta igual repartição das riquezas e das comodidades que elas proporcionam entre os cidadãos, lisonjeiam-se de aplicar um remédio eficaz aos males presentes. Mas semelhante teoria, longe de ser capaz de pôr termo ao conflito, prejudicaria o operário se fosse posta em prática. Pelo contrário, é sumamente injusta, por violar os direitos legítimos dos proprietários, viciar as funções do Estado e tender para a subversão completa do edifício social. (*RERUM*, 1993, p.2)

A Igreja se portava como opositora das ideias socialistas, e favorável à noção de propriedade privada.

A propriedade particular e pessoal é, para o homem, de direito natural. Há, efectivamente, sob este ponto de vista, uma grandíssima diferença entre o homem e os animais destituídos de razão.[...] O que em nós se avanta, o que nos faz homens, nos distingue essencialmente do animal, é a razão ou a inteligência, e em virtude desta prerrogativa deve reconhecer-se ao homem não só a faculdade geral de usar das coisas exteriores, mas ainda o direito estável e perpétuo de as possuir, tanto as que se consomem pelo uso, como as que permanecem depois de nos terem servido. (*RERUM*, 1993 p.3)

O documento assinado por Leão XIII indicava que uma das alternativas para que as relações entre patrões e empregados fossem mais amistosas seria a formação de corporações operárias. Tais associações tinham o perfil de reunir todas as organizações que cuidassem dos interesses da classe, com o intuito de evitar divergências ideológicas seguindo as bases pregadas pelo Cristianismo, fato que ocorreu na Fábrica de Camaragibe.

A *Rerum Novarum* foi a mola propulsora da Ação Social Católica³⁶ no Brasil e em diversos países proporcionando uma aliança entre a Igreja e a elite brasileira com o objetivo de disciplinar esta sociedade (LIMA, 2012), em especial as classes populares, no que diz respeito às suas crenças, sua moradia, seu trabalho e demais instâncias. Com o advento da República e a separação entre Estado e Igreja, era do interesse da segunda instituição restaurar e reestabelecer as relações com a elite do país, apresentando-se para a mesma como uma entidade importante para resolver uma questão crucial do novo modelo político brasileiro, sendo esta a construção de uma identidade brasileira e republicana.

³⁶ A ação social católica foi um movimento que surgiu dentro da igreja que teve na imagem de Pio XI a alternativa de atender as demandas da época sem perder boa parte dos seus fiéis. (RIBEIRO, 2003)

Foucault (1978), em um curso dado no Collège de France lançado no Brasil em 2008 como *Segurança, território e população*, faz uma análise interessante do que viria a ser o poder pastoral. Antes de expandir um pouco esse pensamento, é importante ressaltar que o autor não analisou especificamente o caso das vilas operárias, no entanto é possível apontar similaridades entre as questões propostas por Foucault e as ações que ocorriam em Camaragibe.

Para o Cristianismo, o poder pastoral possuía o “alimento moral” na religião e se baseava no princípio de que alguns indivíduos deveriam servir aos demais como pastores, como condutores de um rebanho “perdido”, sendo responsáveis por sua proteção e segurança, tanto física quanto espiritual. É importante destacar que Foucault, ao analisar o poder pastoral, se remeteu diversas vezes a sociedades antigas, como por exemplo, a egípcia e a assíria. No entanto, a lógica do poder pastoral se fez presente nas vilas operárias que possuíam um viés cristão, como a fábrica de Camaragibe. O dito pastor, no caso o dono da fábrica, se intitula dessa maneira como um ato de devoção à fé cristã e amor ao próximo.

O poder do pastor é um poder que não se exerce sobre um território, é um poder que, por definição, se exerce sobre um rebanho, mais precisamente sobre o rebanho em seu deslocamento, no movimento que o faz ir de um ponto a outro. O poder do pastor se exerce essencialmente sobre uma multiplicidade em movimento (...) sendo o poder pastoral, a meu ver, inteiramente definido por seu bem-fazer, ele não tem outra razão de ser senão fazer o bem. É que, de fato, o objetivo essencial para o poder pastoral, é a salvação do rebanho (...) a salvação são, antes de mais nada e essencialmente, os meios de subsistência (...) o poder pastoral é um poder individualizante. Quer dizer, é verdade que o pastor dirige todo o rebanho, mas ele só pode dirigi-lo bem na medida em que não haja uma só ovelha que lhe possa escapar. (FOUCAULT, 2008, p.168- 172)

É importante destacar que Foucault, ao falar do poder pastoral, afirma que tal elemento fazia parte da cultura judaico-cristã. A lógica pastoral tem como intuito prover uma qualidade de vida adequada aos que estão sob a sua “proteção”, não devendo visar ao benefício próprio, e sim, ao bem-estar geral.

o pastorado cristão inova absolutamente ao implantar uma estrutura, uma técnica, ao mesmo tempo de poder, de investigação, de exame de si e dos outros, pela qual certa verdade, verdade secreta, verdade da interioridade, verdade da alma oculta, vai ser o elemento pelo qual se exercerá o poder do pastor, pelo qual se exercerá a obediência, será assegurada a relação de obediência, e através do que passará justamente a economia dos méritos e deméritos, da obediência absoluta, da produção das verdades ocultas, é isso que, a meu ver, constitui o essencial, a originalidade e a especificidade do cristianismo, não a salvação, não a lei, não a verdade (FOUCAULT, 2008, p. 242).

De acordo com as fontes – principalmente as do Congresso Católico Brasileiro que teve sua primeira edição sediada na capital Pernambucana e os relatórios dos acionistas da fábrica – é possível afirmar que Carlos Alberto de Menezes no seu conceito de fábrica cristã – amplamente influenciado pelas questões que norteiam o catolicismo social, que tem seu ápice na encíclica *Rerum Novarum* – adota uma postura semelhante ao poder pastoral analisado por Foucault (2008).

o pastorado no cristianismo deu lugar a toda uma arte de conduzir, de dirigir, de levar, de guiar, de controlar, de manipular os homens, uma arte de segui-los e de empurrá-los passo a passo, uma arte que tem a função de encarregar-se dos homens coletivamente e individualmente ao longo de toda a vida deles e a cada passo de sua existência (FOUCAULT, 2008, p. 218-219).

O pastor deve conhecer seu rebanho, tendo cada um a devida atenção, e no caso das vilas operárias isso se tornou possível na medida em que o modelo foi desenvolvido justamente para promover um maior controle por parte do industrial sobre o trabalhador das fábricas. No que tange à questão pastoral, a obediência representava o ponto crucial da doutrina cristã. Através da obediência, cria-se um laço entre a ovelha e o pastor, ou seja, entre o patrão e o empregado, algo explorado pela *Rerum Novarum*.

Sendo assim, o operário da fábrica de Camaragibe teve seus hábitos como o alvo preferido da investida moralizadora, justificando o posicionamento de Carlos Alberto de Menezes ao contratar organizações religiosas que possibilitaram um acompanhamento constante dos funcionários da fábrica.

O uso da religião em espaços onde os trabalhadores fabris tinham sua liberdade constantemente vigiada possuía o intuito de amenizar a dureza da vida, atuando nas lacunas que eram impostas pelas vilas operárias, lacunas sociais que tinham sua gênese no isolamento e na alienação, marcas indelévels do rígido padrão moral das fábricas que tinham na moralização a sua mola mestra na engrenagem capitalista.

Fábricas importantes que continham vilas operárias em seu perímetro, como a da Macaxeira e Paulista, tiveram experiências importantes neste prisma. A fábrica da Macaxeira, também citada em alguns documentos como fábrica de Apipucos - por ter sido situada entre os povoados da Macaxeira e de Apipucos no momento de sua instalação em 1895 – pertenceu ao industrial pernambucano Othon Lynch Bezerra de Mello, que foi dono de quatro fábricas de tecidos nas duas primeiras décadas do século XX, sendo todas situadas no estado de

Pernambuco (MELLO, 2012). Coronel Othon, Bezerra de Mello, Amalita e Anita, assim foram chamadas as primeiras fábricas do Grupo. As duas últimas foram batizadas dessa forma em homenagem às filhas Maria Amália e Anna, traço que evidencia de forma sensível um caráter de unidade familiar que tentaria ser repassado aos operários do Cotonifício Othon Bezerra de Melo.³⁷

Assim como a fábrica de Camaragibe, a documentação sobre a fábrica da Macaxeira é bastante acessível, sendo encontrada tanto no Arquivo Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), por meio dos anexos do Conselho Industrial de Pernambuco, como na Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), que disponibiliza atas de reuniões das quais diversos industriais pernambucanos faziam parte, entre eles Othon que já era apontado como “Um dos vultos de mais destaque no comércio e na indústria do país”³⁸.

A indústria melhorou moral e economicamente o Brasil. As condições são boas, o operário tem conforto e assistência, mas em algumas fábricas somente. Em outras as condições são ainda lamentáveis, pedem uma legislação que no mínimo faça às vezes dos antigos senhores de engenho, dos bons, dos que amparavam e protegiam toda a gente que vivia ao redor da casa grande.³⁹ (CORREIA, 2001, p. 21)

Para o industrial Othon Bezerra de Melo, a indústria proporcionou uma melhoria na vida do operário (fato que mais adiante será contestado por empregados do cotonifício) tanto no âmbito social, através de pagamentos dignos de salário e condições de habitação dignas, como também no aspecto moral, através do discurso religioso que se fazia sentir nos intramuros da vila (MELLO, 2012). Assim como em Camaragibe, o complexo fabril da Macaxeira/Apipucos continha em suas vilas atividades que iam para além dos afazeres da fábrica, oferecendo escola, armazém, igreja, ambulatório, entre outras instalações que proporcionavam ao operário uma simulação de cidade. Como foi visto na experiência anterior, esses estabelecimentos tinham o intuito de promover um maior sedentarismo no trabalhador, dificultando assim sua saída da vila na busca de serviços.

Outro empreendimento de grande pujança foi a fábrica de tecidos de Paulista, também conhecida como CTP, que foi comprada em 1904 pela família Lundgren, na localidade de Paulista, no município de Olinda. Paulista teve o seu auge após o recorte temporal delimitado no título do trabalho, no entanto não seria justo com o leitor não versar, mesmo que em

³⁷ Para maiores informações sobre a fábrica da Macaxeira, ver mais em: MELLO, Juçara da Silva Barbosa de. Fios da rede: industrial e trabalhadores na criação e expansão de um grupo empresarial (1920-1949) Tese de doutorado. PUC/RJ. Ano: 2012.

³⁸ Revista da cidade. Companhia Fábrica de Tecidos Othon Bezerra de Mello. Recife, ano. 1923

³⁹ A Província, Recife, 8 dez. p.5. 1928.

poucas linhas, a experiência da CTP. O modelo adotado pela família Lundgren e que teve seu apogeu com Frederico Lundgren, conteve elementos em comum com outras experiências.

(...) “Sistema Paulista” (...) [o qual] aponta para uma estrutura de relações que se estabelece, no caso da fábrica e da vila operária de Paulista, envolvendo sob um mesmo controle centralizado a produção fabril, o domínio da moradia e da cidade, a produção agrícola da retaguarda territorial da fábrica e a circulação mercantil dos bens de consumo dos operários sob a forma de uma feira administrada. Além disso, esta estrutura de relações sociais contém a promoção e administração de atividades médicas, religiosas, recreativas, e também uma numerosa milícia particular garantindo o “governo local de fato” da companhia sobre estas múltiplas atividades (LOPES, 1988, p. 21).

Entre as estruturas compartilhadas por diversas vilas operárias, a questão religiosa aparece novamente como elo entre as experiências pernambucanas. A Juventude Operária Cristã (JOC) contribuiu para auxiliar no projeto de moralização que está incutido no perfil das vilas operárias, exaltando, assim como na fábrica de Camaragibe, as *benesses* da disciplina no trabalho e de uma unidade familiar saudável para os padrões burgueses.

Quem escolhia (o lugar aonde a pessoa ia trabalhar, ao sair do depósito) era o coronel Frederico. Quando chegava as famílias do interior, no dia de sair do depósito, ele botava um sofá assim em frente da casa grande e sentava. Aí, aqueles agentes, aqueles empregados mandavam a gente ficar assim de fora numa fila, e ele ia chamando família por família. “Família fulano de tal!” Aí se apresentava. Ficava tudo ao redor dele. Cada um apresentava a mão a ele. O exame que ele fazia era: “Cada um apresente a mão!” Cada um apresentava a mão a ele. Ele passava a mão assim, olhava: “esse aqui tá bom pra tal serviço!” (...) Cada um que ele olhasse as mãos, era assim. Agora, perguntava a religião e perguntava em que o camarada trabalhava, fazia diversas perguntas. A mim mesmo me perguntaram em que eu trabalhava antes (...) Quem tinha a mão fina demais ele não gostava não porque dizia: “Ih! Esse aí vive na malandragem! (risos). Ele queria de mão grossa (risos)”. (Relato anônimo de um ex-operário da sessão de tinturaria. LEITE LOPES, 1988. Apud: MELLO, 2012).

Diante do que foi exposto neste capítulo, é possível analisar que a fábrica de Camaragibe, assim como as demais que adotavam o binômio fábrica/vila operária, tinha o intuito de maximizar os seus lucros através de um maior controle da classe trabalhadora operária. Uma das tentativas de controle se dava através da sedentarização dentro do perímetro da fábrica, simulando uma minicidade com espaços que supriam as necessidades básicas no intuito de desestimular a busca por opções externas. As vilas operárias representavam uma alternativa interessante para as classes industriais, uma vez que “protegiam” uma engrenagem fundamental (o operário) no complexo produtivo dos “perigos” do centro urbano, tidos pelas elites como irradiadores de doenças venéreas e “maus hábitos”,

indo ao vício do álcool, jogo e contato com ideologias que pudessem acirrar a luta de classes entre patrões e empregados.

CAPÍTULO II

HIGIENISMO E AS AÇÕES DE REMODELAMENTO URBANO (1900-1929)

2.1 – Recife e os ideais de modernidade

Um dos temas mais abordados pela historiografia brasileira são as ações de remodelamento urbano com viés higienista que ocorreram de forma intensa no final do século XIX e no início do XX. A ciência histórica, juntamente com a história da arquitetura e do urbanismo, mostra a relação existente entre a arquitetura e a cidade como palco dos acontecimentos históricos em diversos momentos. Não apenas no Brasil, a arquitetura e o urbanismo estiveram presentes no foco das decisões que conduziram a vida de nações e Estados como a França com as obras de Hausmann, e o Rio de Janeiro com as obras no início do século XX, ambas abordadas brevemente nos próximos parágrafos.⁴⁰

Com o advento da arquitetura moderna que abandona os fins primordialmente estéticos da arquitetura do século XIX (COSTA, 1962), as cidades passam por uma nova concepção estética atrelada às preocupações com as epidemias e a falta de saneamento. A *Belle Époque*, entre os anos de 1870 e 1914, foi responsável pelo crescimento de importantes centros urbanos como Londres e Paris, capitais que serviram de inspiração para diversas cidades brasileiras. No entanto, devido a questões ligadas à moradia operária, algumas dificuldades foram encontradas no processo de desenvolvimento que, por vezes, não foi acompanhado de progresso social.

Com o aumento no valor das moradias por conta do crescimento populacional das cidades, as classes pobres (podemos incluir a classe operária nesse grupo) habitavam lugares cada vez menores, sem as condições adequadas de saneamento, ventilação, iluminação, ocasionando um ambiente oposto ao que era pregado pelo momento da *Belle Époque*.

A diferença econômica seria um fator importante que marcou as ações de remodelamento urbano que ocorreram na Europa e as que aconteceram pelas capitais brasileiras. Enquanto a França de Hausmann⁴¹ modificou de forma intensa sua arquitetura, no

⁴⁰ Trabalhos como *Cidade Febril* de CHALHOUB (1996) que aborda as mudanças urbanas que ocorreram no Rio de Janeiro nas vésperas do século XX, o trabalho de DECCA (1991) intitulado *Indústria, trabalho e cotidiano: Brasil, 1880 a 1930*, que analisa o cotidiano dos trabalhadores em uma cidade que almeja a modernidade.

⁴¹ Hausmann propunha um embelezamento estratégico onde as concepções arquitetônicas, estariam atreladas às questões de segurança, dessa forma foram demolidas inúmeras pequenas vias estreitas oriundas do período medieval, substituindo-as por imensos jardins e parques. BENJAMIN, Walter. *Paris, a capital do século XIX*. In: Passagens.

Brasil houve encontros com a modernidade⁴² que começavam em uma rua, mas que não resistiam ao bairro mais próximo por conta da ausência de recursos, precisando de um plano que abarcasse toda a cidade e não apenas pequenas regiões que estavam dentro do raio de interesse das elites locais.

Recife, no início do século XX, enfrentou diversas mudanças em seu aspecto paisagístico: demolição de casarões antigos e remoção de populações carentes de áreas habitadas há vários anos para dar lugar a empreendimentos imobiliários com a proposta de modernização e embelezamento da cidade.

Remodelar as cidades embelezá-las, destituí-las de suas feições coloniais, eram, todas essas, palavras de ordem de grande aceitação e repercussão nos jornais, revistas, conversas em cafés, etc. Não apenas no Rio de Janeiro. Várias outras cidades brasileiras passaram por processos semelhantes de reformas urbanas, tendo sempre a justificá-las o discurso modernizador característico. (TEIXEIRA, 1994, p13)

No entanto, cada cidade e estado apresentavam singularidades no que diz respeito às questões sociais, políticas, no que tange ao surto de modernidade, e às práticas de higienismo social, sendo importante destacar também que as demais localidades não estão dentro do nosso recorte espacial⁴³.

Tais empreendimentos modificaram de forma intensa a vida da população, em especial das classes mais baixas. O discurso modernizante propunha uma cidade com largas avenidas, parques arborizados e casarões modernos para que a elite recifense pudesse desfrutar, assim como aqueles que estavam apenas visitando a capital a negócios (REZENDE, 1987). O discurso foi utilizado com o intuito de promover obras de viés higienista, que visavam uma exclusão da população que ocupava esses espaços, atendendo aos anseios de uma elite local que clamava por uma cidade tida como moderna para os seus conceitos. A cidade moderna, entendida como salubre e uniforme do ponto de vista estético, “com ruas alinhadas, construções suntuosas e pobres expulsos das áreas centrais, começava a ser gestada” (TEIXEIRA, p.33, 1994). Diante dessas questões, é possível perceber as marcas que tais medidas deixaram na cidade do Recife, sendo o objetivo deste capítulo estudar a

⁴² Compartilho a visão de modernidade de Marshall, que em sua obra analisa a modernidade como um paradoxo entre ser revolucionário e conservador ao mesmo tempo, pois sente a segurança dos avanços técnico/científicos que foram alcançados, porém não possui domínio sob essas questões. Daí sua insegurança diante da imprevisibilidade do que não pode controlar. BERMAN, Marshall. Tudo que é Sólido Desmancha no Ar; São Paulo, Cia das Letras, 1988.

⁴³ Diversas capitais e cidades por todo o Brasil tiveram seus “encontros” com a modernidade. Capitais como Rio de Janeiro, e Fortaleza também passaram pelo processo de modernização em que os conflitos entre a elite econômica e as classes baixas se fizeram sentir no âmbito das habitações, da ocupação dos espaços públicos, e das medidas de higienismo social que pregavam uma exclusão do homem pobre do novo centro. Ver mais: CHALHOUB (1996) e PONTE (2010).

importância das teorias higienistas nas ações patronais e verificar até que ponto tais teorias eram associadas a interesses de controle social.

Estudar as medidas higienistas é ponto importante para compreender a inserção das vilas operárias. Além da tentativa de maior controle sobre a classe trabalhadora, deixando-a mais próxima do seu local de trabalho, retirar o operário do centro da cidade representava uma forma de preservar a mão de obra, dificultando o contato com vendedores ambulantes, prostitutas ou qualquer tipo de ocupação não regular. Um dos maiores receios da classe patronal seria o risco de os operários se organizarem de forma sindical. É importante lembrar que nesse período as teorias socialistas⁴⁴ encontravam terreno fértil para suas pregações. Dessa forma, estudar as vilas operárias, tendo as ações higienistas e modernizantes como contexto, ajuda a compreender de melhor forma como as vilas foram implantadas e os argumentos que embasaram a sua construção.

Recife, no início do século XX, estava envolvida em projetos de modernização e expansão do centro da cidade que abrangiam uma grande reforma do porto, o que adiante se mostrará que se tratava do grande “sonho moderno” da elite recifense (TEIXEIRA, 1994). Engenheiros e arquitetos de várias vertentes debatiam a arquitetura moderna e o urbanismo que buscavam solucionar os problemas que assolavam todas as grandes cidades brasileiras. As vilas estavam incluídas nesse projeto de modernização, uma vez que eram alardeadas como espaços limpos e que iriam promover uma vida “equilibrada” ao trabalhador, preceitos que estavam em voga na transição do século XIX para o XX.

Em relação às alterações no bairro do Recife, foi vista uma ampla intervenção arquitetônica financiada pela iniciativa privada com o amparo do governo estadual dando respaldo às intervenções que, consequentemente, proporcionaram uma valorização financeira da área remodelada, transformando também os hábitos e costumes daqueles que habitavam a região e repelindo aqueles que não se adaptavam aos novos tempos.

As atividades humanas mais animais são progressivamente excluídas do palco da vida comum e investidas de sentimentos de vergonha, que a regulação de toda a vida instintiva e afetiva por um firme autocontrole se torna cada vez mais estável, uniforme e generalizada. (ELIAS, 1993, p. 193-194)

⁴⁴ Um histórico de greves em Pernambuco amedrontava as classes patronais, ferroviários em 1902, tecelões em 1880 e estivadores do porto em 1903 faziam com que o “perigo vermelho” fosse o grande temor dos patrões que viam na sindicalização a porta de entrada dos trabalhadores no socialismo. No ano de 1906 com o congresso operário brasileiro aconselhando os trabalhadores a intensificar as lutas por oito horas de trabalho, e melhores salários, os patrões passaram a enxergar de forma ainda mais temerosa, a reunião de trabalhadores. (REZENDE, 1987).

Por “palco da vida” que Elias sugere acima, podemos fazer uma analogia com as cidades que “flertavam” com os ventos de modernidade, os hábitos tidos como animais, atrelados a classe pobre, tinha o desprezo das elites que não almejavam dividir as mesmas praças, os mesmos bancos, os mesmos espaços. Por conta da ausência de políticas públicas que fossem capazes de produzir uma inserção da população pobre que habitava a capital pernambucana, era comum que vendedores ambulantes, prostitutas, gasoseiros e menores abandonados estivessem em situação de vulnerabilidade, ocasionando problemas que iam de epidemias a problemas com a polícia.⁴⁵

O centro do Recife, no final do século XIX e início do XX, foi o “abrigo” dessa população que se amontoava em casebres e cortiços, dividindo espaços minúsculos com várias famílias, o que para as elites representava o risco eminente de doenças contagiosas, fruto dos “maus hábitos”⁴⁶. Era do interesse das elites econômicas que essas pessoas estivessem em lugares afastados do centro, pois, possuíam hábitos tidos pelas elites como animais, que em nada corroboravam com a imagem moderna que se almejava.

Com o respaldo das teorias higienistas, foi possível implantar uma perseguição àqueles que eram tidos como transmissores de mazelas sociais (LOPES, 2003). Mendigos, prostitutas, e todos aqueles que não possuíam trabalho formal e habitavam o centro, que moravam em cortiços ou mocambos, formavam o grupo das “classes perigosas”⁴⁷, que foram forçadas a ocupar lugares longe do centro, considerado civilizado e, agora, lugar moderno da cidade.

Tais teorias tiveram seu início na Europa, no século XIX, devido às doenças e epidemias que grassavam entre as populações das grandes cidades. Com a industrialização das grandes cidades da Europa, os centros urbanos tiveram um aumento populacional muito grande o que causou uma precariedade nas condições de higiene. (ARRAIS, 2004). As teorias higienistas, amparadas pela medicina social tão em voga na Europa, embasaram a construção de uma imagem moderna do Recife, sendo assim, os médicos passariam a procurar nos hábitos e costumes dos cidadãos mais pobres a razão para as epidemias que assolavam os centros urbanos propondo em seguida o tratamento, que ia da vacinação em massa à desodorização do espaço urbano.

⁴⁵ Sobre os problemas que as classes populares enfrentaram com as autoridades policiais na capital pernambucana, muito devido aos seus hábitos, que eram tidos pelas elites governamentais e os setores de segurança, como “indesejáveis”, ver mais: (LOPES, 2003).

⁴⁶ Para Margareth Rago, uma das formas que combater os possíveis riscos que são atrelados às classes populares, é o combate à casa dita imunda, que para as elites são os focos de doenças, dos vícios e da insubordinação. (RAGO, 1987)

⁴⁷ Na concepção utilizada por Chalhoub, as classes perigosas tem sua grande parcela composta pelas classes populares, seus vícios, seus hábitos somam-se para dar “luz” aos malfeitores. (CHALHOUB, 1996)

Milhares de pessoas deslocando-se para o desempenho do ato cotidiano na vida das grandes cidades compõem um espetáculo que, na época, incitou ao fascínio e ao terror. Gestos automáticos e reações instintivas em obediência a um poder invisível modelam o fervilhante desfile de homens e mulheres e conferem à paisagem urbana uma imagem frequentemente associada às ideias de caos, de turbilhão, de ondas, metáforas inspiradas nas forças incontroláveis da natureza. (BRESCIANI, 1990, p, 10).

O processo migratório, citado no capítulo anterior em uma tabela na página 32, teve como consequência o crescimento populacional e a expansão do Recife desde o ano de 1870, se intensificando na última década do século XIX por conta da abolição da escravidão e pelo processo de mecanização da zona da mata norte, região onde o plantio do açúcar se faz presente desde o século XVI. Não se pode deixar de abordar que o estado de Pernambuco, Recife especificamente, ainda preservava o status de metrópole regional, dessa forma despertando interesse naqueles que almejavam uma vida melhor fugindo das secas que assolavam o interior da região nordeste.

1890 com a abolição da escravidão, a fome de terras dos novos latifúndios em constituição, a expulsão dos foreiros da zona-da-mata açucareira recentemente industrializada pelo “processo usineiro”, cuja população proletária ano após ano parecia decrescer apenas para se amontoar mais adiante no Recife. (LIRA, 1996, p.124)

Com esse adensamento populacional, o Estado passa a ter o objetivo de conquistar um maior conhecimento sobre a sua população a fim de conhecer melhor suas especificidades, pois isso se tornava necessário para um maior controle e esquadramento da população, sendo assim, viabilizar uma maior segurança quanto às suas ações. Tendo como foco os bairros mais pobres, sobretudo os bairros operários, o destrinchamento das vivências dessas localidades resultou na constatação das precárias condições de vida da classe operária, da falta de estrutura de suas residências e das doenças a que estavam expostas nesse cenário, isso sem mencionar os “maus hábitos”.

Tanto na perspectiva da higiene pública quanto na dos industriais, a classe operária juntamente com toda a população pobre é, portanto, representada como animalidade pura, dotada de instintos incontroláveis (RAGO, 1987, p 175.).

Diante desse cenário, para obter um operário ordeiro, que seguisse os ditames da moralidade burguesa, era preciso retirá-lo do meio em que estava inserido. Todavia, as vilas operárias se encaixavam justamente nesse quadro. A casa operária, até então, era vista como local que corrompia os hábitos dos trabalhadores industriais, tornando-os indóceis, sendo

assim, uma possibilidade para as intervenções que buscariam enquadrá-los nos ditames do bem viver.

O “problema” da habitação operária se estende para dentro das fábricas. Na concepção do industrial Carlos Alberto de Menezes, os hábitos devem ser moralizados. Para as elites burguesas da época, o amontoamento de corpos que era visto pelo centro da cidade ou em fábricas que não seguiam os padrões de salubridade representava o foco irradiador de problemas sociais. Sendo assim afirma

Dentro de uma mesma grande fábrica, trabalham confusamente, promiscuamente, indivíduos de todas as idades, sexo e condições; e trabalham diariamente, vendo-se, encontrando-se, acotovelando-se, em uma intimidade inevitável e cheia de perigos. Se saem da fábrica, a mesma intimidade continua fora, desenvolvendo-se , então, num campo muito maior, quando as fábricas são próximas, traduzindo-se nos passeios em comum, nos divertimentos, nas danças, em tudo, enfim, quanto interessa e distrai. [...] É esta a pura verdade. Desse contato, dessa convivência, dessa intimidade, resulta uma imoralidade enorme; raparigas perdidas, mulheres casadas corrompidas, além do jogo, de danças imorais, de toda sorte de vícios. (COLLIER, 1996, p. 82)

A casa limpa estava atrelada ao disciplinamento dos corpos, sendo que a sua disposição arquitetônica desempenhava papel fundamental, uma vez que promovia a separação dos indivíduos que nela moravam através dos cômodos. Tal condição de conforto irá sujeitar os operários a uma subordinação ao patrão pelo receio de perder a sua morada, já que sua permanência na casa dependia da continuidade no emprego.

Medidas como essa tinham o intuito de regular os costumes da população pobre que não estava conectada aos anseios da modernidade. Sendo assim, o higienismo promoveu não só mudanças de caráter urbanístico, mas também mudanças de caráter moral na população. A insalubridade era terreno fértil para proliferação de doenças que representavam um medo para as elites locais. Dessa forma, o ar e a água⁴⁸ eram analisados constantemente com o intuito de impedir a transmissão de doenças e pestes como a cólera e a tuberculose que assolavam todo o estado.

Com essa nova concepção de higiene, a rua e a casa (o público e o privado) passaram a ser alvo das investidas governamentais. Ruas largas, aterramento de pântanos, esgotamento sanitário e as casas que outrora eram “fechadas” para a rua, passam a ter janelas

⁴⁸ A teoria dos miasmas afirma que uma das formas de ter o ar e as águas em estado saudável, é limpando o espaço urbano preservando o ar e as águas dos odores originários da decomposição de matéria orgânica, das casas mal construídas, e das pessoas com doença contagiosa. (CORBIN, 1987)

que modificam sua estrutura arquitetônica. Com o advento da arquitetura moderna nas grandes capitais brasileiras, exigiam-se ambientes com maior luminosidade. O saber médico e dos engenheiros sanitaristas teve grande importância nas construções das casas e nos novos traçados que a cidade iria receber e a influência desses profissionais se fez presente durante todo o período das intensas modificações urbanas.

Os mocambos e as demais habitações operárias, como os antigos sobrados com precárias condições de ventilação e saneamento, eram tidos como a origem dos problemas que afetavam a cidade, portanto, durante toda primeira metade do século XX⁴⁹, a casa operária será alvo das investidas higienistas. Além da abordagem higienista presente no discurso acima, é importante destacar a intenção de ter um maior controle sobre a vida das classes baixas propondo, através da moradia, um modelo de vida que venha a combater não apenas as doenças contagiosas, mas também a promiscuidade, tida como um dos “maus hábitos” atrelados à classe operária.

As obras modernizantes estiveram sob a responsabilidade do engenheiro sanitarista Saturnino de Brito.⁵⁰ Sob sua autorização, vários casarões foram derrubados para dar lugar a largas avenidas e construções modernas para abrigar não apenas a elite recifense, mas centros comerciais como bancos e lojas de câmbio. O viés higienista de suas obras está atrelado a uma maior sensação de segurança para as elites, no que diz respeito ao pânico urbano, que de acordo com Foucault, era representado pelo conflito entre classes distintas, pelas epidemias, pelos esgotos e pelos amontoamentos populacionais (FOUCAULT, 1979).

O primeiro plano de remodelamento urbano idealizado para a capital pernambucana data do período de ocupação Holandesa, sendo atribuído a Pieter Post, trazido ao Recife pelo Conde Maurício de Nassau, então governador da capitania de Pernambuco (PONTUAL 2002). Após o incêndio que ocorreu em Olinda no ano de 1631, Recife não mais divide as atenções e deixa de ser apenas “um porto” tornando-se o centro político do governo holandês.⁵¹ Ainda hoje, a cidade herda as construções do período holandês, desde pontes a casarões que impressionam pela sua suntuosidade, marca dos empreendimentos urbanísticos

⁴⁹ As investidas do estado sobre a moradia operária não cessaram nas duas primeiras décadas do século XX, nos anos 30 e durante todo o período ditatorial do Estado Novo a casa operária foi centro das atenções do estado culminando com uma “cruzada” contra os mocambos implantados pelo então interventor Agamenon Magalhães. (GOMINHO, 2007)

⁵⁰ MOREIRA, Diniz. A formação do urbanismo moderno no Brasil: As concepções urbanísticas do engenheiro Saturnino de Brito. 1992.

⁵¹ PONTUAL, Virgínia. As narrativas sobre o urbanismo no Recife de ontem: marcos e referências da história urbana. 2002.

que foram estudados pelo arquiteto e historiador José Luiz Motta Menezes que em um artigo intitulado “A cidade do Recife: Urbanismo lusitano e holandês” escreve sobre o plano idealizado por Pieter Post:

O plano tem uma concepção geométrica admirável e fruto da necessidade de equilíbrio e proporção entre os elementos envolvidos, revelando conhecimento pelo autor de uma forma de traçado, onde a presença da geometria, definida pelos triângulos regulares, se encontra bem marcada. Trata-se de um plano completo e que consolida toda uma teoria do Renascimento voltada a uma concepção de natureza urbana, da qual pouca oportunidade teve a Europa de ver materializada, quanto, em termos, conseguiu o Recife, inclusive porque ela não é obra isolada, e sim presa a uma ideia de ocupação territorial que expressa mais que um simples desenho urbano (PONTUAL, 2012, p. 9).

Recife era uma cidade acanhada com uma pequena extensão territorial fato que tornou urgente a construção de moradias com a chegada dos holandeses de forma que a solução encontrada foi a construção de sobrados que seguiam o mesmo estilo arquitetônico das construções holandesas (CORREIA, 1997). Um segundo momento de tentativa de urbanização se deu entre os anos de 1815 e 1887. Ao longo desse tempo, foram elaborados diversos projetos de melhoramento não apenas das ruas, mas em especial do porto, fato que dava início a uma grande espera por parte da elite recifense. Este fato será abordado mais à frente.

Entre os projetos, estava um plano de reforma do bairro do Recife atrelado aos preceitos do higienismo e sanitismo, que tinha como uma das primeiras intenções modificar o traçado das ruas do bairro (PONTUAL, 2012). O projeto tinha a intenção de abrir três avenidas e o alargamento de ruas transversais o que iria culminar em um alto número de desapropriações. Tais preceitos influenciavam de forma ampla as concepções dos médicos e engenheiros sobre uma ideia de cidade moderna que tinha seu reflexo nas novas propostas de cidades e na tentativa de uma mudança de hábitos por parte da sociedade recifense. Esse plano tem a assinatura do arquiteto francês *Louis Legér Vauthier*, que chefiou a repartição de obras públicas no ano de 1844.⁵²

No século XIX, o comércio na cidade não era regularizado pelas instâncias municipais. Com isso, a atividade era exercida sem nenhuma fiscalização, o que ocasionava vários problemas, como a ausência de padronização dos pesos e medidas. No entanto, os problemas mais sérios envolviam o comércio de gêneros alimentícios perecíveis. Com o

⁵² Para maiores informações sobre as intervenções que ocorreram em Recife no período holandês. Ver mais: PONTUAL, Virginia. As narrativas sobre o urbanismo no Recife de ontem: marcos e referências da história urbana. Ano: 2012.

intuito de mudar esse cenário de caos, o poder público e as instâncias responsáveis por esse setor criaram normas que, dentro dos limites, tentavam impor uma padronização de vendas, pesos, medidas e exigências no que tange à higienização dos produtos, inclusive criando ruas com a finalidade específica para o comércio na tentativa de ter um maior controle sobre o que era comercializado (ROCHA, 2003). No entanto, como veremos adiante, os símbolos do progresso eram importantes para a tão alardeada modernidade, fazendo com que, além dos anseios em torno da modernização do porto do Recife, um grande mercado público passasse a ser objeto de desejo das elites.

O mercado público entra, assim, como mais um adereço a ser posto na cidade, mais um dos vários apetrechos que simbolizariam a modernidade da capital pernambucana. Representaria a padronização do comércio irregular, dificultando, em tese, a ação dos ambulantes que contribuíam para a poluição visual e para a sujeira da cidade (ROCHA, 2003). Isso não quer dizer que o mercado público decretaria o fim do comércio irregular, mas a sua construção representava uma expulsão do comércio irregular das áreas centrais e recém-modeladas, sendo empurrado para as zonas periféricas, distante daqueles que chegariam pelo porto e iriam desfrutar do belo e novo Recife que se forjava.

Sob essa escala de valores, a ornamentalidade vem a ser o critério básico da vida moderna. Em obediência a tal princípio, o que se pode notar em todos os casos de modernização das cidades brasileiras vistos até o momento, que se repete com as mesmas proporções no Recife, é a desmedida preocupação que suas elites devotavam à ostentação de signos modernos. Signos estes que não se restringiam ao espaço urbano, mas que se revelavam também numa sociabilidade orientada por uma certa obsessão pelo estrangeiro. (TEIXEIRA, 1994. P. 43)

A construção do Mercado público de São José simbolizava a importância da capital pernambucana como metrópole regional⁵³. Sua construção, com seu material todo em ferro inglês e sua forma arquitetônica de influência francesa, foi realizada em várias etapas e foi alvo de grandes debates na Câmara Municipal. A citação abaixo nos aproxima da proporção da obra.

Art. 1º. Fica autorizada a Câmara Municipal desta cidade do Recife, a contrahir um empréstimo que não poderá exceder a quantia de 300:000\$000 reis, os quaes não vencerão juros superior a nove por cento, para applica-lo à construção de uma casa de mercado nesta cidade, no lugar que for julgado mais

⁵³ Para maiores informações sobre a construção do mercado público de São José, ver mais: ROCHA, Artur. Discursos de uma modernidade: As transformações urbanas na freguesia de São José. (1860-1880). UFPE. 2003.

conveniente, ou a contratar com quem melhores vantagens offerecer a construção da dita casa de mercado.

Art. 2º. Para garantia deste empréstimo e os respectivos juros, poderá a camara hypothecar o edificio do mercado e os seus rendimentos, pelo tempo e sob as condições que julgar mais vantajosas, dependendo da aprovação desta Assembléia..

Art. 3º. A desappropriação do terreno necessário para a construção da dita casa de mercado, será feita por conta da província, votando-se para esse fim annualmente na lei do orçamento a quantioa de 25:000\$000 durante dous annos.⁵⁴

A importância da construção do Mercado de São José estava no fato de que ele não atendia apenas às demandas de modernidade que a elite recifense desejava, com a consequente exclusão dos ambulantes que comercializavam seus produtos naquela região antes da implantação do mercado, buscava-se também ambiente higienizado, atrelando, dessa maneira, a sujeira aos vendedores que estavam na rua.

2.2 – Clamores em nome da modernidade

Foi dito, anteriormente, que havia uma necessidade, por parte das elites ligadas à República, de que fosse possível o surgimento de uma nova sociedade que rompesse com a antiga sociedade escravista e colonial. Dessa forma, as elites almejavam pôr o Brasil nos trilhos do progresso, novos hábitos estavam sendo incutidos, tais como: as formas de se vestir, morar, comer e, principalmente, o modo de se portar em público. Sendo assim, esse tópico tem como objetivo abordar os discursos das elites em favor das mudanças urbanísticas, mudanças que abarcavam as vilas operárias.

As vilas operárias estavam inseridas não apenas no processo das mudanças urbanísticas, mas também faziam parte dos anseios/ clamores das elites que desejavam uma cidade sem os “inconvenientes” trazidos pelas classes populares que habitavam o centro. Diante do que foi exposto até o momento, é possível afirmar que as vilas atendem duas demandas importantíssimas da elite recifense nesse período: a necessidade de ter um operário “saudável” e “ordeiro” para produzir mais e melhor e afastar do centro a população pobre da cidade que morava em cortiços e mocambos, habitações que não estavam em consonância

⁵⁴ Leis Provinciais de Pernambuco – 1870. Leis nº 908 A 966. Fl 16 e 17. APEJE. Apud: ROCHA, 2003

higiênica nem arquitetônica com a dita modernização que assolava partes da capital pernambucana.

A modernidade e todas as suas possíveis derivações têm sua materialidade que atinge o cotidiano da sociedade e modifica as relações sociais. As suas repercussões, a sua penetração nos múltiplos espaços do fazer político, social, econômico, dizem muitos das relações de poder existentes. Efetivamente, é um processo contraditório, cria conflitos, destrói valores, inventa concepções de mundo e de vida. (REZENDE, 1993, p. 145)

A preocupação com a higiene se fazia presente de forma muito contundente em todas as capitais do Brasil. Surtos de tuberculose e cólera faziam várias vítimas pelo país, sendo alvo constante das investidas governamentais, nem sempre com o sucesso desejado. Dessa forma, na Câmara do Recife, alguns preceitos higienistas reverberavam com força desde o último quarto do século XIX. Pode-se observar na citação abaixo a preocupação com a aquisição de alimentos e o surto de cólera que acometeu o Recife no ano de 1863.

Quando em 1855 divulgou-se nesta cidade o aparecimento da cholera-morbus na Província do Pará, e depois na da Bahia, a presidência da quella epocha nesta província, tomando todas as cautellas e prevenções para tão horrível inimigo quando infelizmente nos ataca se, não fosse com tanto furor, e cauzasse muitas victimas; uma das medidas que tomou logo alem d'outras, foi a remoção do matadouro publico do lugar dos cinco pontas, onde então se achava, para o da cabanga. Isto feito, o começo da obra do novo matadouro no cabanga, que não admittia demora em vista do estado das couzas, foi posto em execução a custa dos cofres geraes, depois do que foi entregue a esta câmara para continua-la. Ora, a Câmara Municipal desta cidade, assim imposada, tratou de fazer todas as acomodações necessárias a um estabelecimento desta ordem e tem gosto com ele até o ultimo de setembro próximo findo, a quantia de setenta e seis contos e vinte e oito mil oito centos e setenta e três reis, mas reconhecendo agora a localidade onde se acha edificado este estabelecimento, alem de ser baixa esta cercada do rio que nas grandes marés quase sempre arruinão no dito estabelecimento por que algumas vezes arrombão a entrada feita, e que tanto dinheiro custou aos cofres municipais e outros o cano de esgoto dos sangue, pelo que é sempre preciso novos despejos, sendo por consequente estabelecimento de que se trata um consumidor constante dos rendimentos desta câmara, a qual desejando procurar um meio por onde existe que as despesas feitas se não inutilizarem e as que se forem fazendo aproveitem, accordou em rogar a V. Ex^a que se digne nomear uma comissão de Engenheiro da repartição das obras publicas, para, com o engenheiro desta câmara examinar não só a obra da quelle estabelecimento, como a localidade deste e indicar a prohibir a entrada das águas da maré e aproveitar-se uma obra com a qual tão grande somma se tem desprendida.⁵⁵

Era preciso romper com o tido como velho. A modernidade deveria ser sentida em todas as suas possibilidades, desde a inauguração do mercado público a reforma do porto. Esses aspectos deveriam se fazer presentes juntamente a melhores condições de higiene.

⁵⁵Câmara Municipal. Códice 49 – Fls. Nº 61 e 62. APEJE. Apud: ROCHA, 2003.

Sendo assim, essas mudanças passaram a ser cada vez mais comuns nos primeiros anos do século XX.

Uma importante análise acerca do período é feita pelo historiador Antonio Paulo de Moraes Rezende que contribui de forma generosa com sua análise para os encantos e desencantos do Recife com o período que se propunha como sendo moderno.

A cidade moderna tem inúmeros símbolos que a identificavam e que estão presentes em seu cotidiano. O Recife apresentava muito desses símbolos na década de vinte: uma imprensa atuante, a “velocidade” dos seus automóveis, o burburinho dos seus cinemas, a preocupação com a moda, as políticas de higienização. Um cotidiano onde o conflito entre o novo e o velho se evidenciava, uma fragmentação da memória e uma contemplação entusiasmada com o futuro. (REZENDE, 1996. p. 10)

De acordo com a citação acima, podemos analisar que a capital pernambucana estava em um conflito entre o velho e o novo, o velho sendo representando pelas antigas práticas sociais atreladas aos trabalhadores e a classe popular, e o “novo”, “moderno” atrelado às elites que ostentavam seus símbolos (TEIXEIRA, 1994). No entanto, é importante destacar que o discurso em prol do moderno se expandiu, e se fazia sentir nas práticas policiais (repressão ao que soa contrário ao modelo que tentava ser implantado) e nas práticas governamentais, como a autorização de obras em velocidade relâmpago, isenção de impostos a industriais que desejavam investir na cidade, entre outras práticas.

Um dos pontos que faziam parte do “fetiche modernista” dizia respeito ao porto da cidade, um lugar que simbolizava o atraso, o passado colonial escravagista e que causava má impressão àqueles que pelo porto adentravam a cidade.

V. Exc. foi testemunha dos dissabores, das decepções a que estão sujeitos quantos vindos do estrangeiro demandam nosso porto. De volta de viagem ao Norte de nosso país, V. Exc. aportou a esta cidade quando aqui se achava ancorado o cruzador Charleston, a cujo bordo vinha o sr. Elihu Root de visita ao nosso país, e, certamente, como bom brasileiro, deveria sentir o coçarão(sic) oprimido, ao lembrar as considerações que aquele eminente estadista naturalmente faria sobre o nosso adiantamento, diante do desembarque que lhe oferecia uma praça considerada como uma das mais importantes do Brasil. E isso que V. Exc. deve ter sentido naquele momento, nós, os pernambucanos, sentimos constantemente, quando diante dos transatlânticos surtos no lamarão, repletos de passageiros, consideramos quanto lhes parecerá insignificante e miserável a nossa bela cidade de que, do ponto de onde se acham, não podem descortinar mais que as edificações situadas à beira do cais, e que não podem visitar senão arriscando a vida em frágeis batéis.⁵⁶

⁵⁶ Relatório Anual da ACP, 1907. P. 38-39. Apud: TEIXEIRA. 1994.

Através desse trecho, vem a tona o dissabor que o porto “acanhado” causava às elites locais, uma imagem de cidade atrasada, pequena e sem potencial de crescimento que causava sentimento de constrangimento diante de outros portos. Em contrapartida, destaca ser a capital pernambucana uma cidade importante do ponto de vista comercial, que recebe viajantes de todas as partes do mundo. Diante disso, destaca-se, no trecho acima, a necessidade urgente de se ampliar a capacidade do porto, equipá-lo dos mais modernos equipamentos que facilitem o embarque e desembarque de pessoas e o recebimento de navios de grande porte.

Dentro desta lógica, a reforma do porto do Recife estava entre as principais demandas da cidade. Uma metrópole que se propunha como moderna não poderia ter em sua cidade algo tido como retrógrado por aqueles que chegavam à capital.

Desde 1887 já se vinha discutindo as reformas do porto da cidade, que não acompanhou as mudanças que vinham ocorrendo no setor de navegações, com o aparecimento de navios mais modernos e pesados e que, portanto, não podiam atracar no porto do Recife sem o risco de encalhar. Esses navios atracavam em pleno oceano, numa localidade chamada Lamarão. Os tripulantes e as cargas eram desembarcados por uma cesta suspensa por um guindaste, o que causava uma situação constrangedora que provocava risadas nos transeuntes (ARRAES, 2004, p.12)

A reforma no porto teve início no ano de 1908 e foi acompanhada de reformas por todo o bairro posteriormente sob a supervisão do engenheiro sanitário Saturnino de Brito que empreendeu diversas mudanças, entre elas a talvez mais emblemática tenha sido a derrubada da Igreja Matriz do Corpo Santo em 1914.

Pouco a pouco desaparecia aos olhos não um bairro, mas um cenário de milhares de criaturas no seu presente e no seu passado. [...] famílias modestas das habitações baratas em últimos andares de sobrados, quitandas e vendolas, quiosques e barracas, “raparigas” de fáceis leitos e pequenas pagas, arraigados moradores da freguesia por devotos do Senhor dos Passos ou da Conceição do Arco, tudo, tudo se deslocava enquanto as picaretas golpeavam e os tetos se abatiam. [...] e o Corpo Santo também se desmanchava [...] Poucos falariam ainda desse burgo onde Recife nascera, tão enviesado de ruas e ruelas [...] tudo no chão. Nunca se vira uma loucura assim. (LUBAMBO, 1991, p.167)

Dessa forma, a cidade, ou pelo menos parte dela, vai tentando se distanciar do seu passado tido como arcaico e colonial, sendo determinante para esse sonho moderno destruir tudo que possa remeter ao passado e substituí-lo imediatamente por construções e prédios que estivessem atrelados a um modelo de desenvolvimento com inspiração na *Belle Époque* francesa.

Os ventos de modernidade não agradavam a todos os habitantes da cidade. As alterações que ocorriam em larga escala pela cidade, a velocidade dos bondes e automóveis e a agitada vida social causava estranhamento, afinal, as mudanças se faziam sentir nas questões de remodelamento e aformoseamento da cidade e nos hábitos daqueles que a habitavam. O poeta Pernambucano Manoel Bandeira estava entre os que tentavam se adaptar aos novos tempos, mas não deixava de sentir os impactos das mudanças.

A vida com uma porção de coisas que eu não entendia bem. Terras que não sabia onde ficavam Recife... Rua da União... A casa do meu avô... Nunca pensei que ela acabasse! Tudo lá parecia impregnado de eternidade Recife... Meu avô morto... Recife morto, Recife bom, Recife brasileiro como a casa do meu avô. (BANDEIRA, Manuel “Evocação do Recife”. In: Poesia completa e prosa. RJ: Nova Aguilar, 1977, p.212)

O carro representava discordância para alguns quanto a sua chegada às ruas da cidade. Um dos símbolos da modernidade alardeada pelas elites capitais afora deixava na população sentimentos ambíguos que transitavam entre o amor e o ódio. As reformas que eram feitas na cidade, cada vez mais, afugentavam os pedestres e davam lugar à alta velocidade dos carros que alteravam não apenas a vida daqueles que podiam comprá-lo, mas também a forma de viver das classes populares, que passaram a conviver com acidentes causados pelo carro. A historiadora Serioja Rodrigues Mariano em sua dissertação de mestrado *Signos em confronto? O Arcaico e o Moderno na Cidade de Princesa (PB) na Década de 1920* aborda a reação de parte da sociedade diante dos “encontros com a modernidade” que estavam sendo promovidos.

Nossa Senhora! Acabou com a feira. O povo acabou com a feira para ir olhar o carro, o povo nunca tinha visto. Quando foi mais tarde tiraram o carro e botaram na garagem. Os feirantes quando viram disseram: vixe olha a bosta dele como é, é bosta de cavalo, isso porque o fofoca (um dos nomes dado ao auto) estava estacionado em cima de um monte de esterco de cavalo⁵⁷.

Os filmes que eram exibidos no Recife também reforçavam a importância que o automóvel deveria ter em uma sociedade que se propunha como moderna. As salas da cidade eram invadidas por filmes americanos que ressaltavam o carro como símbolo da masculinidade e da virilidade, fazendo assim com que os homens da elite ansiassem pelo bem.

Efetivamente, de todas as entidades que atuam hoje no Recife nenhuma é mais considerável, mais poderosa, mais cercada de prestígio, que o automóvel. Ele domina tudo, ou esmaga tudo. Não foi certamente para ele

⁵⁷ Depoimento concedido por dona Neuza Soares, à pesquisadora Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano, Apud: MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro. *Signos em confronto? O Arcaico e o Moderno na Cidade de Princesa (PB) na Década de 1920*. João Pessoa-PB: editora da UFPB, 2010, p.64.

que se fizeram os regulamentos, que se criaram as CCCC, que se estabeleceram tabelas. É porem, para ele, para o seu gozo particular de correr, que se destroem prédios, se alargam ruas, que se constroem pontes luxuosas, que se suprimem paradas de bondes úteis aos pobres diabos, como o que escreve isto, que destes se aproveitam... porque não se podem a toda hora aproveitar daqueles (FEITOSA, 2010, p. 58).

A influência europeia nas grandes capitais brasileiras seria um fenômeno que daria passos cada vez mais firmes no desenvolver do século XX, o tripé civilização/embelezamento/salubridade estaria presente em todas as reformas que almejavam dar uma nova aparência, forjar uma modernidade a partir dos hábitos das elites e dos seus discursos. É importante destacar que apenas uma pequena parcela da população recifense poderia desfrutar dos encontros com a modernidade (REZENDE, 1996). Cada vez mais, a cidade passa a ser planejada para os poucos que podem pagar por ela. Dessa forma, as classes populares são empurradas para as regiões onde as instâncias municipais não expandiram seus tentáculos, em que os cafés, a luz elétrica e os carros não passam de miragens distantes.

Deixam bem clara a rápida substituição, nas casas da gente mais fina, do violão pelo piano inglês, da modinha pela música italiana ou francesa, do rapé da Bahia e do Rio de Janeiro pelo charuto de Manilha, e, mais tarde, pelo de Havana, do doce ou do quitute brasileiro feito em casa pelo importado da Europa adquirido na confeitaria ou na mercearia, do remédio igualmente caseiro pelo igualmente importado da Europa e adquirido na botica ou na drogaria, da rede de repouso pelo canapé, pelo marquesão e pela cadeira de balanço, do santo de cajá feito por santeiro da terra pelo importado da Europa e de feições puramente europeias, do móvel feito por marceneiros pelo importado já feito de Portugal, de Hamburgo, da Inglaterra, da França e até dos Estados Unidos, da renda e do bico feitos na terra pelos fabricados na Europa e de lá importados, do vasilhame de barro pelo de ferro, pelo de vidro ou de cristal, das joias de ouro e prata maciça feitas na terra pela importada da Europa e aqui trocada, com enorme vantagem, pela da terra, por judeus da Alsácia especializados nesse gênero de negócio. (FREYRE, 1936, p. 518)

No entanto, além das manifestações pontuais que eram por vezes expressas no cotidiano, o Movimento Regionalista, encabeçado por Gilberto Freyre entre outros, marcou forte oposição ao surto frenético de modernidade, tendo como marco a publicação do *Manifesto Regionalista*, que tinha como uma de suas características principais a idealização de um passado glorioso que é o combustível que move não apenas Gilberto Freyre, mas nomes importantes como Ascenso Ferreira⁵⁸ em uma cruzada contra o moderno.

⁵⁸ Ascenso Ferreira é um importante poeta pernambucano que integrou o movimento regionalista ao lado de Gilberto Freyre, usava sempre um grande chapéu de palha que se fazia notar em todos os lugares que andasse. SILVA, Jorge Fernandes Da. *Vidas que não morrem*. Recife: Departamento de Cultura, 1982

O Manifesto, mesmo sendo opositor ao surto de modernização, inegavelmente tem sua gênese nas mudanças de influência francesa, sendo caracterizado por um marcante antagonismo ao imperialismo cultural que tentava impor padrões de comportamento. Os regionalistas representavam nada mais que uma resistência, uma tentativa de preservar um passado recente, onde o Nordeste, em especial Recife, era um dos pontos comerciais e culturais mais efervescentes do Brasil, cenário que contrasta com a perda de importância política da região.

Gilberto Freyre valorizava, no colonizador português, a sua capacidade de misturar-se com outras culturas, sendo influenciado pelos que vinham de fora, os contatos externos, ao passo que também influenciava, deixava suas marcas nas demais culturas com que interagia. Esse era um movimento que ele não observava no Recife, que em sua ótica era uma mera reverberação dos ventos de modernidade que vinham da Europa, da França em especial. Em um artigo intitulado “Sugestões para o estudo da arte brasileira em relações com a de Portugal e das colônias”, Gilberto Freyre faz a seguinte observação sobre a cultura lusitana.

Um povo com uma capacidade única de perpetuar-se em outros povos. Dissolvendo-se neles a ponto de parecer ir perder-se nos sangues e nas culturas estranhas mas ao mesmo tempo comunicando-lhes tantos de seus motivos essenciais de vida e tantas das suas maneiras mais profundas de ser que, passados séculos, os traços portugueses se conservam nos traços dos homens e na fisionomia das casas, dos móveis, dos jardins, das embarcações, das formas de bolo. (FREYRE, 1933, p.173)

Não seria possível mudar de uma hora para outra todas as características da cidade e envolvê-la em um véu de modernidade. No entanto, alguns aspectos pontuais tornavam essa fantasia mais real. Se não era possível derrubar todas as casas e exportar hábitos e costumes franceses e do dia para a noite incuti-los em nossa sociedade, era possível se agarrar a momentos de modernidade.

Esse clamor por mudanças e a adesão a um projeto que se apresentava como vanguarda para os nossos padrões não estavam em sintonia apenas com o fetiche das elites recifenses, mas, nessa concepção de cidade moderna e limpa, era crucial a exclusão de grupos tidos como não dignos de viverem naquele ambiente perfumado e belo. Essa população será alvo de medidas governamentais de viés médico/sanitária durante todo o período, com o intuito de promover uma mudança de costumes e, quando possível, repelir tais indivíduos do novo centro do Recife. Sendo assim, condutas que não estavam alinhadas aos preceitos higienistas, e dentro de uma civilidade europeia seriam alvos da polícia.

A partir do século XVIII, com a ascensão da burguesia e suas normas de conduta através da expansão do mercantilismo e com o crescimento econômico, o conceito de civilidade⁵⁹ se espalhou por boa parte da Europa. Com o fortalecimento da concepção de civilização, a burguesia pregava a expansão desse conceito com o intuito de eliminar tudo que aos seus olhos soasse como bárbaro, leia-se tudo aquilo que não estava relacionado aos valores burgueses de sociedade.

O Conceito de “civilização” refere-se a uma grande variedade de fatos: ao nível da tecnologia, ao tipo de maneiras, ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos, às ideias religiosas e aos costumes. Pode-se referir ao tipo de habitações ou à maneira como homens e mulheres vivem juntos, à forma de punição determinada pelo sistema judiciário ou o modo como são preparados os alimentos. Rigorosamente falando, nada há que não possa ser feito de forma “civilizada” ou “incivilizada”. Daí ser sempre difícil sumariar em algumas palavras tudo o que pode descrever como civilização. (ELIAS, 1990, p. 23).

Nesse contexto, os operários representavam a classe a ser salva, oriunda de uma medida governamental, reconhecendo a importância de uma classe operária sadia e obediente para que a produção não sofresse impactos negativos por conta de doenças e “maus hábitos” que viessem a desviar o operário de sua “sagrada missão”.

2. 3 - A vida dos mais pobres/ modernidade nada inclusiva

As ações modernizantes citadas anteriormente chamavam a atenção pelo impacto causado na vida das classes populares, incidindo nos seus hábitos, formas de moradia e no uso dos espaços públicos. O combate aos cortiços e às habitações proletárias de forma geral foi uma das faces do plano moderno que se ansiava para a cidade⁶⁰. Sendo assim, era intuito do governo e das elites enquadrar as camadas pobres da população recifense nos padrões de higiene e ordenamento.

As reformas urbanas, bem como o pensamento higienista, tiveram inspiração nas obras e reformas que ocorreram nas cidades europeias após a Revolução Industrial, o que

⁵⁹ Para Elias, ao falar em civilização, traçamos um paralelo entre dois povos, qualificando um em detrimento do outro. No entanto o autor ressalta que não necessariamente isso os torna melhor ou pior. Tornar-se o dito civilizado não tem conotação positiva por si só. (ELIAS, 1990).

⁶⁰ Compartilho da visão de Flávio Teixeira. Uma modernidade que sempre foi parcial e excludente, por seu viés elitista no que tange aos novos hábitos que estavam sendo inseridos na capital pernambucana. As classes baixas que habitavam o Recife não teriam condições de dividir os mesmos espaços que a elite sendo paulatinamente repelidas do centro e “convidadas” a habitar regiões mais afastadas do novo centro. (TEIXEIRA. 1994)

resultou em um maior adensamento populacional e no consequente desgaste das já precárias condições de salubridade urbana. Dessa forma, médicos e engenheiros passaram a combater (com anuência do Estado e financiados por ele) os focos tidos como irradiadores de moléstias e “maus hábitos”.

As consequências das mudanças urbanísticas e da modernidade que se propagavam culminaram em mudanças na vida dos mais pobres, crianças abandonadas, prostitutas, trabalhadores informais e capoeiras. A classe operária seria o alvo “preservado”, uma vez que representava uma engrenagem fundamental na nascente indústria pernambucana.

Disciplinar as classes populares como um todo significava tentar controlar a “criminalidade” no entender das elites. Desta forma, atividades que estivessem associadas ao “não trabalho” eram alvo da polícia recifense caracterizando assim um combate à figura do vadio. Era acusado de vadiagem todo aquele cidadão, em geral preto e pobre, que não possuísse bens materiais e que tirasse o seu sustento de atividades não regulares, como gasoseiros, engraxates entre outros que não possuíam emprego fixo.

Os vagabundos, mendigos validos e hebrios habituais, vadios e desordeiros (...). Tornar-se-ão úteis a si próprios e a sociedade, que não deve ter em seu seio indivíduos ociosos e prejudiciais, e sim segregá-los em local onde deixem de constituir ameaça a coletividade⁶¹.

Ao contrário da apropriação atual do termo, a imagem do vadio não estava remetida apenas à ociosidade, visto que a imoralidade também fazia parte desse imaginário, pois, no entender das elites, a vadiagem (ócio) representava a porta para que os vícios que degeneram o ser humano pudessem adentrar. A dita vadiagem estava entre as contravenções no código penal da República, datado de 1890, onde “ser” vadio consequentemente recaía sobre as classes populares, homens pobres livres, que tinham o azar de não serem senhores de escravos e a sorte de não os ser (LOPES, 2003).

Sendo assim, os ditos vadios seriam facilmente reconhecidos, fosse pela sua cor (negra) fosse por seus costumes e sua linguagem, tida como ofensiva.

Hontem, as 7 e meia horas da noite, pouco mais ou menos, o subdelegado capitão Agnello, da Boa Vista, encontrando um creoulo muito bêbado na rua da Imperatriz, ordenou a duas praças que o levassem para a detenção e retirou-se. Na ausência desta autoridade os dois soldados praticara revoltante barbaridade com o creoulo, que não podia caminhar devido ao seu estado de embriaguez e teve de ser arrastado, em vez de ser conduzido em padiola

⁶¹ Jornal do Comércio, Recife, 16/08/1923, Ecos e Comentários, p. 03. Apud LOPES, 2003.

convenientemente amparado. Os policias seguraram-lhe os dois pés e puxaram-n’o sobre o calçamento, quebrando a cabeça do infeliz e ferindo-lhe as costas nas pedras. Ao chegar na ponte o pobre homem, bastante ensangüentado, não suportou mais os horrores do transporte, e gritou que já estava quase á morte. O facto attrahiu a attenção de muitas pessoas, que se aglomeraram manifestando a sua reprobção áquella selvageria, mas os soldados, aos quais já se haviam reunido outros, affirmaram que a policia não seria desautorada e que o ébrio havia de seguir assim mesmo. E assim mesmo foi conduzido até a detenção, onde deve ter chegado em condições lastimaveis. Alem d’isso um individuo, que se julga auxiliar da policia n’aquella freguesia, dirigiu-se a um grupo que protestava contra o acto de crueldade posto em pratica, e, em termos provocantes, ameaçou com uma faca de ponta a quem desejasse enfrental-o. Apresentaram-se diversos e o valentão teve de guardar a arma e sahir cabisbaixo, acompanhado pelo molecorio, que lhe deu uma solemne vaia. O capitão Agnello deve recomendar um pouco de humanidade e prudência aos seus subordinados.⁶²

A citação acima deixa transparecer a forma que a população pobre do Recife era tratada pelas forças coercitivas. Bêbados, prostitutas e ambulantes eram “inimigos” a serem combatidos por conta de suas posturas “desviantes”, embriaguez e roupas “indecorosas”. Para as elites que comandavam a capital pernambucana, as ditas “classes perigosas” que habitavam o agora “moderno” centro da cidade deveriam estar sob vigilância da polícia, ou preferencialmente situada nos subúrbios, longe dos novos parques, das ruas arborizadas (LOPES, 2003).

A forma de abordar e de “resolver” o problema no que tange ao menor de idade e a presença de mendigos nas ruas do centro do Recife são as mesmas, pois parte-se do pressuposto que ambos estão encaixados no grupo dos sujeitos indesejáveis, sujeitos que não combinam com uma cidade que se propunha moderna, com carros em alta velocidade, cafés e parques arborizados, largas avenidas que serviam de passarela para as elites demonstrarem sua elegância e refinamento. A mendicância e os menores abandonados eram os representantes da selvageria, sendo que a única forma possível de os retirar desse meio e inculcá-los os preceitos da nova urbe seria através do trabalho.

Nas fábricas espalhadas pela cidade do Recife, crianças estavam expostas ao cotidiano do mundo fabril trabalhando em lugares insalubres com máquinas perigosas e enfrentando jornadas abusivas, estando desprovidas de escola, de assistência à saúde e de lazer. A socióloga Rosilene Alvim em sua obra *Sedução da cidade: os operários camponeses e a fábrica dos Lundgren* (1997) mostra , através de depoimentos de ex-operários da fábrica, que era comum a presença de crianças que trabalhavam naquele cotonifício de tecidos, estando

⁶² A Província, 25/05/1902. p. 31

expostas aos mesmos perigos que os adultos. O trabalho infantil atendia a uma demanda dos patrões por mão de obra barata, no entanto é importante destacar que o ganho proveniente do trabalho infantil representava uma contribuição importante na renda da família operária, sendo a criança desde cedo “aguardada” no mundo do trabalho.

A fábrica de fiação mecânica se instala na aldeia, o mais próximo possível das fontes de mão-de-obra, utilizando e remunerando a equipe familiar como um todo – o pai, auxiliado pela mulher e inspecionando os filhos. (...) Mas, mesmo fora das fábricas, a condição de vida dos proletários é regida por uma rigorosa economia familiar. O salário do pai corresponde à parcela principal dos rendimentos complementado, tão logo seja possível, pela contribuição dos filhos, fenômeno que explica um índice de natalidade entre os operários (...). Nessa perspectiva, compreende-se a hostilidade a qualquer restrição ao trabalho infantil. (ARIES & DUBY, 1997, p. 110)

As crianças representavam, dentro do mercado de trabalho, uma parcela significativa da mão de obra. Devido à ausência de políticas públicas para atender os menores advindos das classes populares, essas crianças em estado de vulnerabilidade estavam expostas à ganância de patrões que buscavam pagar o menor salário pelo maior esforço possível. É importante destacar que, para as elites, era preferível uma criança enfrentando jornadas de trabalho a estar pelas ruas empinando papagaio ou jogando bola. A lógica burguesa de que o trabalho seria uma das formas de moralizar as classes populares estava inserida nesse contexto.

Seguindo essa lógica, Carlos Alberto de Menezes demonstra sua preocupação com o problema da mendicância infantil e os desdobramentos que isso poderia apresentar. Dessa forma, aponta a vila como espaço ideal para o crescimento saudável e ordeiro das crianças.

Onde não há esse recurso, as crianças se criam soltas no campo como animais, adquirem logo vários vícios, dos quais o primeiro é o hábito de fumar, passam depois à bebida, ao jogo, ao uso da faca, que eles consideram logo um utensílio indispensável. (COLLIER. 1996, p.78)

Algumas tentativas de preservar a infância foram realizadas em Recife e em outras capitais brasileiras no início do século XX. Como saldo dessas tentativas, ocorreu no Rio de Janeiro o Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à infância onde uma das questões abordadas era a criminalidade juvenil e a exploração através do trabalho.

O Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, cômico de que já é tempo de serem resolvidos os problemas mais palpantes em favor da criança, considera um dever da Nação a organização imediata e perfeita da Assistência Pública em todo o país, estatuinto de uma maneira eficiente e prática, como um dos seus mais importantes ramos, a assistência oficial à infância, por acordo da União com os Estados, as municipalidades e as obras

de iniciativa particular do tipo dos Institutos de Proteção à Infância já fundados, devendo ser estabelecido um serviço completo ou uniforme, colimando as exigências modernas da civilização em prol da eugenia do nosso povo. (MONCORVO, Filho in CÂMARA, 2006 p.764)

Em grande parte, estes crimes eram cometidos por crianças e jovens que viviam em condições precárias e sem assistência do Estado. Por conta da inexistência de políticas públicas nos campos da educação e da saúde, coube às forças policiais tratarem do problema da delinquência juvenil (MIRANDA, 2008). Dessa forma, as crianças e os jovens de Recife que pertenciam às classes populares passam a integrar o grupo a “ser combatido” juntamente com os trabalhadores informais, escravos recém-alforriados e toda a classe pobre.⁶³

Os menores não escaparam daquelas políticas de repressão e contensão. Os novos padrões de convívio impostos entraram em choque com as formas habituais de ocupação do espaço urbano, resultando numa constante vigília e repressão das manifestações tradicionais de convívio. As brincadeiras, os jogos, as “lutas”, as diabruras e as formas marginais de sobrevivência daqueles garotos tornaram-se passíveis de punição oficial. Os meninos das ruas tornaram-se “meninos de rua” (MOURA Esmeralda Blanco de Crianças operárias na recém-industrializada São Paulo. In: PRIORE, p. 262.).

Tais fatos ilustram bem como se processava esse momento no Brasil no que diz respeito às classes populares. A elite tinha o intuito de eliminar a sujeira e a desordem que estava associada diretamente aos negros, menores abandonados, prostitutas entre outros grupos marginalizados que não possuíam ocupação formal e ocupavam as ruas a fim de obter o seu sustento através de vendas ou pequenos furtos. É possível, então, estabelecer uma relação entre a ausência de trabalho e a imoralidade, a vadiagem.

Era necessário que o conceito de trabalho ganhasse uma valoração positiva, articulando-se então com conceitos vizinhos como os de “ordem” e “progresso” para impulsionar o país no sentido do ‘novo’, da “civilização”, isto é, no sentido da constituição de uma ordem social burguesa. O conceito de trabalho se erige então, no princípio regulador da sociedade, conceito este que aos poucos se reveste de uma roupagem dignificadora e civilizadora, valor supremo de uma sociedade que se queria ver assentada na expropriação absoluta do trabalhador direto, agente social este que, assim destituído, deveria prazerosamente mercantilizar sua força de trabalho – o único bem que lhe restava, ou que, no caso do liberto, lhe havia sido ‘concedido’ por obra e graça da lei de 13 de maio de 1888. (CHAHOULB, 2001, p.47)

Um problema que se apresentava para as elites locais, e conseqüentemente para a polícia, era a prostituição, pois, ao contrário da vadiagem, combatê-la não significava excluí-

⁶³ MIRANDA. Humberto. Meninos, moleques, menores... Faces da infância no Recife 1927 – 1937. UFPE. 2008.

la de vez da capital pernambucana (COUCEIRO, 2007). A prostituição de baixo meretrício⁶⁴ traz ao centro do debate higienista as famosas pensões, uma vez que eram os locais utilizados geralmente para as práticas amorosas e onde as meretrizes alugavam os quartos para poderem receber seus clientes, tornando-se assim ambientes aglutinadores de pessoas e ideias que poderiam soar como ameaça aos novos preceitos da elite recifense.

Os papéis sociais que são conferidos à mulher são importantes para que se possa compreender as problemáticas em que ela está inserida nesse contexto de modernização das cidades. Uma modernização, porém, que não se fez presente na “atualização” de alguns papéis que são atribuídos historicamente à figura da mulher. A supervalorização da família, e consequentemente da maternidade, promoveu uma maior vigilância quanto às práticas sexuais femininas. Dessa forma, a mulher ocupa o lugar de mãe, um papel importante dentro da estrutura social que se almejava e que, ao mesmo tempo, a aprisionava em normas rígidas que não poderiam ser desviadas.

No discurso médico, dois caminhos conduzirão a mulher ao território da vida doméstica: o instinto natural e o sentimento de sua responsabilidade na sociedade. Enquanto para o homem é designada a esfera pública do trabalho, para ela o espaço privilegiado para a realização de seus talentos será a esfera privada do lar. Tudo o que ela tem a fazer é compreender a importância de sua missão de mãe, aceitar seu campo profissional: as tarefas domésticas, encarnando a esposa-dona-de-casa, mãe de família. (RAGO, 1987, p. 75)

Dessa forma, a honra era vista como algo importante para a mulher, que poderia ser moeda de troca em algum “bom negócio” (casamento), sem falar que estava atrelada ao plano moralizador da época. A família seria então composta por um marido respeitável e uma mulher/mãe recatada em seus hábitos e que teria em sua devoção aos símbolos da Igreja católica sua dedicação diária. A Igreja tem um papel importantíssimo na formação da mulher ideal, da família ideal. Maria, mãe de Deus para os católicos, deveria ser o exemplo a ser seguido por toda a mulher ordeira. Com as atribuições e restrições impostas, o mundo da mulher estava, por vezes, delimitado entre a casa e a igreja, dificultando a sua participação nos espaços públicos que possibilitassem sua emancipação. No entanto, é importante destacar que o cenário relatado nestas breves linhas diz respeito às mulheres da elite. As mulheres pertencentes às classes baixas desde sempre tiveram a rua, o espaço público, como seu

⁶⁴ De acordo com RAGO (1991) a representação do que viria ser o baixo meretrício, enfatiza o aspecto de uma animalidade, de uma sexualidade que afronta a moral burguesa. Seria então o mal a ser extirpado, uma vez que ameaçavam os esforços da elite em higienizar a cidade.

habitat, portanto, o trabalho desde cedo e os perigos das ruas não atingiam apenas uma pequena parcela da sociedade.⁶⁵

Combater a prostituição não significava necessariamente retirá-la de vez da paisagem recifense, tanto que o código penal de 1890, em vigência nas primeiras décadas do século XX, não tratava diretamente desta temática. Sendo assim, o intuito da polícia passava mais pelo caráter de controle desta atividade de forma que não ferisse a moral e os bons costumes cultuados pela elite da capital, sendo essa prática permitida como forma de garantir o “divertimento” dos homens da alta sociedade para que pudessem, através das “filhas de Vênus”, “funcionárias”, “mulheres da vida livre”⁶⁶, saciar seus instintos sexuais sem macular o nome e a reputação de alguma “menina de família”.

Solicito que v.exc. se digne de recomendar ao major inspetor da guarda civil que mande instruir aos guardas destinados ao policiamento neste distrito, a respeito da repressão aos hábitos deponentes de alguns rapazes viciados e os escândalos de certas hetaíras recalcitrantes e despudoradas. É ordem terminante desta delegacia proibir a qualquer meretriz a estar sentada a porta de sua residência e manter-se em conversa com indivíduos que as procuram, porque essas decaídas nunca se portam convenientemente aos nossos costumes.⁶⁷

No entanto, a historiadora Sylvia Costa Couceiro em seu artigo “A sedução da noite nos cafés do Recife dos anos 1920: entre prazeres e transgressões” analisa de que forma os homens da elite se “relacionavam” com a prostituição em seus espaços. O Café Chile, localizado na Praça da Independência, área central da capital pernambucana, era tido, no início do século XX, como um espaço que abrigava uma pequena parcela mais abastada da sociedade.

Funcionando até às duas horas da manhã, suas noites eram animadas por suas noites eram animadas por uma orquestra que se apresentava diariamente. O estabelecimento era iluminado a luz elétrica, e tinha “copa à vista do freguês”, podendo ser inspecionada pela clientela, demonstrando que essa deveria ser composta de pessoas exigentes quanto aos padrões de higiene e limpeza dos locais que freqüentavam. O Café possuía em seu interior uma tabacaria que dispunha para comercialização, segundo os anúncios, de cigarros, charutos e fumos de diversas procedências, o que demonstrava a preocupação em agradar os fumantes mais exigentes. O cardápio da casa também sugeria que sua freguesia era formada de indivíduos mais abastados. Visando agradar os mais diversos paladares, o

⁶⁵ Sobre o papel da mulher no trabalho fabril e a sua ocupação de espaços públicos, ver mais: RAGO (1985, 1997), PERROT (1988), HOBBSAWN (2010)

⁶⁶ Sobre as nomenclaturas dadas as prostitutas, ver mais: SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa de. Lazer permitidos, prazeres proibidos: sociedade, cultura e lazer em Campina Grande (1945-1965); UFPE, Recife, 2002 – Doutorado em História.

⁶⁷ Jornal do Commercio. Na polícia e nas ruas. Pelos bons costumes. Recife. 20/04/1921- p. 04. Apud: ROSA, 2003.

menu oferecia uma variada gama de petiscos, que iam desde refeições ligeiras, como “macarronada à italiana, ovos quentes e fritos e comidas frias”, até guloseimas mais sofisticadas, como “sorvetes, refrescos, chocolates, bombons, chá, café, torradas”, passando por um amplo sortimento de bebidas, que incluíam “grogs, cervejas, champagne, whisky e bebidas de todas as qualidades”. A divulgação na imprensa de um cardápio diferenciado, que oferecia aos clientes alimentos e bebidas mais refinados e dispendiosos, nos leva a pensar que o Café Chile buscava atrair um público mais requintado, tentando passar, através da imprensa, a imagem de um estabelecimento moderno, confiável e com ambiente seletivo. (COUCEIRO, 2007, p.7)

Tais fatos não passavam despercebidos pelos jornais da época, que estampavam os mais variados acontecimentos em suas páginas com as chamadas “filhas de Vênus”, “Camélias” ou “Filhas de Jerusalém”, nomes dados às prostitutas da época. Várias são as queixas feitas pelas autoridades, que encontram na imprensa uma perfeita caixa de ressonância para suas insatisfações. Os jornais abrem suas páginas para registrar o dia a dia das mulheres que ganhavam seu sustento ou aumentavam seus ganhos com o seu corpo. Com os títulos mais diversos, entre eles a “estatística mundana”, os juízos de valor estão presentes, desviando o jornalista da sua função de apurar notícias relevantes à população e tornando-o um mero especulador da vida alheia (SOUZA, 2002).

A imprensa da época retratava as situações envolvendo prostitutas com cenários de conflitos, violência e distúrbios sociais causados por ciúmes e crimes envolvendo meretrizes e clientes que não pagavam o que havia sido acordado anteriormente e também cafetões que exploravam mais do que as mulheres. Era comum que comportamentos tidos como imorais pela sociedade da época fossem alvo das investidas da polícia recifense. Sua linguagem, por vezes chula e sua roupa tida como vulgar feriam os brios da sociedade que buscava se equiparar aos preceitos europeus de civilidade e aformoseamento.

Controlar a prostituição fazia parte do plano de controle das classes pobres, em especial os homens que buscavam tal serviço. Associadas à prostituição, estavam características tidas pelas elites como perigosas, como uma vida desregrada, confusões, o vício do álcool e jogos que poderiam soar como ameaça ao operário ordeiro e sadio almejado pelas vilas operárias e assim desviá-lo de sua “sagrada missão”. As vilas pregavam um ambiente de disciplina em sintonia com o que era exigido dentro das fábricas. Sendo assim, a polícia tentava, através de métodos coercitivos, restringir o raio de ação das prostitutas de baixo meretrício, regulando o horário de funcionamento de pensões e demais estabelecimentos que servissem para esse fim.

Tal distinção entre classes, ao tratar sobre uma mesma dificuldade de ordenação social, advém da “preservação” do trabalhador industrial sadio e ordeiro, já que este pertencia à classe mais desfavorecida, e justamente nela a prostituição seria alvo de vigilância.

Dessa forma, o combate não dizia respeito à prostituição de forma ampla e irrestrita. As “camélias” que atendiam as classes populares, os operários e os demais trabalhadores pobres das cidades é que despertavam a atenção das autoridades policiais. O vocabulário tido como indecente e as vestes “vulgares” representavam o problema a ser combatido por alguns setores da elite recifense. Como diz Rago (1991, p. 294) sobre a prostituição ligada às classes populares “adquiria todo um caráter de sordidez maldita, de descontrole desenfreado, de excesso dionisíaco que assustava as classes privilegiadas”.

No entanto, mesmo com tentativas constantes de cerceamento da liberdade desses grupos, a polícia não conseguiu atenuar o medo e o incômodo que as elites sentiam perante os grupos que atentavam diariamente contra a nova perspectiva de cidade moderna, higiênica e ordeira (ROSA, 2003). Além da prostituição, problemas como a mendicância e o consumo de álcool atormentavam as elites e eram motivos de preocupação para esses grupos que temiam os problemas que vinham na esteira trazida pela embriaguez das classes populares. Seguindo essa perspectiva, homens ou mulheres alcoolizados estariam mais propensos a ofender a moral, a praticar atos teoricamente não praticados em estado tido como normal.

Com frequência, os jornais que circulavam pela capital recifense anunciavam detenções de indivíduos classificados como perigosos, sugerindo, em diversas ocasiões, medidas que livrassem a população que frequentava o centro da cidade dos mendigos, capoeiras, gasoseiros, ébrios e das habitações insalubres que tanto incomodavam a elite política recifense. Atrrelados ao discurso das elites, os jornais implantaram, durante boa parte do início do século XX, uma verdadeira batalha contra as moradias populares, indo dos mocambos e palafitas que ocupavam a área ribeirinha da capital aos antigos sobrados que aglutinavam diversas famílias.

O surto moderno que arrematou Recife na transição do século XIX para o século XX desencadeou um aumento no preço dos aluguéis nas áreas centrais da cidade, resultando em uma fuga dos trabalhadores dessa região, uma vez que a carestia impossibilitava sua permanência no imóvel.

Com os ventos da modernidade passando pela cidade do Recife, o aumento do custo de vida também sofreu um impacto importante e isso se refletiu no preço dos alugueis

dificultando as já precárias condições de vida das classes populares. A moradia tornou-se um alvo do governo e da prefeitura da cidade do Recife, a habitação proletária foi, ao longo da primeira metade do século XX, alvo de constantes investidas no sentido de combate a uma casa insalubre e que, no entender das elites, deteriorava quem a habitasse (MOREIRA, 1995). A moradia foi tema em 1907 do Congresso Médico em Pernambuco, os mocambos e os casebres em que residiam as classes populares passam a ser tema de várias discussões por parte de médicos sanitaristas e engenheiros que “elegem” a moradia popular como uma ameaça à saúde pública e irradiadora de todas as pestes e doenças que acometiam os moradores da cidade. Nesse congresso, o renomado médico Octavio de Freitas, responsável pela luta contra a tuberculose no estado de Pernambuco, detalha o seu estudo que visa combater a doença que era responsável pela maior parte dos óbitos na região.

Compreendi que não podia adiar por mais tempo a execução do meu projecto e fiz publicar em Junho de 1900 um folheto sob o titulo A tuberculose no Recife onde, por meio de dados estatisticos, eu tornava patente a grande mortalidade da tuberculose entre nós, mostrava por meio de mappas graphicos como ella occupava o primeiro logar entre as molestias zymoticas, produzindo por si só, quazi a metade da totalidade dos obitos. Fiz tambem um estudo comparativo entre a sua mortalidade entre nós e em outras cidades quer nacionaes, quer estrangeiras e por fim apresentei as medidas a adoptar para a attenuação dos seus effeitos lethaes, tendo em começo enumerado as causas de sua frequencia excessiva entre nós.⁶⁸

A concepção dessas casas foi um plano das elites recifenses respaldado pelas teorias higienistas que davam aval para as intenções disciplinares que eram o objetivo dessas moradias que, por sua vez, representavam um mecanismo de controle do tempo do operário. O intuito de instaurar as vilas operárias era diminuir não apenas a insalubridade, mas frear os “maus hábitos” que corrompiam sua índole (PEREIRA, 2013). Era objetivo das elites despertar na classe proletária, através de uma casa limpa e salubre, o gosto pela família, o apreço pelo descanso e a vida regrada, ou seja, incutir no trabalhador operário o mesmo modelo de vida burguês. O modelo de vida burguês iria dificultar o acesso aos “vícios e tentações” que as ruas do centro do Recife poderiam oferecer (álcool, prostituição, brigas), pois estando longe destas tentações o operário iria render mais e melhor na escala produtiva, seria o operário idealizado pela classe burguesa, sadio e ordeiro.

Os mucambos são edificados em logares humidos, aterrados quasi sempre com lixo e cercados de pantanos e alagadiços, invadindo as aguas das grandes marés o interior de muitos delles. Seu material de construcção é composto de latas velhas ou pedaços de caixões para as paredes e capim, palha e folha de zinco para a coberta. O chão não tem revestimento algum e

⁶⁸FREITAS, Octavio. A luta anti-tuberculosa em Pernambuco. In: Annaes do 1º Congresso Médico de Pernambuco. Recife: Officina Typographica do Diario de Pernambuco, 1909. p.25. Apud: PEREIRA, 2013.

a divisão interna, quando existe, é a seguinte: - uma sala de frente, uma alcova sem ar e sem luz, onde dormem amontoadas tres e mais pessoas, uma sala de jantar e ao mesmo tempo cosinha e, num pequeno pateo posterior, uma fossa fixa constituída por um barril enterrado no solo. Isto nos mucambos que a possuem, porque em muitos, os despejos são feitos na maré que passa perto ou encostada á habitação⁶⁹.

Em 1923, o então governador Sérgio Loreto, proibia a reforma ou reparos de novos mocambos na área central da cidade. O tipo de habitação que se almejava para o operário pernambucano eram as vilas operárias, modelo que vinha se expandindo com ênfase por todo o estado.

Há um regulamento que define os princípios básicos gerais das chamadas vilas operárias. Alguns itens merecem ser destacados. As casas só podem ser alugadas a operários com famílias legalmente constituídas, considerando-se operários aqueles que ganham a vida com trabalhos manuais. As exigências disciplinares imperam, sendo expressamente proibido cuspir no chão, mudar a posição das portas, janelas, ferrolhos ou mesmo colocar pregos em qualquer parte da casa. Não podem os inquilinos criar porcos, galinhas ou mesmo qualquer outro animal doméstico, mesmo pássaros em gaiola. Mais ainda, eles são obrigados a evitar discussões com os vizinhos, sendo punido com a perda da moradia aqueles que tiverem o vício da embriaguez. Até a realização de festas sofre limites. Para assegurar a ordem, as residências podem ser visitadas a qualquer hora do dia. (REZENDE, 1997, p. 53)

De acordo com os saberes higienistas da época, as vilas operárias seriam as melhores habitações para os trabalhadores operários uma vez que atenderiam suas necessidades no que diz respeito às melhores condições de salubridade. Os padrões de higiene eram o foco desses profissionais em sua “cruzada” contra as doenças e os “maus hábitos” da população pobre que, no entender desse grupo, estaria mais suscetível à contaminação por doenças venéreas, ou mesmo a tuberculose e a malária que faziam vítimas por todo o estado.

A influência imoral da sujeira e do desconforto nunca foi suficientemente levada em consideração. Esta influência é anti-social no mais alto grau, o estado miserável de sua casa é uma das causas essenciais que conduz um homem a gastar seu dinheiro em prazeres egoístas: ele entra em casa esgotado, aspira à tranquilidade, tem necessidade de repousar: a sujeira, a miséria, o desconforto sob todas as formas o cercam, ele só deseja então ir embora, se puder (TEIXERA, 2001, p.6)

Os cortiços, mocambos e demais moradias das classes populares, bem como seus moradores, representavam entraves ao progresso e à modernidade desejada, pois estavam localizados nos espaços que as elites queriam embelezar e higienizar, ou seja, tornar moderna

⁶⁹FREITAS, Octavio. In: Annaes do 1º Congresso Medico de Pernambuco. Recife: Officina Typographica do Diario de Pernambuco, 1909. p.54. Apud: PEREIRA, 2013.

a área central da cidade, que seria a “sala de estar” daqueles que viessem visitar a capital recifense.

Há na cidade homens e crianças sem profissão certa e sem residência, e toda a gente sabe que a miséria e o vício geram-se um ao outro [...] É no meio destes que o alcoolismo se espalha vitoriosamente contaminando o lar miserável, sem conforto e sem higiene, atingindo como um polvo hediondo a mulher e os filhos.⁷⁰

Alguns nomes marcaram de forma expressiva esse momento de constantes modificações urbanas na cidade do Recife. Entre eles podemos citar o médico Amaury de Medeiros e o engenheiro Saturnino de Brito. Ambos promoveram em Recife, contando com o respaldo dos governantes e da elite, modificações urbanas, que ansiavam uma mudança de hábitos dos cidadãos (MOREIRA, 1995). Amaury de Medeiros trabalhou como médico na gestão do governador Sérgio Loreto (1922-1926) e via a função que iria assumir não apenas na esfera médica, receitando medicamentos aos pacientes enfermos. Seu raio de ação iria extrapolar as fronteiras do consultório e iria incidir sobre uma tentativa de controle sobre as classes populares, identificando quais medidas de cunho sanitário e profiláticas seriam úteis para sanar o que considerava o foco de todas as doenças, os hábitos dos mais pobres.

Amaury era o genro do governador de Pernambuco no período de 1922/26. Neste período, contando com o respaldo e carta branca do governador para suas ações higienistas, empreende contra as classes populares uma concepção de corpo doente a ser medicado. Dessa forma, desejava “limpar” a cidade de todas as marcas de epidemias, doenças contagiosas e venéreas. Os discursos de Amaury de Medeiros eram veiculados nos jornais de grande circulação da capital pernambucana e continham um apelo de “guerra” contra a insalubridade, e, por vezes, uma tentativa de catequizar os “infieis”.

É verdade que não temos uma massa subterrânea em ebulição, mas, 'uma massa de doentes e ignorantes, como afirmou uma vez o governador do Estado. Esta massa acabará por ter uma visão deformada de nossos princípios e se poderá movimentar, com todos os inconvenientes de sua ignorância e violência.⁷¹

Amaury de Medeiros se formou no Rio de Janeiro, onde morou até o ano de 1922, quando veio a Recife a convite de Sérgio Loreto assumir a diretoria de Saúde e Assistência do Recife (MOREIRA, 1995). Na capital pernambucana, gozou de prestígio e confiança por parte das elites urbanas. Com seu poder à frente da diretoria, demonstrava através de

⁷⁰ Diário de Pernambuco. De uns e de outros, coluna assinada pelo jornalista Aníbal Fernandes. Recife. 11/01/1921 – p. 03. Apud: ROSA. 2003

⁷¹ Dr. Amaury de Medeiros - Entrevista ao Correio da Manhã. ao Jornal do Comércio, p. 15, 7/01/1923. Apud: LOPES. 2003.

discursos e atos a forma enérgica com que tratava a questão da insalubridade que acometia o a cidade. Seu poder era tamanho que, acima da diretoria de higiene a qual era diretor, só devia explicações ao governador, Sérgio Loreto, que também era seu sogro.

Já o engenheiro sanitarista Saturnino de Brito, esteve em Recife de 1910 a 1917 e foi responsável pela grande obra sanitária da capital pernambucana até então, instalando uma extensa rede de esgoto e água encanada. Francisco Saturnino Rodrigues de Brito nasceu em 14 de julho de 1864, no município de Campos, no Rio de Janeiro, vindo a falecer em 10 de março de 1929, no Rio Grande do Sul, enquanto vistoriava obras de saneamento que ele projetara para algumas cidades daquele estado.

Pode-se encontrar em Saturnino de Brito uma visão globalizante do espaço urbano que repudiava operações de redesenho estético urbano em escala pontual que intervinham apenas em partes da cidade. Procurava, sim, planejar o conjunto da cidade adotando o planejamento como meio de garantir o desenvolvimento harmônico desta. Em seus projetos de saneamento sempre ressaltava a necessidade de previsão do crescimento das cidades [...]. Brito colocava como inadiável a obrigação de prever a expansão da rede sanitária e dos arruamentos, tanto no caso das cidades planas como no caso das cidades acidentadas (MOREIRA 1992.p. 18).

Diante dos fatos expostos, pode-se concluir que as modificações urbanas que ocorreram em Recife estavam atreladas não apenas a um ideal de beleza arquitetônica ligada à *Belle Époque* e às mudanças que ocorreram na Europa. As elites locais, além do desejo de rompimento com um passado que estava relacionado ao Império e ao escravismo, via a necessidade de pôr a sua região na rota da modernidade, do belo. Tais Discursos trouxeram em seu bojo questões ligadas à higiene e, conseqüentemente, a uma perseguição àqueles que eram tidos como ameaças ao novo modelo de cidade que se almejava. As vilas operárias faziam parte do projeto de modernidade, onde o operário estaria “guardado” em um lugar dito limpo e seguro para que pudesse desempenhar suas funções na fábrica. No projeto de uma cidade moralizante, as vilas operárias desempenham um papel fundamental por seu conceito de ordenamento.

CAPÍTULO III CENTROS DE SOCIABILIDADES NA FÁBRICA DE CAMARAGIBE

3.1 O Funcionamento da vila de Camaragibe

Sempre foram boas. Com muito respeito à procissão do Sagrado Coração de Jesus, padroeiro daqui, sempre foi de muito respeito. A procissão com a banda de música, muito bom.⁷²

O relato do Sr. João Lucas, antigo morador da Fábrica de Tecidos de Camaragibe, dá o tom do que virá nas próximas páginas deste último capítulo. É importante compreender como se organizava o dia a dia dos operários em Camaragibe, o que nos fornecerá informações sobre o funcionamento das instalações da vila. Como mostrado no início deste trabalho, através da planta da fábrica, foi possível atentar para o objetivo dos diretores de criar uma minicidade (RAGO, 1987) para que os operários não precisassem sair da vila e não tivessem contato com o dito “imoral” que era representado, na visão das elites, pelos centros urbanos com seus bares, jogos e prostíbulos.

Dessa forma, esta última parte do trabalho tem como intuito analisar a vida cotidiana da classe operária têxtil da Fábrica de Tecidos de Camaragibe nos primeiros anos do século XX. A fábrica está inserida no binômio fábrica/vila operária, compreendido aqui como um complexo fabril onde as sociabilidades ocorriam. Entre as vivências diárias da classe operária, aspectos que dizem respeito à religião, educação e divertimento são importantes por serem fragmentos da cultura operária que se manifestam lado a lado com as tentativas de dominação ora implícita, ora explícita por parte dos diretores do cotonifício.

Buscamos identificar de que forma o cotidiano do operário se cruza com os afazeres da fábrica, em que momentos as vontades (de ambos os lados) não são conciliáveis, em que momentos surgem os conflitos de interesse e que consequências seriam percebidas em um habitat que se diferencia das fábricas tradicionais no que diz respeito a sua organização espacial com casas, padaria, armazém, escola, igreja entre outros. Muitos trabalhos versam⁷³

⁷² Depoimento de Sr João Lucas, ex-morador da Vila da Fábrica de Camaragibe inserido em um folheto em comemoração a festa do Sagrado Coração. Acervo pessoal. Pasta 05. Ano: 1982.

⁷³ Trabalhos consagrados na historiografia nacional analisam aspectos diversos sobre os operários no Brasil, ver mais: BATALHA, Cláudio H. M., A historiografia da classe operária no Brasil: Trajetória e tendências. In FREITAS, M. C. (org.). Historiografia brasileira em perspectiva. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2003, FAUSTO,

sobre os mais diversos aspectos da classe operária, sua organização de classe, sindicatos e greves, no entanto, neste capítulo, iremos nos ater ao cotidiano operário em uma conjuntura específica, as vilas operárias.

As fábricas que contêm vilas operárias em seu complexo produtivo possuem uma hierarquia singular que se deu através dos desdobramentos do capitalismo industrial. A hierarquia tende a organizar o mundo da vila conferindo, assim, sentido ao conjunto de aparatos que ela dispõe estrategicamente aos operários: escolas, hospitais, lazer com as sociedades dramáticas, o clube de futebol e de tiro, bem como as seções da fábrica atreladas à fabricação e tingimento de tecidos. (CORREIA, 1997)

As vilas tinham o intuito de simular uma minicidade, dessa forma, encontramos as documentações referentes à fábrica de Camaragibe destrinchando alguns setores e esmiuçando sua utilidade.

Armazém: As duas grandes secções são destinadas uma a venda de gêneros alimentícios e outra a vendas de fazendas e miudezas. Sendo as quatro secções a seguir destinadas ao açougue, padaria e quarto para caixeiros.

Padaria: Destinada ao fabrico de pão sendo a venda do mesmo feito no armazém cooperativo. Consta de uma grande sala e dois fornos.

Escola do sexo masculino: É um sobrado grande, tendo na parte anterior do andar térreo, duas vastas salas em ângulo reto com diversas separações moveis. Ai forneciam as diferentes aulas do curso primário. O fim desta disposição seria oferecer um local de festas da mesma escola. A parte posterior do pavimento, e a superior formam o local da moradia dos professores. A área total seria de 650 metros quadrados, todo rodeado de grades e arborizado. Há mais cinco latrinas equipadas com descarga para auxiliar na manutenção da salubridade.

Escola infantil do sexo feminino: Ocupam três prédios construídos na mesma linha, com intervalo entre um e outro e inteiramente cercados por um muro que formam dois pátios internos. A parte central é ocupada por uma moradia das professoras. Prédio equipado com três latrinas com descarga para auxiliar na salubridade.

Consultório médico: É um prédio com quatro divisões internas, sendo uma sala para consultas, juntas a essa estão às salas de exames médicos e uma sala de esperava para homens e outra para senhoras.

Sede do círculo católico: É uma pequena sala de vinte e dois metros quadrados comunicado com um salão simples e confortável que termina por um palco. Aqui se reúne a sociedade religiosa e recreativa que tem o nome acima citado e servindo ao mesmo tempo para apresentações teatrais podendo conter 500 espectadores.⁷⁴

Boris. Trabalho urbano e conflito social (1890-1920). São Paulo: Difel, 1986, 4ª. Ed, e RODRIGUES, Leônicio M. Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966.

⁷⁴ Escolas da vila. Série intelectual. Pasta 7. P.2. Sem ano.

De acordo com a citação acima, podemos afirmar que a oferta de tais serviços para a classe operária que residia em Camaragibe tinha o intuito de promover uma maior imobilidade do trabalhador. Todos os serviços, desde o armazém que teria, em tese, o intuito de vender os gêneros alimentícios a preço justo e boa qualidade, chegando até as secções de tingimento de tecidos, estavam sob a tutela dos diretores da fábrica, que almejavam que cada espaço estivesse norteado pelos ideais da salubridade, ordenamento e dos valores cristãos.

Segundo a documentação nos mostra, é possível percebermos que na vila da fábrica de tecidos de Camaragibe havia “serviços” típicos de pequenas cidades, tal configuração não se dá ao acaso. O armazém, a padaria, as escolas e por último um centro religioso (católico) objetivam que o trabalhador passe a maior parte do tempo inserido nesse perímetro, próximo às investidas dos patrões ao sinal de posturas desviantes. Mais a frente, veremos que a minicidade torna-se mais “completa” com a inserção dos centros recreativos ligados ao futebol⁷⁵, à música, à encenação e tiro ao alvo entre outros de menor expressão e duração.

Na vila operária de Camaragibe, o trabalhador tinha sua moradia condicionada ao seu emprego na fábrica, sendo possível dispor de uma rede de serviços como posto médico que iria atender as primeiras demandas médicas e os casos menos urgentes ligados aos acidentes de trabalho ou as intempéries do dia a dia, o Armazém, onde eram vendidos os gêneros de primeira necessidade e a escola, onde, de acordo com os preceitos cristãos que norteiam os ditames da Fábrica de Tecidos de Camaragibe, seriam ensinados as crianças os saberes iniciais sob a tutela dos padres Dehonianos.

Entre as normas para ocupar uma das casas da companhia, era preciso ter uma família “tradicional” aos moldes do cristianismo, não sendo permitido, portanto, que solteiros ocupassem uma das residências, tendo em vista que sua condição conjugal poderia acarretar desvios morais na vila⁷⁶. Homens e mulheres solteiros deveriam estar atrelados a alguma família através de parentesco, sendo um sobrinho ou uma neta distante por exemplo. A casa seria, por vezes, o foco de atenção da diretoria da fábrica, uma vez que a “casa operária” era tida pelas elites como um problema⁷⁷ a ser solucionado visto que poderia partir dela todo o “mal” que incidia sobre a classe operária.

⁷⁵ Sobre o Guarany futebol Club, pouquíssimos documentos foram encontrados, o que supõe que não houve grande êxito em sua jornada.

⁷⁶ Companhia Industrial Pernambucana. P. 17. Ano: 1906.

⁷⁷ A casa dos operários era tida como um problema para as autoridades do Recife no final do século XIX e início do XX devido ao seu aspecto que não estava atrelado aos preceitos de salubridade cultuados na época. Ver mais: (PONTUAL. 1999).

A documentação nos dá respaldo para que possamos ter uma análise mais ampla da vila. Dessa forma, o depoimento de Irmã Hortência,⁷⁸ encontrado em um folheto distribuído na celebração da festa do Sagrado Coração de Jesus, nos permite uma maior aproximação com alguns dos discursos que perpassavam o cotidiano na vila de Camaragibe. Em sua fala, irmã Hortência reafirma a importância dos valores religiosos para o bom funcionamento da fábrica e o seguimento dos preceitos da encíclica *Rerum Novarum*.

Ele queria que dentro e fora de sua empresa fosse vivida a doutrina social da igreja, através da Encíclica *Rerum Novarum* do papa Leão XIII. Para o Sr Carlos Alberto de Menezes, seria a religião e sua vivência que iriam contribuir para que houvesse a mútua compreensão e colaboração entre empregado e empregador. Daí a preocupação do patrão se identificar com o operário de forma a se tornar o chefe da família operária, vivendo no meio deles, partilhando as suas alegrias e tristezas. Na capela, estão todos juntos, todos recebem o mesmo pão da vida na santa eucaristia e o mesmo pão espiritual na pregação do capelão. Todas as festas do ano são celebradas em comum: As religiosas na capela, as profanas em local apropriado.⁷⁹

Para Carlos Alberto de Menezes, idealizador da fábrica de Camaragibe, a proximidade com os operários, a tentativa de estar no mesmo local, seria uma maneira de amainar os possíveis focos de revolta e fazer com que o trabalhador tivesse em sua imagem não apenas o chefe, a quem deveria obedecer, mas uma relação de “família” que seria reforçada através de aspectos religiosos de acordo com os relatos da Irmã Hortência. Ela, assim como a maioria das mulheres que viviam na vila, tinha uma ligação próxima com o catolicismo por devoção anterior a sua chegada a Camaragibe, diferente do caso das outras moradoras, em que a devoção se dava por clara pressão dos diretores da fábrica.

No capítulo anterior, foi visto que a mulher era representada de forma ambígua, sendo retratada, por vezes, como objeto de desejo, estando situada no contexto de Camaragibe como sinônimo de pecado e, outras vezes, como “semelhança” de Maria, mãe de Jesus segundo a Bíblia. Sobre a presença feminina na fábrica de tecidos de Camaragibe, é importante destacar a simbologia que as mulheres carregavam de mãe, esposa e que, além do trabalho nos teares, ainda seriam responsáveis pelo lar. Dentro do contexto do catolicismo social que imperava nos intramuros da Fábrica de Tecidos de Camaragibe, que amparava suas ações na encíclica

⁷⁸ Não foi possível precisar qual o cargo que havia sido ocupado por Irmã Hortência, no entanto devido a deferência com que é tratada no informe comemorativo dos oitenta anos do Sagrado Coração, e as menções a feitos anteriores a essa data (1980), podemos afirmar que Irmã Hortência está na Fábrica de Camaragibe desde pelo menos 1927, desempenhando funções que vão do aspecto religioso ao educacional.

⁷⁹ Depoimento de Irmã Hortência. 1927. Folheto da festa do Sagrado Coração. Série Miscelânea. P.7

Rerum Novarum, a imagem da mulher facilmente era associada à Maria⁸⁰, para os católicos a mãe de Deus, atrelando assim as características dela a todas as mulheres, como exemplo a ser seguido. Sobre tal cenário, podemos afirmar que a presença feminina em Camaragibe tinha uma dupla função, pois além de operária, costumeiramente na secção de fiação, tinha a missão de cuidar dos filhos e do marido sob os preceitos do cristianismo, assim como a bíblia representa Maria, com Jesus e José.

Dessa forma, era comum que houvesse várias associações de senhoras ligadas à religião dentro do cotonifício em Camaragibe, que eram estimuladas pelos patrões. Entre as associações, podemos destacar a das Mães de Família, fundada em 1897, e a da Família de Santana composta por mulheres que tinham o papel de levar e expandir a fé cristã para dentro dos seus lares. Para fazer parte da associação, deveriam ser casadas ou viúvas, não sendo aceitas solteiras⁸¹. Sendo assim, é importante destacar alguns artigos que fundamentam a criação de tais associações.

Art 1: Ajudar as mães de família a se santificarem pelo cumprimento de todos os seus deveres, especialmente dos deveres do estado.

Art 2: Leva-las a se dedicarem as obras de misericórdia espiritual e corporal, entre si e para com suas companheiras de estado.

Art3 Visitar, socorrer e tratar carinhosamente as doentes, dando preferência às associadas, depois as mães de família estranhas á associação, e finalmente a quaisquer outros doentes de ambos os sexos que necessitem de seus cuidados.

Art 4: Assistir e socorrer especialmente as mães e os filhos, por ocasião de seus nascimentos.

Art 5: Manter com o seu trabalho e esmolas, uma rouparia que forneça roupas aos doentes, as mães e as crianças recém nascidas.

De 15 em 15 dias haverá uma conferência que irá decidir: Adotar os doentes que serão visitados e suspender as visitas aos que não necessitarem mais. Fixar a urgência dos socorros que deveram ser prestado indo do mais grave ao menor grau.⁸²

Os artigos postos acima deixam transparecer que os ideais da associação naturalmente se misturaram com os anseios dos diretores da Fábrica de Camaragibe, sendo uma forma de reafirmar os preceitos católicos, a caridade e o amor ao próximo. A ideia era que a imagem da

⁸⁰ Ao me referir a Maria, me atenho à representação que a Bíblia faz da mãe de Jesus Cristo, de acordo com o Cristianismo.

⁸¹ Não foi encontrado um documento explicando os motivos pelos quais a presença de mulheres solteiras não era permitida nessas associações. No entanto, era explícita a proibição de mulheres solteiras residindo sozinha em uma casa da vila ou com pessoas que não fossem parentes pelo receio que a presença feminina pudesse desencadear problemas que viessem a macular a moralidade cristã na fábrica. No capítulo anterior foi abordado o “papel” que era atribuído a mulher no início do século XX, sendo assim, não é surpreendente que a presença de moças solteiras fosse proibida em diversos espaços uma vez que seu contato com o sexo masculino poderia acarretar em comportamentos “desviantes”.

⁸² Estatuto da associação das Mães de Família. Série Miscelânea, 1897. p. 1-2.

mulher se confundisse com a de Maria, mãe de Jesus (de acordo com a Bíblia), como exemplo de bondade, caridade e bons hábitos, que seriam transferidos no âmbito familiar aos filhos e ao marido. Em especial, os artigos três e cinco destacam as qualidades que a mulher que habitasse o cotonificio deveria ter, ou seja, qualidades análogas as de Maria, como a caridade e a assistência aos necessitados.

Para Carlos Alberto de Menezes, idealizador do projeto da Fábrica de tecidos de Camaragibe, o cotonificio atingiu seu ponto alto, no que tange à organização cristã do trabalho, em 1900, ao fundar a Corporação Operária da fábrica (LIMA, 2013). Assim como havia visto na França, na sua viagem à região do Val de Bois, as mais variadas associações que existiam em Camaragibe se fundiram com intuito de promover com mais eficácia as diretrizes pregadas pelo catolicismo social. Dessa forma, as três associações de caráter econômico, recreativo e religioso passaram a ser parte integrante da Corporação operária que, para se manter e desempenhar os papéis acima citados, contava com uma mensalidade paga por cada associado, mensalidade⁸³ que era paga através do desconto do salário, fazendo com que todos os trabalhadores fossem automaticamente associados a ao menos uma corporação.

O intuito com esses rendimentos era, além de quitar as despesas da corporação, possibilitar uma espécie de “caixa” a que os associados pudessem recorrer em momentos de necessidade, sendo os gastos mais frequentes com a Sociedade de Mútuo Socorro (que será esplanada mais a frente), a escola para as crianças e os gastos com festas religiosas⁸⁴ e demais celebrações.

As sociedades de distrações e de instrução, como os clubes musicais, os círculos de estudo e divertimento, as associações religiosas, adaptada a todas as idades, em que se reúnem crianças, rapazes, homens, moças e mães de família, completam este feixe de associações que satisfazem a todas as necessidades da vida e unem pelo coração e pelo espírito aos que vivem no mesmo estabelecimento unidos pelos laços do trabalho.⁸⁵

⁸³ Buscamos na documentação informações sobre o valor que seria descontado no salário dos trabalhadores que estivessem associados a cada sociedade, no entanto não foi encontrada tal informação na documentação analisada.

⁸⁴ É importante destacar a diferença entre o lazer que era permitido pelos diretores da fábrica de Camaragibe, e as diversões que seriam tidas como transgressoras. A fábrica tinha um calendário de festas, tendo como destaque as de viés católico, dessa forma, estariam supostamente sobre o “controle” dos patrões, uma vez que os operários estariam sendo vigiados na missa de natal, nos clubes recreativos e afins. Já as diversões operárias, que eram combatidas no centro do Recife, como o jogo, as bebidas, a dança entre outros, eram alvo de atenção constante por parte dos diretores, pois configuravam uma suspensão do cotidiano, consequentemente uma suspensão das regras. Ver mais: SOUZA(2002).

⁸⁵ Relatório da companhia industrial pernambucana. Ano: 1906. Assembleia geral dos acionistas. p.5

Nos estatutos da Corporação Operária, constava a obrigação em emitir, semestralmente, um relatório sobre o seu funcionamento, bem como os seus lucros e gastos que deveriam passar pelo crivo da diretoria da fábrica, assim como os lucros pessoais de cada associado, o que possibilitava um rígido acompanhamento dos ganhos de cada trabalhador. É importante atentar que várias associações existentes dentro da fábrica possuíam seu viés religioso. Dentre as escolas da fábrica, a dos meninos (filhos dos operários), foi gerida pelas congregações trazidas da Europa, recebendo atenção especial do padre Dehon (LIMA, 2012). Já as demais escolas como a infantil e a das moças ficaram sob a responsabilidade da congregação da Sagrada Família, ambas as corporações tinham o mesmo conceito no que diz respeito à educação desses jovens, baseando-se na importância da disciplina e no comportamento ordeiro de cada um.

É importante compreender que a estrutura de uma vila operária como a de Camaragibe buscava um simulacro de vida “normal”. As questões ligadas ao trabalho se misturavam com outros aspectos como as ações ligadas à religiosidade que, no caso de Camaragibe, eram essencialmente católicas e os divertimentos, que tinham o intuito de manter o trabalhador dentro do perímetro fabril mesmo nos momentos de folga. Sendo assim, acreditamos ser de grande relevância a análise dos centros que se propunham como recreativos, divertimentos que estavam sob supervisão da fábrica e que, dessa forma, não deveriam “degradar” a moral do operário e sim motivá-lo para no dia seguinte retomar sua função.

3.2 Centros de Recreação

As festividades e os eventos que ocorriam dentro do perímetro da vila operária estavam previamente estabelecidos em um calendário organizado pela diretoria da fábrica. As festividades eram organizadas como intuito promover uma interação entre as associações recreativas que havia na fábrica como o Clube de tiro, o Clube dramático, o Clube de musical entre outros. Eram momentos em que ocorria a sociabilidade entre os habitantes da minicidade para além dos teares e tornavam-se especiais justamente por não ocorrerem semanalmente como as reuniões do círculo operário cristão ou reuniões entre associados e patrões. Festas de cunho religioso como o Natal, São João e dia do trabalhador estavam previamente marcadas como eventos oficiais da fábrica de tecidos de Camaragibe.

Para fazer parte dos clubes, era preciso pagar uma mensalidade e ser funcionário da fábrica. Dessa forma, tais associações estavam relacionadas aos preceitos morais e religiosos da fábrica, o que não quer dizer que tais ambientes não propiciassem, ou pudessem propiciar, reconfigurações no cotidiano operário. Todas as associações tinham seus diretores, que eram eleitos através dos votos dos operários associados em cada clube. A diretoria poderia ser formada pelo Conselho, que ficava encarregado da marcação de reuniões para definir pontos importantes no direcionamento das associações, sendo as decisões tomadas em assembleia geral.⁸⁶

Os sócios tinham direito, juntamente com sua família, de desfrutar das benesses que o clube viesse a oferecer e à utilização das dependências do clube social que oferecia festas, bailes e aniversários. No que diz respeito às obrigações dos associados, podemos apontar, além do pagamento mensal de um valor do seu salário⁸⁷, frequentar assiduamente as reuniões, cumprir as determinações dos estatutos e não ter posturas desviantes que viessem a macular a boa reputação da agremiação, pois em caso de não cumprimento ocorreriam as advertências e até expulsão da sociedade.

Em seu décimo relatório, a Fábrica de Tecidos de Camaragibe em 1908 lança uma nota de autoria de Pierre Collier, genro de Carlos Alberto de Menezes, a respeito da grande importância que as sociedades de divertimento teriam para o cotidiano no cotonifício.

Nota sobre as sociedades de distração: das sociedades dessa natureza tem funcionado satisfatoriamente o clube musical. O clube dramático que se estiola dia a dia deu-nos, contudo sinal de vida, levando-se a cena um belo drama seguido de duas comédias que agradaram. A sociedade de tiro esta em via de reorganização funciona uma vez ou outra com seus torneios de tiro ao alvo. Em meio ao desfalecimento quase geral que invadiu as sociedades de distração entre nós, surgiu o clube dos martellos, sociedade puramente carnavalesca. Os nossos votos são que ela possa progredir e sempre existir com garbo, porém contida ao mesmo tempo nos limites do justo e do honesto. Entretanto é preciso tirar as nossas sociedades recreativas do marasmo em que caíram. Elas são indispensáveis, pois trazem sempre alegria ao espírito após o trabalho penoso como é o nosso, modificando as impressões morais que ele nos deixa. Tratemos, pois de dar-lhes vida que vae faltando e assim concorreremos para evitar o grande mal que se infiltra nos centros operários, onde faltam às distrações lícitas, sobra à dissipação do salário.⁸⁸

⁸⁶ Companhia Industrial Pernambucana. P.3. Ano: 1908

⁸⁷ Não foi encontrado na documentação se havia um valor fixado para o recebimento dos salários. Em relatórios da CIPER não havia uma determinação de quanto cada um receberia. Além das várias funções desempenhadas nas diversas seções que havia na fábrica, descontos automáticos por faltas, débitos nos armazém e em associações recreativas e religiosas incidiam sob o salário do trabalhador fazendo com que a cada mês o salário do trabalhador tivesse uma variação.

⁸⁸ 13º Relatório da CIPER 1908. p..3-4.

Dessa forma, é possível compreender que a fábrica apoiava os centros de recreação não apenas para dar um descanso aos operários. No documento assinado pelo gerente Pierre Collier, a intenção de proporcionar o divertimento dentro da fábrica, sob as vistas do aparato de vigilância responsável, ou seja, dentro dos padrões morais impostos pela fábrica, tinha grande valia no projeto de moralização da classe. É possível ir além e verificar que as associações recreativas teriam também a função de “suavizar” a dureza do dia a dia trazendo para o trabalhador o alento necessário após jornadas estafantes na fábrica, concluindo, assim, que as associações tinham uma dupla função: tentar dar uma recreação moral aos trabalhadores e impedir o foco de revoltas através de momentos de distração.

Da forma que apontamos no segundo capítulo, as autoridades policiais perseguiram os hábitos, que eram considerados pelas elites como “animalescos”, dos trabalhadores recifenses habitantes do centro que agora estava sendo remodelado para reverberar os ideais de modernidade que tomavam conta das capitais do país. Era receio de Carlos Alberto e dos demais acionistas da CIPER que os operários de Camaragibe, tendo contanto com divertimentos que envolvessem álcool, jogos e prostituição, não tivessem uma boa produtividade na fábrica e viessem a cultivar “maus hábitos” que pudessem ser a semente para revoltas e levantes.

Entre as sociedades que se destinavam ao divertimento dos operários em Camaragibe, podemos citar o Clube de Tiro, que tinha o intuito de promover campeonatos de tiro sob organização da fábrica. De acordo com a documentação, era uma das sociedades que tinham suas atividades constantemente interrompidas por problemas financeiros, uma vez que cada operário que fosse associado deveria pagar uma mensalidade a fim de não apenas manter em boas condições a sede, mas também de preservar as armas em bom estado e suprir a constante necessidade de munição através da manutenção. Sobre os artigos que regem tal associação, segue abaixo.

Art 1: O presidente fica encarregado de providenciar tudo aquilo que for preciso antes de cada reunião. Ele mandará trazer as armas da sociedade (que ficarão guardadas na casa dele), os cartuchos, os registros de tiro e mandará colocar os alvos que estão guardados na sede da sociedade de tiro. Ele verificará todas as armas antes da utilização para certificar-se que não haverá acidentes.

Art 2: Cabe ao presidente manter a boa ordem, registrar a sequência de exercícios.

Sobre as armas: Fica terminantemente proibido ter qualquer arma carregada dentro da sociedade de tiro. Devem estar sempre descarregadas, carregando-as na hora dos primeiros tiros.

Sobre a linha de tiro ao alvo: Fica terminantemente proibido qualquer pessoa adentrar na linha de tiro, salvo com a licença previa do presidente.

Boa ordem: a certeza que deve reinar entre as pessoas de boa educação era vigorosamente observada onde gente que tem armas a disposição. Cabe ao presidente da associação evitar qualquer tipo de discussão acalorada, injúrias.⁸⁹

Uma análise precipitada pode afirmar que um Clube de Tiro seria contraditório com a lógica de ordenamento imposta pelos diretores da fábrica de Camaragibe. Porém, levando em consideração que o cotonifício estava situado em uma área afastada do perímetro urbano era compreensível a cultura das armas de caça naquele período⁹⁰. No entanto, como destaca os artigos do Clube de Tiro, a “boa ordem” deveria ser mantida, sendo os associados pessoas de boa educação, cabendo ao presidente não permitir embates que colocassem em risco a integridade dos associados.

Outra sociedade de recreação existente em Camaragibe é a Sociedade Dramática, ou como relatada em outros documentos, Clube Dramático de Camaragibe. Tal grupo tinha o intuito de promover atrações cênicas em diversas apresentações que estavam previstas no calendário da fábrica, em especial as festas de cunho religioso como Natal e Páscoa. Na documentação da fábrica, não foram encontrados muitos registros sobre a sociedade, apenas menções em relatórios a festividades, sendo que o que nos forneceu um pouco mais de informações foi seu estatuto que, infelizmente, não possibilitou uma leitura total dos artigos, ficando apenas os dois citados abaixo.

Art 2: O seu fim é proporcionar aos moradores da Fábrica de Tecidos de Camaragibe uma recreação moral através do teatro.

Art 5: As encenações não devem contrariar o apreço pelos bons costumes, devendo reforçar o companheirismo e a fé através das festividades catholica.⁹¹

No que diz respeito ao Clube Musical, de acordo com a documentação, foi a associação que mais prosperou devido a sua agenda mais abundante de eventos, uma vez que ocasiões festivas da fábrica, religiosas ou não, contavam com apresentações do clube. Diferentemente do clube de tiro, onde foi possível visualizar a organização através dos estatutos, não foi possível localizar as leis que norteiam as ações do Clube Musical, no entanto, seguindo a linha das demais associações existentes no perímetro do cotonifício, é

⁸⁹ Estatutos do Clube de Tiro da Fábrica de Camaragibe. 1901. Série Miscelânea. Pasta 3.

⁹⁰ Para maiores informações sobre a “cultura” de armas que havia no Brasil, ver mais. FERREIRA, E. F. A História do tiro ao alvo. Porto Alegre: Pallotti, 1986.

⁹¹ Estatuto da Sociedade Dramática de Camaragibe. Pasta avulsa. SN/SD

certo afirmar que estavam de acordo com os rígidos padrões de moralidade e serviam, assim como as demais, para amainar a dureza dos dias e promover um divertimento moralizado. Se o divertimento deveria seguir os princípios da moralização para evitar que os trabalhadores da fábrica estivessem expostos aos “males” que desvirtuariam seu comportamento, podemos imaginar que a escola seria um dos locais onde a ideologia burguesa e os preceitos católicos seriam investidos com maior força sobre os operários. De acordo com a documentação, em 1904, Carlos Alberto de Menezes impunha como condição para a contratação da fábrica que todos os operários que fossem analfabetos estivessem matriculados em um curso oferecido pela fábrica, com o intuito de “sanar” essa questão. “Que estava definitivamente resolvido a não admitir analfabetos na fábrica salvo, porém, alguns serventes”⁹².

3.3 A Escola da Fábrica de Camaragibe

Com o advento da República, no final do século XIX, ainda durante a dita “República da Espada”⁹³, Benjamin Constant foi empossado no recém-criado Ministério da Instrução Pública. Foi então, em 1889, que foi elaborado um plano educacional no qual todos os colégios do país deveriam ter a mesma base curricular. No entanto, a ideia não prosperou, permanecendo como único avanço a criação do ministério uma vez que a República tinha promovido a separação entre estado e igreja, ou seja, estava instaurada a laicidade do estado, se estendendo, assim, às instituições, entre elas, à escola.⁹⁴

A resposta da Igreja a tal ação foi vista de forma ampla através da abertura de diversas unidades de ensino de viés católico por todo o país, sejam os maristas ou salesianos entre outros. Como foi abordado no capítulo inicial deste trabalho, na transição do século XIX, para o século XX, a Igreja vivia o momento da Encíclica *Rerum Novarum*, dessa forma, com a intenção de fortalecer a religião católica no Brasil, não foram raras as experiências de colégios ligados à religião católica, que almejavam transmitir seus valores para a classe trabalhadora, a mesma classe que era o foco da encíclica papal.

⁹² Corporação Operária de Camaragibe. 1904

⁹³ República da Espada é o período que corresponde aos dois primeiros governos do Brasil quando seus presidentes foram militares, Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, respectivamente. Ver mais: CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

⁹⁴ O laicismo foi instaurado no Brasil após o advento da República em 1888, dessa forma o Estado ao menos formalmente, cortava os vínculos com a Igreja, o que promove mudanças principalmente no aspecto educacional. Ver mais: (ARANHA, 2006), (BARROS, 2013)

A experiência em Camaragibe, veio a contemplar não apenas uma vontade particular de Carlos Alberto de Menezes, pois o momento do catolicismo no Brasil e no mundo se refletia nas ações tomadas pelos responsáveis pelo cotonifício. Dessa forma, junto a outras instituições presentes na minicidade, a escola da Vila de Camaragibe foi uma importante célula de manifestação da ideologia católica.

Primeiro aqui foi a minha escola, meu jardim da infância, que muito de novo, com as freiras vindas da França, para nos ensinar aqui: naquela época bastava ser filho de operário, tinha que estudar aqui, um primário, muito bem feito. Aqui estou muito satisfeito, tive oportunidade de formar quatro moças.⁹⁵

No depoimento do Sr. João Lucas, é possível perceber que o plano escolar em Camaragibe não foi algo incipiente que se estruturou apenas por desejo de Carlos Alberto de Menezes sendo abandonado após sua morte. A longevidade que possibilitou os estudos do Sr. João Lucas e, posteriormente, de suas quatro filhas nos dá respaldo para analisar a escola da vila como um dos pilares de sustentação da ideologia cristã. No tocante ao papel da escola como ambiente que almeja o ordenamento e a moralização, Foucault a analisa no mesmo “bojo” das prisões e das fábricas. Como já foi dito em discussões anteriores sobre o autor, para ele essas instituições citadas acima visam, a partir de normas rígidas de conduta, o ordenamento do indivíduo na tentativa de evitar posturas tidas como “desviantes”.

O modelo de disciplina na fábrica tem o intuito de maximizar a produção, permitindo, consequentemente, um aumento nos lucros. Sendo na escola ou nos hospitais, possibilita controlar um grande número de sujeitos dispostos em um determinado espaço com a finalidade de, através da submissão, tornar o sujeito mais obediente. A escola para as Vilas Operárias e em Camaragibe não é diferente, é mais um aparato que se propõe moralizador, assim como os demais dentro do perímetro fabril.

[...] nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente. (FOUCAULT. 1987. p.119).

Era do interesse dos diretores da fábrica tentar tornar o indivíduo útil e obediente desde pequeno. A ideia seria fazer com que tais preceitos já estivessem enraizados desde os primeiros anos de vida. Dessa forma, na concepção dos que comandavam a fábrica, haveria a

⁹⁵ Depoimento de Sr João Lucas, ex-morador da Vila da Fábrica de Camaragibe inserido em um folheto em comemoração a festa do Sagrado Coração. Acervo pessoal. Pasta 05. Ano: 1982.

tendência de diminuir os conflitos que pudessem ocorrer entre as classes, ou seja, dirimir os conflitos, amainar a “terrível” luta de classes que segundo a *Rerum Novarum*, “corroía” as boas relações entre patrões e empregados.

Assim como a vila, a escola também foi projetada pelos diretores da fábrica, estando assim inserida na lógica da vigilância e da disciplina. A localização dos assentos onde os alunos estavam dispostos no espaço para uma melhor visualização do professor é um exemplo disso. A escola separa os alunos por sexo e faixa etária, apresentando conteúdos programáticos que criam cada vez mais uma separação entre eles, favorecendo assim o controle e a observação individual. Para Foucault (1987), os horários de chegada, recreio, os castigos, as premiações, boletins e avaliações estão dentro da proposta normatizadora onde tudo aquilo que fuja do controle dos professores ou dos responsáveis pela escola é passível de punição e advertência.

Ao falar das escolas na fábrica de Camaragibe, é importante frisar que as análises feitas nesse capítulo são após o ano de 1901, período em que Carlos Alberto de Menezes viajou até a França para contratar os serviços religiosos das congregações que lograram êxito na experiência do Val de Bois (LIMA, 2012). Como foi dito anteriormente, as escolas no Cotonifício de Camaragibe eram separadas por sexo, para evitar o contato “perigoso”. Dessa forma, as escolas femininas ficaram sob a responsabilidade da Congregação do Sagrado e as masculinas sob a tutela dos irmãos Maristas.

Segundo a documentação consultada, havia por parte da fábrica um comprometimento com o fornecimento de livros e fardamento aos alunos e com o cumprimento do conteúdo programático para as respectivas séries.

Primeiro grau – Português: Leitura: Prosa, verso, em caráter manuscritos ou romano, em livros adotados pela inspetoria geral da instrução pública. Questões e explicações, sobre a significação, emprego e ortografia das palavras da lição de leitura. Escrita: Exercícios caligráficos no pape e na ardósia. Ditados, questões e explicações sobre a significação, emprego e ortografia das palavras escritas: correção das mesmas.

Aritmética: Suas partes e seus fins. Numero, como pode ser considerado e para que serve. Diferentes espécies de numero. Quantidade e suas espécies. Unidades e suas espécies. Numeração e suas espécies, fundamento de ambas. Valores dos algarismos. Serventia do cifrão. Adição, subtração, multiplicação e divisão.

Geografia: Elementos da geografia, principalmente de Pernambuco, do Brasil e da América.

- Geografia e suas divisões, geografia física, partes do mundo.
- Divisão da superfície da terra. Continente, ilha e península.
- Cabos, montanhas, cordilheiras, vulcão, cratera e lava.
- Planície, deserto, oásis.
- Oceano, mar, golfo, Bahia
- Rio, leito, margens, nascente e foz.

História do Brasil: Notícia dos principais personagens da história nacional; lugares históricos; pernambucanos célebres.

- Descoberta da América e do Brasil: Seus primitivos habitantes
- Divisão do Brasil em capitanias hereditárias, quais capitanias prosperaram.
- Passagem do Brasil para o domínio espanhol, seu estado de florescência.

Primeira invasão holandesa, medidas tomadas pela corte.

Religião: Estudo das orações ordinárias.

- Catecismo: Deus, existência, perfeições. Homem, seu fim. Símbolo dos apóstolos.
- Mandamentos da lei de deus: Deveres para com deus. Deveres para com o próximo. Mandamentos da igreja
- História sagrada: fatos principais do antigo testamento até o schisma das dez tribos. Criação do mundo. O dilúvio, a dispersão dos homens.

Objetivo: Desenvolver por meio da conversação com os alunos a crença na família, amor, respeito e obediência. Modo de tratar os pais. Amor fraternal: União e auxílio. Parentes e amigos: Auxílio, respeito e dedicação. Deveres para com os fâmulos: Polidez e bondade. Tratar bem os animais.

Segundo grau – Português: Leitura corrente e explicativa, leitura expressiva de prosa e verso em letra romana e manuscrito. Recitação de cór de trechos seletos de fabulas e poesias. Exercícios práticos da preposição e seus elementos. Ampliação em relação ao assunto. Dos complementos, ampliação do objeto por meio de exemplos, e exercícios práticos e teóricos. Da concordância: Diversos casos de aplicação de regras gramaticais por meio de exercícios orais e escritos. Dos vícios de linguagem, correção desses vícios.

Álgebra: Revisão do conteúdo do primeiro grau. Fração e suas espécies. O que há de considerar em uma fração. Numerador e denominador. Origem das frações. Modos de ler e escrever as frações ordinárias e decimais. Mudanças que se podem fazer nos termos de uma fração sem lhe alterar o valor. Simplificar uma fração: seus casos. Maior divisor comum: meio de achá-lo. Divisibilidade numérica. Números divisíveis por 2,3,5 ou 9. Multiplicação e divisão dos números decimais.

Sistema métrico: Pesos e medidas. Múltiplos e submúltiplos de uma quantidade. Metro, seus múltiplos e submúltiplos; seus valores. Escrever e ler qualquer quantidade das medidas de comprimento. Litros, seus múltiplos e submúltiplos e seus valores; objetos medidos pelo litro. Modo de escrever e ler qualquer quantidade das medidas de peso. Relação entre o metro e a vara e vice versa. Relação entre o quilograma e a libra.

Geografia: Especialmente de Pernambuco, do Brasil e da América.

- Partes do mundo: Europa e suas divisões e limites.
- Países da Europa, suas divisões e limites
- Ásia, sua divisão e limites
- Países da Ásia e suas capitais

- África, sua divisão e limites
- Países da África e suas capitais
- América, seus limites e divisão
- Países da América do sul e suas capitais

História do Brasil.

- Descobrimento da América e do Brasil, seus primitivos habitantes.
- Divisão do Brasil em capitanias, seus donatários, quais prosperaram
- Thomé de Souza. Caramuru. Fundação da cidade de São Salvador
- Passagem do Brasil para domínio espanhol
- Segunda invasão holandesa, perda de Olinda e Recife
- Revolução de 1824.
- Emancipação dos escravos, proclamação da república.

Instrução moral e religiosa

- Recapitulação das orações do catecismo
- Reino de Israel: História de Tobias. Reino de Judá: Cativo de babilônia. Os judeus sob o domínio dos Persas e dos Gregos.

Terceiro grau

Instrução religiosa e moral: A mesma matéria dos dois anos anteriores, dando mais aprofundamento. História sagrada: Revisão do antigo testamento. Novo testamento. O messias. Vida de Jesus Cristo, doutrina, virtudes, milagres.

Educação cívica: O ensino será dado por meio de preleções ou de pequenos contos morais, seguido de considerações e conselhos pelo professor aos alunos no sentido de formar o caráter, desenvolver boas qualidades, reprimindo as más tendências, reforçando a importância da higiene.

Os pais dos ditos meninos que querem fazer os filhos entrarem na fábrica nesta ocasião, deverão, avisar o gerente, o mais tardar até hoje (sexta-feira) às 5 da tarde. Lembro que os meninos que adquiriram o direito de entrar na fábrica são os que estão matriculados nas escolas da corporação, sabem ler, escrever, contar e realizam a primeira comunhão⁹⁶

Exceto as matérias consideradas tradicionais, como matemática, português, história e geografia que seguem o curso dito “natural” no que diz respeito ao conteúdo, temos o indicativo, de acordo com a documentação acima, de como a escola representava um aparelho importante para propagar os ideais de moralização através da religião, como foi dito nas páginas anteriores, o “alimento moral” que era oferecido pela diretoria da Fábrica de Tecidos de Camaragibe. O ensino religioso/moral com o ensinamento da bíblia, as primeiras orações, os mandamentos da lei de Deus, o estudo sobre os milagres e o conhecimento sobre a vida de Jesus, nos permitem afirmar que, através deles, os diretores acreditavam que seria mais fácil

⁹⁶ Relatório da CIPER 1906. p.1 – 3.

obter êxito na moralização da criança, que mais tarde poderia ser um futuro operário do cotonifício.

Mesmo no terceiro grau, onde em tese esperava-se que a carga religiosa/moral fosse substituída por uma agenda mais extensa para as ditas matérias tidas “convencionais”, isso não ocorre. A instrução física e o auxílio religioso continuam presentes com muita ênfase e a documentação ainda nos mostra que os alunos deveriam ter conhecimento das operações matemáticas básicas e saber ler e escrever para que pudessem trabalhar na fábrica. Dessa forma, com o respaldo da documentação, é possível analisar que o “destino” de grande parte dos alunos da fábrica não seria sair de Camaragibe e “buscar um futuro lá fora”, a formação era voltava para retroalimentar os braços fortes que seriam necessários no complexo fabril.

Vale destacar a presença da educação cívica, também importante para a tentativa de “fabricação” do “novo homem” das primeiras décadas do século XX, sendo ordeiro, obediente e sadio. Tais características estariam presentes nas preleções ditas “morais” que reforçariam questões ligadas ao caráter e à higiene. Essas medidas seriam “ensinadas” pelos professores, que em sua totalidade eram compostos por membros eclesiásticos. Como afirma a irmã Hortência a seguir.

A base da nossa educação esta calçada nos seguintes pontos: Ênfase na formação religiosa e moral do educando, do respeito ao educando, reconhecendo-o como pessoa, dando-lhe oportunidades para desenvolver suas potencialidades, sua criatividade e liderança. E de uma educação crítica, no sentido de tomar consciência da realidade social, econômica e política, marcada pela injustiça e pela opressão, com um desafio, para o educando ser um agente de transformação.⁹⁷

A citação acima destaca que, antes de qualquer outro objetivo, a educação que era fornecida pela escola da vila de Camaragibe tinha o intuito de promover uma formação religiosa do indivíduo para que desde cedo iniciasse a caminhada nos preceitos da moralidade e do cristianismo. Interessante atentar que tais preceitos tão alardeados na fábrica são reproduzidos para as crianças, filhos dos operários da fábrica, denotando claramente o intuito de introjetar desde os primeiros anos a docilidade e a obediência nas futuras classes trabalhadoras da fábrica.

Depois de largamente discutidas as opiniões apresentadas, aliás, razoáveis, ficou deliberado que, os homens até 30 anos de idade, senhoras até 25, e crianças de mais de 6, ficassem sujeitos a frequência das escolas, segundo as suas circunstancias, até completarem o curso exigido, que constará de: leitura, escrita e as 4 primeiras espécies de contas, corretamente ficando isentos desta obrigação aqueles que o souberem, incorrendo em pena de

⁹⁷ Relatório da CIPER 1918. p. 9

multa, os que não frequentarem as escolas sem motivos justos, e de demissão da fábrica os que se recusarem ao cumprimento destas disposições⁹⁸

As normas descritas acima foram publicadas na Assembleia da Corporação Operária em agosto de 1904, determinando que os operários cumprissem os prazos estipulados, já que não ocorrendo dessa forma e não havendo nenhuma justificativa para o não cumprimento, o operário era imediatamente expulso da fábrica e, conseqüentemente, perdia o direito de morar na vila. Ainda sobre a citação acima, é importante destacar que não havia grande preocupação com a escolarização das mulheres, reforçando assim o papel da mulher como dona de casa, não tendo sua escolarização grande “serventia”.

Por fim, se faz necessária uma explanação sobre a Sociedade de Mútuo Socorro, uma associação importante para os operários da vila, uma vez que seria ali o centro de ajuda aos operários em algumas adversidades que eles viessem a enfrentar, desde acidentes no trabalho, auxílio funeral e familiar, chegando a ser o ponto inicial de reivindicações dos operários para com os diretores da fábrica.

3. 4 A Sociedade de Socorro Mútuo

A Sociedade de Mútuo Socorro foi criada com o intuito de prestar assistência médica aos operários do cotonifício de Camaragibe e, em casos de morte, dar auxílio à família. Através das mensalidades pagas pelos operários, era possível, em caso de afastamento do trabalho, a sociedade fornecer auxílio financeiro ou, em caso de óbito, um auxílio sepultamento e funeral.

Segundo nos informa a documentação, a Sociedade de Mútuo Socorro representava para os operários uma segurança, tendo em vista que ali brotava o sentimento de união entre eles, uma vez que todos os operários pagavam um determinado valor, abatido diretamente em seu salário, que poderia ser útil a qualquer um deles que precisasse de afastamento por problema de saúde, auxílio funeral, auxílio para a viúva entre outros. No entanto, é importante destacar que se por um lado a Sociedade de Mútuo Socorro tendia a proporcionar uma “segurança” aos operários, era, em contrapartida, um dos meios de decréscimo nos salários, posto que a cada serviço prestado, um desconto seria efetuado ao término de cada mês.

⁹⁸ Ata da corporação operária de Camaragibe, 1904. Fundaj, Coleção Fábrica de Camaragibe, Série Miscelânea, Pasta 3.

Os sindicatos no modelo tradicional de agrupamento de trabalhadores para reivindicar melhores condições de trabalho eram proibidos dentro da vila de Camaragibe, pois, na compreensão dos diretores e amparados pela Encíclica *Rerum Novarum*, representavam a luta dos trabalhadores, o acirramento da luta de classes, algo, portanto, abominado pela igreja. Sendo assim, a Sociedade de Mútuo Socorro seria a alternativa apontada, inclusive pela igreja, como o local onde os possíveis conflitos seriam resolvidos entre os operários juntamente com os patrões, freando assim as ditas “ideologias vermelhas”.

Em último lugar, diremos que os próprios patrões e operários podem singularmente auxiliar a solução, por meio de todas as obras capazes de aliviar eficazmente a indigência e de operar uma aproximação entre as duas classes. Pertencem a este número as associações de socorros mútuos; as diversas instituições, devidas à iniciativa particular, que têm por fim socorrer os operários, bem como as suas viúvas e órfãos, em caso de morte, de acidentes ou de enfermidades; os patronatos que exercem uma proteção benéfica para com as crianças dos dois sexos, os adolescentes e os homens feitos. Mas o primeiro lugar pertence às corporações operárias, que abrangem quase todas as outras. (*RERUM*, p.21)

Sendo assim, a Sociedade de Mútuo Socorro não viria, em tese, a “ferir” os patrões, pois eles estariam junto com os trabalhadores na tentativa de acompanhar o que era proposto, discutido e reivindicado. Para os patrões, seria mais fácil sufocar qualquer movimento mais forte em sua gênese do que deixar os operários se articularem livremente. Seguem abaixo os artigos que norteiam as ações da Sociedade de Mútuo Socorro.

Art 1: A sociedade de mútuo socorro tem por fim proporcionar aos operários da fábrica de Camaragibe as seguintes vantagens imediatas: Assistência médica, enterro e sepultura, auxílio extraordinário durante um prazo não excedente a 3 meses, salvo de liberação especial do conselho corporativo em caso de moléstia grave e prolongada em associados indigentes e em acidentes de trabalho.

Art 2: Mais tarde, quando os recursos da corporação possibilitem, indenização a todo operário doente por mais de uma semana.

Art 3: Serão considerados membros da sociedade de mútuo socorro, todos os operários que trabalhem na fábrica de Camaragibe, quer mesmo empregados da corporação sendo suas famílias. São consideradas famílias de operários as que residem dentro do terreno da companhia da fábrica de Camaragibe. Os operários que residirem em um raio de 2 km fora da vila de Camaragibe, serão considerados isolados, no entanto suas famílias terão a permissão de adentrar a fábrica se a corporação operária estiver de acordo, e tais famílias se comprometerem no cumprimento das regras do referido local.

Art 4: A sociedade de mútuo socorro será custeada: Por 4/5 das contribuições cooperativas dos seus membros que fizerem também parte da corporação operárias. Por uma contribuição dos outros 2% sobre salários. Por uma subvenção semestral, fornecida pela corporação operária. Para isto será feito no principio do semestre o seu orçamento, calculando com a

possível aproximação todas as despesas. A cota total dividida em prestações mensais lhe será entregue. Em casos excepcionais, perfeitamente justificado perante o conselho corporativo, será argumentada a subvenção quando em um mês houver despesas extraordinárias, sem probabilidade de continuação. Em meses extraordinários o presidente da corporação pode solicitar o adiantamento de um mês de pagamento da mensalidade.

Art 5: Medicamentos: A sociedade de mútuo socorro fornecerá aos associados todos os medicamentos que não exigirem manipulação farmacêutica difícil a juízo do médico. Para os outros terá farmácias contratadas as quais enviará as receitas. A farmácia própria da vila ficará sob imediata direção do médico, a quem compete indicar o seu cortimento, fiscalizar a divisão e dosagem dos medicamentos a distribuir, ordenar e dirigir a preparação dos que julgar poderem ser feitos por parte do empregado que for encarregado desse trabalho, o qual será designado pelo presidente do conselho.

O empregado: Terá o cargo a conservação e o aceio da farmácia, a dosagem, divisão e preparação dos medicamentos, a distribuição destes e dos que viessem preparados das farmácias contratadas.

Diante dos artigos expostos acima, é possível afirmar que o caixa da corporação não seria tão vasto, tendo em vista que limitava o auxílio ao trabalhador por, no máximo três meses, podendo ser estendido por algum motivo de força extraordinária. Outro indicativo de que o caixa da corporação não gozava de grandes quantias é a sinalização feita pelo artigo dois, ao afirmar que, ao sinal de melhora no caixa, a sociedade se compromete a assistir o operário que esteja afastado do trabalho por apenas uma semana, assim como a opção do presidente da associação de pedir o adiantamento de um mês de pagamento caso seja necessário. Os Medicamentos adquiridos fora da fábrica e o auxílio sepultura seriam benefícios concedidos não apenas aos operários que trabalhavam nas fábricas, mas a todas as pessoas residentes na vila de Camaragibe, ou seja, as famílias dos operários estão inseridas entre os beneficiados, o que nos dá margem para analisar o quanto era ampla a assistência proposta pela sociedade.

Na documentação, não foi encontrado nenhum relato de operários que estivessem se queixando dos serviços prestados, o que denota que os mesmos estavam a contento do desconto de 2% nos salários de cada um. Essa cotação pode parecer baixa, no entanto é importante lembrar que cada associação, seja recreativa ou não, já cobrava de cada associado um valor específico. Levando em consideração que o trabalhador fazia suas compras no Armazém da fábrica, é possível afirmar que grande parte, ou a totalidade do seu salário, ficaria “retida” nos intramuros do cotonifício, o que, conseqüentemente, gerava uma maior tranquilidade para os diretores da fábrica, pois muito pouco poderia ser gasto com diversões que estivessem fora do desejado.

3.5 Discordâncias entre o Propagado e o Vivido

Apesar das tentativas de cerceamento constante de sua liberdade e da utilização da religião como elemento “pacificador” de classes, seria simplista a análise da vila como mero espaço que almejava a dominação do operário. Paralelamente às tentativas de cerceamento da liberdade dos operários e a utilização do “alimento moral” para persuadi-los, os trabalhadores eram providos com alguns benefícios sociais que a primeira vista, com um olhar anacrônico, poderíamos julgar como naturais (assistência médica, escola para os filhos), no entanto, inseridos no contexto das condições da classe trabalhadora no final do século XIX e início do XX, vimos que eram exceções à regra. Neste contexto das vilas operárias, era comum que os operários, em sua relação com o meio, atribuíssem valores alheios aos que os patrões desejavam nas relações de trabalho, nas escolas da fábrica, nos armazéns dentre outros espaços de sociabilidades onde as análises de Thompson se fazem urgentes.

Nenhuma ideologia é inteiramente absorvida por seus partidários: na prática, ela multiplica-se de diversas maneiras, sob o julgamento dos impulsos e da experiência. Desta forma a comunidade da classe operária introduziu nas capelas seus próprios valores de solidariedade, ajuda mútua e boa vizinhança. (THOMPSON 1988. p. 278)

O local de moradia do trabalhador, por vezes, se confunde com o labor, fazendo com que, conseqüentemente a imagem do trabalhador e a do morador também estivesse imprecisa neste cenário, estando separados por uma linha tênue, pelas interferências que ocorrem nesse contexto. A família, com o respaldo do catolicismo da época que reside no perímetro da fábrica, representou para o capitalismo industrial no final do século XIX e início do XX uma instituição importantíssima no que tange às tentativas de ordenamento social e o imperativo dos valores burgueses sobre a cultura operária, incidindo sobre eles a sua visão valorativa do trabalho.

As casas em que os operários residiam não pertenciam a eles “de papel passado”, pois a ocupação estava condicionada a um cargo em Camaragibe, fazendo com que os que eram demitidos tivessem pouco tempo para desocupar a residência. Não seria exagero afirmar que o fato de a casa em que residiam não pertencer aos próprios operários fazia com que o sentimento de submissão perante a diretoria da fábrica fosse mais acentuado e que, além disso, a residência, por vezes, pode ter desencorajado o brotar de movimentos demonstrando

insatisfação com o direcionamento que a fábrica tinha em relação ao tratamento dos seus trabalhadores, quer seja na esfera salarial, habitacional ou no cumprimento de alguns deveres que não eram respeitados.

Dessa forma, é importante analisar a lógica do funcionamento interno da vila sem deixar de levar em conta que tais moradores não foram meros receptores da “cultura fabril” imposta pela fábrica. Sendo assim, busca-se neste capítulo perceber as vivências e as tensões que ocorriam e as divergências entre o que a diretoria da fábrica almejava para o cotonifício e as ações cotidianas dos operários.

Era o intuito dos diretores da fábrica tornar o trabalhador o mais ordeiro e saudável possível, disciplinado para que pudesse melhor produzir. Sendo assim, a vigilância funcionava na fábrica dia e noite dentro do complexo produtivo, onde as comunicações entre os funcionários deveriam ser evitadas a fim de não dar espaços para que a produção se esvaísse. Podemos afirmar que se havia um grupo responsável pela vigilância, havia a possibilidade de que os preceitos de ordenamento não fossem cumpridos. Era importante, por parte dos diretores da fábrica, se certificar de que os operários estavam vivendo de acordo com o que era desejado. Sendo assim, a fábrica lança um aviso sobre as questões de vigilância:

Aviso ao pessoal de Camaragibe que fica constituída aqui uma comissão policial composta por pessoas abaixo designadas, com o fim de se responsabilizar de todo o policiamento e manutenção da ordem e os bons costumes na propriedade. Sua missão será a mais longa possível, sobretudo na validade das normas da fábrica e no reafirmamento do companheirismo e no combate as rebeliões..⁹⁹

A existência de uma guarda interna para vigiar a vida fora da fábrica demonstra que o respeito que os operários deveriam ter ao regulamento imposto pelos diretores do cotonifício necessitava de uma maior vigilância para que seu cumprimento fosse efetivado e o plano “moral” da Fábrica de Camaragibe não fosse por água abaixo. Era do interesse dos diretores que os moradores estivessem se comportassem como era orientado.

Com respaldo da documentação, é possível analisar as relações entre patrões e empregados nas vilas operárias e afirmar que, por vezes, traziam características do paternalismo, o que não foi diferente em Camaragibe. A figura de Carlos Alberto de Menezes traz consigo todo arcabouço da encíclica *Rerum Novarum* que além de ter o intuito de frear a luta de classes entre patrões e empregados, inspira a formação de uma unidade familiar que

⁹⁹ Nota sobre a segurança em Camaragibe. Pasta Sem nome. 1918.

possa nortear as relações. No entanto, é importante destacar que a revelia do paternalismo fabril, ou das questões religiosas, os operários reconstroem seu cotidiano e resignificam os valores que lhe são impostos pela fábrica, dessa forma, relações de amizade e de ajuda se formam sem pedir permissão à diretoria da fábrica.

As resignificações constituem o cotidiano dos trabalhadores. Em meio às tentativas de dominação por parte da diretoria da fábrica, diversos personagens, mesmo com a responsabilidade sobre setores da produção e sob os olhares dos inspetores que regulavam o ordenamento e a salubridade do seu corpo e dos espaços que ocupavam, resistiam através das pequenas bricolagens¹⁰⁰ do dia a dia ou questionando diretamente os diretores da fábrica no intuito de prover melhores condições para sua classe, fato que será visto mais a frente.

Para Certeau (1994), por mais incisiva que seja a tentativa de dominação sobre um sujeito, afirma que seja possível uma submissão completa em nível que o sujeito esteja plenamente “dócil”. O local onde o sujeito pode desenvolver a sua resistência às tentativas de cerceamento é justamente no cotidiano, o que o autor chama de “caças não autorizadas”. O título do livro, por si só, já encaminha o que pensa o autor sobre as múltiplas formas de o indivíduo reconfigurar seu cotidiano, as “artes de fazer” que modelam e remodelam as condições que lhe são oferecidas, resignificando cada uma delas.

Ainda analisando as reconfigurações que os indivíduos são capazes de fazer no seu dia a dia, Certeau (1994) analisa as “bricolagens”, as possibilidades de moldar o cotidiano a revelia do que lhe é imposto, como diz o autor, a possibilidade do dito “homem ordinário” elaborar suas resistências ou suas micro-resistências que possibilitam pequenas fagulhas de liberdade. Sendo assim, percebe-se o cotidiano como um espaço não rígido, e sim, possível de ser moldado perante as vicissitudes do dia a dia, possibilitando pequenas rotas de fuga.

Assim como ocorre na Fábrica de Tecidos de Camaragibe, Certeau (1994) analisa o cotidiano como um espaço “político” e não apenas um espaço de mera reprodução do que é imposto, mas sim um espaço onde questões políticas, religiosas e econômicas se fazem presentes. É justamente isso que vemos em Camaragibe, as organizações internas da fábrica, sejam as sociedades de mútuo socorro, os grupos religiosos ou espaços dos operários onde eles remodelam e criam suas redes no cotidiano fabril.

As micro-resistências se fazem também no âmbito das festividades, sejam as de viés religioso, que estão programadas pela Fábrica de Tecidos de Camaragibe, sejam as

¹⁰⁰ Bricolagem seria como diz Certeau, uma “apropriação indébita”, a capacidade de recriar e reinventar o cotidiano (improvisado) buscando formas de superar as adversidades com as armas que lhe são oferecidas e assim busca sua sobrevivência e atender seus interesses, mesmo em um território não favorável. (CERTEAU 1994)

festividades como Carnaval ou outras pagãs. Ambas representam uma continuidade da rotina dos trabalhadores, no entanto, nas festividades, os trabalhadores têm uma maior liberdade, possibilitando que venham à tona posicionamentos que são silenciados no dia a dia.

Porém, é preciso critério ao analisar tais festividades, tendo em vista que documentos internos da fábrica dão conta que as festividades deveriam ocorrer dentro da maior organização possível, não permitindo assim comportamentos desviantes. Dessa forma, em reunião da CIPER, “Os nossos votos são que ela possa progredir e sempre existir com garbo, porém contida ao mesmo tempo nos limites do justo e do honesto”.¹⁰¹ As festividades na Fábrica de Tecidos de Camaragibe tinham como intuito além de reforçar a fé cristã (através das festas religiosas), amainar o peso da vida cotidiana. Carlos Alberto de Menezes, em reunião com os acionistas da fábrica, se mostrava firme em seu posicionamento que, mesmo em momentos de crise, as associações recreativas deveriam ser mantidas o quanto fosse possível, uma vez que elas representavam não apenas um mero divertimento ao operário, e sim parte do plano de moralização em curso na fábrica, “Elas são indispensáveis, pois trazem sempre alegria ao espírito após o trabalho penoso como é o nosso”¹⁰² já que seria muito difícil o operário suportar a dureza do trabalho cotidiano sem essas associações recreativas.

Entre as ditas posturas desviantes que preocupavam os patrões nas festas que ocorriam dentro das vilas operárias, estava o risco das bebidas alcoólicas. O discurso higienista havia exposto que os maus hábitos da classe operária tinham sua gênese nas bebidas alcoólicas que estavam ligadas aos bares e à prostituição. Dessa forma, as vilas operárias, que foram formadas com intuito também de moralização do trabalhador, seriam veementemente contrárias a tal postura, uma vez que estariam colocando em risco o ideal burguês de trabalhador ordeiro e sadio.

Que a estratégia norteadora da intervenção dos higienistas sociais na remodelação das cidades consiste, então em separar os corpos, designando a cada um deles um lugar específico. O enquadrinhamento científico rigoroso da população trabalhadora facilita a empresa de desodorização das casas e das ruas, enterdita os contatos estreitos, permite exercer um controle científico-político do meio. Destruir os miasmas é também destruir os odores da corrupção moral (RAGO, 1985, p.165).

Rago, na citação acima, é claramente influenciada por Foucault (1977) no que diz respeito à disciplinarização dos corpos, mais especificamente no que tange à classe trabalhadora. No entanto, a disciplina não se faz presente apenas no ambiente fabril já que nos

¹⁰¹ Corporação Operária de Camaragibe, 7º Relatório 1906. p. 11.

¹⁰² 11º Relatório da CIPER, 1908. p3

momentos de folga, mesmo no perímetro da vila, os trabalhadores ainda estão sob a tentativa de vigilância dos diretores e daqueles encarregados pela manutenção da “ordem”. Seguindo a mesma linha de Rago, Chalhoub (2008) também se propõe a analisar como se dava o processo de sociabilidade entre os trabalhadores e os possíveis receios e medos que isso traria para as elites industriais. Os bares e botequins eram representados como ambientes propícios à degeneração dos hábitos onde os vícios no álcool e no jogo seriam acompanhados pela prostituição e a consequente dilaceração dos preceitos religiosos “ensinados” na fábrica.

Por mais que uma boa convivência entre patrões e empregados fosse o intuito da organização cristã que se impunha dentro da fábrica de tecidos de Camaragibe, houve momentos em que eclodiram conflitos pelos mais diversos motivos. Para a diretoria, seria interessante a convivência mais próxima possível, com o intuito de estar sempre à espreita das ações dos operários, em contrapartida, aos operários era interessante maior autonomia para tocar as decisões de acordo com o que era decidido entre eles.

Havia uma distorção entre o que era alardeado pelos diretores da fábrica e o dia a dia nos intramuros em Camaragibe e não era apenas no tocante às relações entre patrões e empregados, como foi visto nas citações anteriores. Além do plano moral, com respaldo do catolicismo social pautado nos princípios da *Rerum Novarum* que buscava criar uma relação em que os conflitos fossem resolvidos sem recorrer às greves e protestos, o que poderia aproximar os operários das ditas “ideologias vermelhas”, estava nos planos dos diretores das vilas operárias que as mesmas fossem espaços de contraponto à dita desordem urbana, às pestes, às doenças, aos vícios e tudo aquilo que pudesse, em alguma esfera, macular o corpo e a mente do trabalhador.

Como mostramos anteriormente, a salubridade era tida como uma das questões mais importantes para a manutenção do bem estar porque havia entre as elites, respaldadas pelos saberes higienistas, o discurso que um ambiente insalubre contribuiria para a degradação moral da classe trabalhadora e daqueles que estivessem no mesmo espaço.

No entanto, em contato com a documentação, conseguimos identificar mais uma vez pequenos “furos” entre o que era alardeado pelos donos da fábrica, como habitações limpas, e ambientes salubres, e a realidade como bem nos mostra essa resposta da fábrica sob uma denúncia de ratos em suas instalações.

Sobre a suposta boa higiene: Na qualidade de médico da corporação operaria da fabrica de Camaragibe, em substituição ao estimado colega Dr Eduardo Wanderley, medico efetivo da referida corporação, atualmente ausente desta capital, cumpre-se o dever de contestar em absoluto a carta publicada no

vosso conceitual jornal de hoje sobre a situação sanitária dessa localidade. Há cerca de um mês e dez dias, os redatores noticiaram que haviam ratos mortos em uma das secções da fábrica, que em seguida se confirmaram em três casos de peste negra, levando duas pessoas a serem vítimas fatais. As providências estão sendo tomadas pelo Dr Wandreley e pelo gerente Pierre Collier. Essas providências consistiram em rigoroso isolamento dos doentes, desinfecção completa de todo o prédio da fábrica, desinfecção essa feita pelo pessoal da repartição de higiene do estado. Posso garantir que até o presente mês de setembro, não houve nenhum outro registro de enfermidade ou ocorrência advindo de um mau sanitário.¹⁰³

Inicialmente, nos chama atenção o fato de haver ratos mortos dentro da fábrica, uma vez que o discurso propagado pelos diretores da fábrica é que a salubridade e a higiene estariam presentes por todo o perímetro fabril. Situar a fábrica como local oposto ao centro tido como “insalubre” era uma das propagandas das vilas operárias, o que reforçava, em tese, o seu discurso de ambiente “propício” para o trabalhador desempenhar suas funções de forma correta e manter a sua “dignidade” para os padrões burgueses. No entanto, segundo o trecho acima, três casos de peste negra foram confirmados dentro da fábrica de tecidos de Camaragibe, o que demonstra que havia uma distorção entre o que era alardeado pelos donos da fábrica, com intuito de enaltecer seus atos, e o que era dito pelos operários.

Ainda sobre o aspecto da saúde, uma epidemia de varíola em 1905 acometeu a capital pernambucana e a fábrica de Camaragibe, através do seu corpo diretivo, incidiu mais uma vez sobre o corpo dos operários, dessa vez sobre a obrigatoriedade da vacinação sob pena de multas ou, em último caso, demissão da fábrica e expulsão da vila.

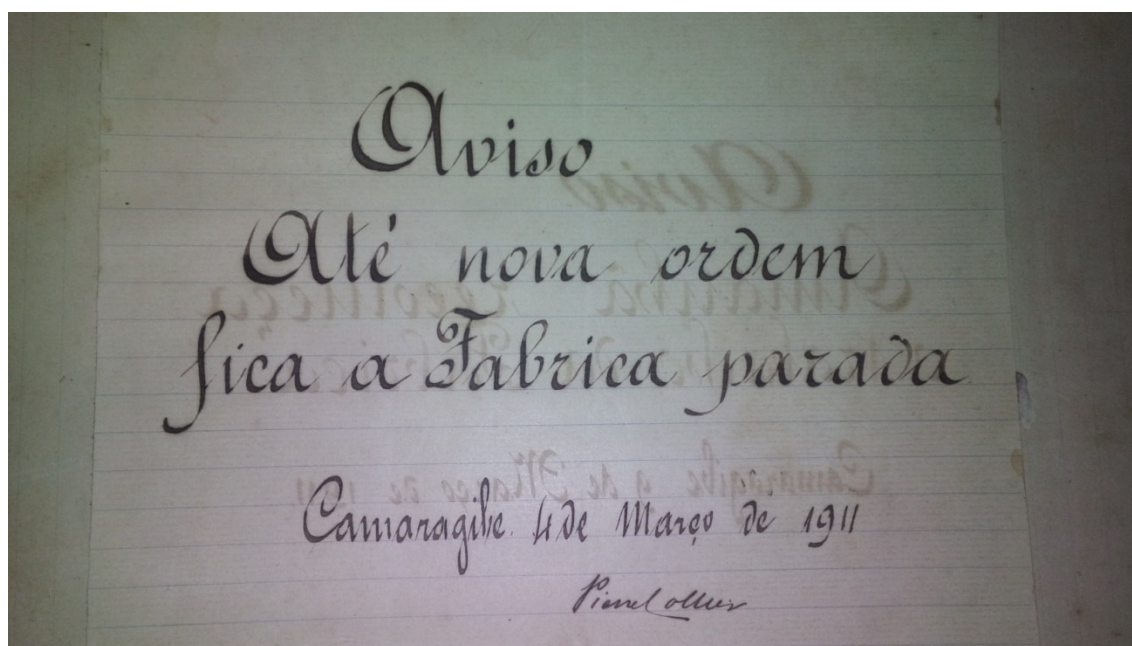
Dificuldades da propagação da vacinação entre os operários de Camaragibe, pois sua resistência poderia também ter estreita relação com a pouca eficiência da vacina empregada e não ser motivada meramente por uma suposta ignorância da sua parte como era defendida pelas autoridades da época e repetida pelos membros da Corporação Operária. A decisão de reagir contra essa resistência, através de imposições normatizadoras e autoritárias como o isolamento, remoção, multa, proibição de acesso à escola, elaboração de estatísticas, também fazia parte do mesmo paradigma autoritário e elitista que fundamentava o projeto de disciplinamento social em curso na Primeira República. (LIMA, 2012 p.133)

Como foi dito anteriormente, o plano “moral” dos idealizadores da Fábrica de Camaragibe era utilizar a religião como efeito apaziguador para as tensões entre patrões e empregados. Dessa forma, ao longo dos documentos, não são raras as menções a “tranquilidade” e a “amizade” que havia entre a classe trabalhadora e os patrões.

¹⁰³ Jornal Pequeno. 1/05/1916. p. 8.

No entanto, em um exercício um pouco mais minucioso, é possível perceber que a Fábrica de Tecidos de Camaragibe não estava protegida de tais males como acreditava, ou como gostariam que fosse alardeado. Infelizmente, por insuficiência na documentação, não foi possível adentrar como gostaríamos nas questões que fizeram eclodir uma greve e os seus desdobramentos. No entanto, graças a recortes de jornais e documentos internos da fábrica alertando que os serviços estavam paralisados sem data prévia para retorno, foi possível a investigação de tal contexto.

Imagem IV – Início da greve



Entre as documentações encontradas no acervo de Camaragibe, essa é uma das poucas menções feitas à paralisação dos trabalhos. No entanto, não se pode afirmar o motivo, pois não ocorre nenhuma justificativa em relatórios mensais ou anuais esmiuçando as questões que levaram ao fato, talvez na tentativa de não valorizar a greve, para que não se fizesse a “propaganda” para os operários ou até mesmo para permanecer com a imagem de Fábrica que não foi “atacada” pela luta de classes.

Dessa forma, para que mais informações sobre a greve em Camaragibe fossem obtidas, foi preciso recorrer a outras fontes, entre elas o *Jornal Pequeno*, de cunho editorial mais próximo às demandas operárias. Contando com esse respaldo, conseguiram expor, através das palavras dos diretores do *Jornal Pequeno*, a sua versão para os fatos.

Os operários nos relataram que na ultima quarta feira, o Sr Pierre Collier, gerente da fábrica, ao termino do trabalho, anunciou que a diretoria havia

resolvido baixar os salários em 30%, esperando que todos se submetessem a essa notícia sem protesto, para boa marcha dos serviços diários. Os operários não protestaram porem mostraram-se insatisfeitos com as mudanças e propuseram que Pierre intervisse junto à diretoria da fábrica, a fim de revogarem a decisão. Collier recebeu inicialmente em tom agradável as reivindicações dos operários, e lhes assegurou que seus direitos seriam mantidos. Satisfeitos, os operários aos seus trabalhos, aguardando o cumprimento da promessa de Collier. Diante seguinte Collier afirma que os diretores não estariam dispostos a revogar a sua decisão, e que através do coronel Ernesto Pereira Carneiro que a fábrica iria fechar as suas portas a todos os operários que não voltassem imediatamente aos seus postos. Diante disto os operários resolveram permanecer em greve, tendo ate ontem apenas funcionando as secções onde trabalham as mulheres e crianças. A maioria dos operários em greve são das secções de preparar, fiar e urdir. A mesa comissão declarou-nos ainda que a atitude dos grevistas é a mais pacífica possível. A greve que se manifestará por secções, tornou-se quase geral, depois de ter um soldado da força comandada pelo capitão José Muniz de Almeida, e que ali se acha para manter a ordem, tirado a força o cigarro da boca do operário João Lourenço. Nessa ocasião houve um certo sussurro que os operários classificaram de “assanhamento”, sem contudo passar disto em respeito, conforme confessaram, não só aos diretores da fábrica, como ao capitão José Muniz que contrariou o procedimento do policial e tomou providencias para que fato idêntico não se reproduzisse. Dessa forma formaram comissões sendo uma delas encarregada de levar o assunto a conhecimento do governador. Os operários, no exercício do seu direito, fizeram ao Sr gerente, as reclamações no sentido de conservar as mesmas diárias aos referidos operários, que já era insignificante, mal podendo servir para as primeiras despesas, ficando de nenhum efeito a resolução tomada na diminuição de 30% em ditas diárias. O Sr gerente magoando-se com semelhante reclamação, toda de caráter pacífico, mandou chamar os 28 reclamantes e despediu os, assim como uma respeitável viúva com quatro filhos pequenos. Tudo isso os operários ouviram sem defesa. Agora o Sr gerente espera que em um prazo de 24 horas todas as numerosas famílias desocupem as casas em que moram. É a isso que chamam de greve, e é contra isso que rogamos, que clamem pela justiça que nos ampara, invocando a proteção das autoridades em favor dos oprimidos (Jornal pequeno, 05/03/1922, p.5).

O estremecimento das relações se fez sentir de forma mais enfática no momento em que a fábrica incidiu com maior força sobre os salários dos operários. Talvez imaginando não haver grande resistência por conta das ações moralizantes da religião, ou contando com o receio, por parte dos trabalhadores, de um enfrentamento e perder o direito à casa e não ter para onde ir. No entanto, os operários se organizaram, foram até Pierre Collier e, segundo a documentação, além da boa recepção, tiveram a garantia de seus direitos, voltando ao trabalho normalmente. Porém, além de ter a redução confirmada, foram obrigados a voltar ao trabalho imediatamente, caso contrário deveriam desocupar as casas que moravam e ir embora de Camaragibe.

A fábrica teve suas atividades paralisadas, como mostra a imagem acima, e já que não foram encontradas na documentação muitas informações a respeito da paralisação, foi necessário um cruzamento de documentos para que chegássemos a tais questões. Como foi dito anteriormente, o fato de a greve não estar relatada nos documentos mensais da fábrica nos dá a sensação de que seria uma tentativa, por parte dos diretores, de não fazer “propaganda” da causa operária e não incentivar levantes semelhantes.

No entanto, não podemos analisar tal movimento ocorrido na Fábrica de Tecidos de Camaragibe de modo isolado. É importante contextualizá-lo para que possamos compreender que, embora os operários estivessem em uma situação específica, ao morar na vila, eram trabalhadores, operários, e que as primeiras décadas do século XX foram marcadas por lutas por melhores condições de trabalho e salário.

Recife representava um dos polos industriais mais importantes do país no momento, a própria Fábrica de Tecidos de Camaragibe era uma das têxteis mais importantes do país.

Em 1900 [Recife], tinha uma população de 113.106 pessoas, passando para 238. 843 em 1920, haviam sido instaladas cerca de 113 estabelecimentos industriais, enquanto entre 1900 e 1909, mais de 33 iniciaram suas atividades. (REZENDE, 1981, p.42).

Segundo o trecho citado acima, a atividade industrial em Recife estava em alta, no entanto, concomitante ao avanço industrial, as questões trabalhistas ganhavam maior notoriedade. Homens e mulheres lutaram por melhores condições, uma vez que não podiam contar com respaldo dos poderes públicos que por diversas vezes estavam inseridos na esfera de produção como donos de usinas de açúcar e as tradicionais fábricas têxteis (ARAÚJO, 2015). Para que possamos compreender de melhor forma que não se tratou de um fato isolado de manifestação em Camaragibe, podemos perceber que os trabalhadores, no início do século XX, já davam sinais de organização e reivindicação.

Em 1903, os operários da The Great Western of Brazil Railway Company Limited paralisaram os trens exigindo melhores salários e chegaram a ser ameaçados pelo cônsul inglês. O mesmo tipo de greve se repetiu em janeiro de 1909, quando os trens ficaram paralisados por 12 dias. Devemos considerar que a classe trabalhadora pernambucana tinha pequena presença de estrangeiros, diferentemente dos estados do sudeste. [...] Apesar da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) absorver as atenções políticas do país, os trabalhadores pernambucanos não deixaram de reivindicar. Já no final do governo de general Emídio Dantas Barreto (1911-1915), surgiram greves. Os trabalhadores, sem terem perspectivas ou direitos, demonstravam insatisfação com a jornada de trabalho, que variava de 10 a 14 horas e com baixos salários arbitrados pelos patrões, aumentavam suas reivindicações.

Logo depois, assumiu o governo Manoel Antônio Pereira Borba (1915-1919) que, no período 1916-1919, enfrentou novas ondas de greves e de outras manifestações, devido à situação econômica. (AQUINO, 2009, p.210. Apud: ARAÚJO, 2015).

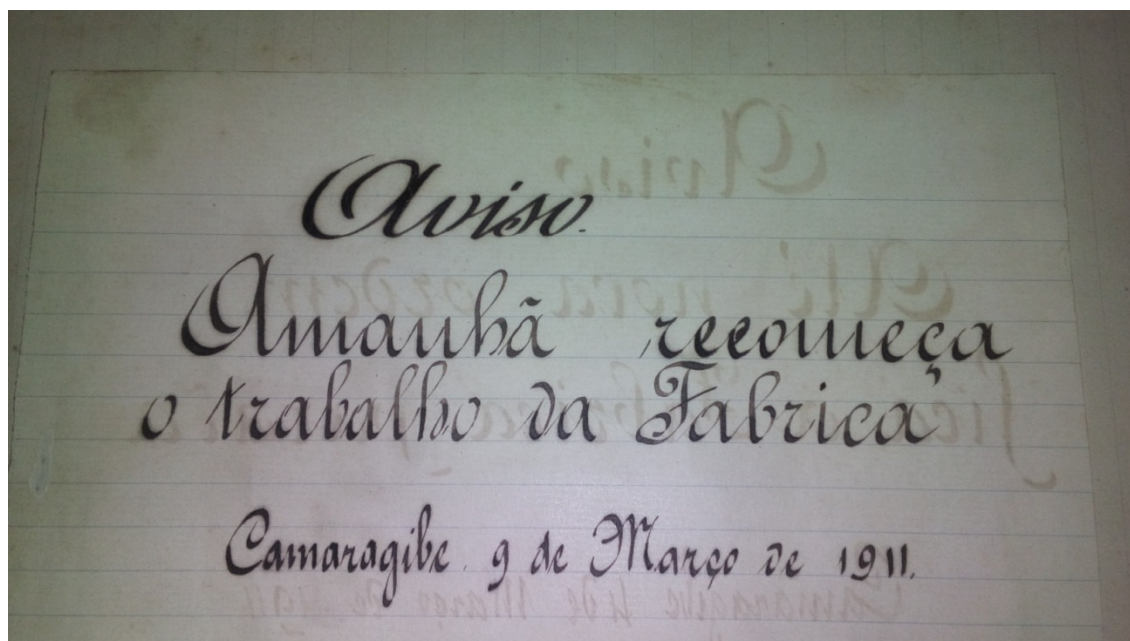
Em um artigo que versa sobre as movimentações operárias no tocante a greve em Pernambuco no início do século XX, Araújo (2015) afirma que as reivindicações não brotaram apenas por conta das condições específicas da vila de Camaragibe. Dessa forma, utilizando as análises do historiador Luiz Otávio Cavalcante (2013) que nos apresenta a figura de José Elias como um militante importante na luta por melhorias nas condições de vida da classe trabalhadora, inclusive refletindo na greve geral de 1917¹⁰⁴ e que as ações empreendidas um ano antes da greve em Camaragibe iriam refletir não apenas na capital recifense, mas na interiorização da luta chegando até o município de Garanhuns.

Os anos de 1910 em Pernambuco foram marcados por intensa agitação política e social. Três episódios acentuaram a instabilidade que afetou a sociedade naquela época. O primeiro, em 1914, foi a criação da Federação Operária de Pernambuco, animada por incansável militante social, o estivador José Elias. Ele era enviado especial ao Segundo Congresso Operário Brasileiro. O segundo episódio, ocorrido no interior do Estado, constituiu grave ocorrência política conhecida como “hecatombe de Garanhuns”. Tratou-se de violenta briga entre famílias com violentas mortes. Na verdade, configurava-se dolorosa transição do patriarcado rural da região para um patriarcado urbano emergente. O terceiro episódio, acontecimento de repercussão no Estado, foi a greve de operários da Pernambuco Tramways. A paralização, iniciada com mera disputa corporativa entre empresas e funcionários, assumiu maior dimensão e imobilizou a economia estadual durante vários dias. Pernambuco operário começava a participar da grande política. [...] Em Pernambuco, política sempre teve três nomes: federalismo, alternância de poder e voto. Com breves interrupções, feitas de arbítrio e exceção. Nos anos 20, a história e Pernambuco marcada por movimentos sociais e transformações importantes: a fundação do Partido Comunista Brasileiro – PCB, o Movimento Regionalista e as reformas do governador Sérgio Loreto. A agonia da República Velha talvez tenha começado em Pernambuco. (CAVALCANTE, 2013, p.95. Apud: ARAÚJO, 2015).

Infelizmente, não encontramos maiores informações sobre essa greve de maneira que pudéssemos compreender o seu início e o desfecho, sendo encontrados apenas dois relatos, o primeiro, postado mais acima, com o aviso que as atividades estavam suspensas, e outro informando que a fábrica iria retornar seus trabalhos normalmente.

¹⁰⁴ Sobre a greve geral de 1917. BARROS, Souza. A década 20 em Pernambuco. Pag.77 II Edição Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1985.

Imagem V – Término da greve



Ainda que de maneira inconclusa, sem grandes informações sobre como se deram as negociações (se houve), pelas duas imagens fornecidas pela fábrica dando conta de paralisação no dia quatro de março de 1911 e volta no dia nove do mesmo mês, podemos afirmar que houve uma grande adesão dos trabalhadores da fábrica, uma vez que, de acordo com o censo realizado em 1909, mil e quinhentas pessoas residiam em Camaragibe.

Uma pequena manifestação, ou dissabor entre patrões e empregados, não seria suficiente para cancelar quase uma semana de trabalho em uma fábrica tão importante e numerosa. A distorção entre o que era dito pelos patrões, com as supostas relações amigáveis, que a luta de classes não tem vez, que a salubridade está na ordem do dia e que os salários são pagos de forma a proverem todas as necessidades básicas do operário passam a ser questionáveis diante do exposto. O vivido pelos operários, o seu cotidiano, se constitui nas brechas dos discursos dos patrões e as distorções entre o que era alardeado e o que era vivido, compartilhado diariamente entre os operários, constituem o processo da formação da classe a partir da percepção das experiências compartilhadas em determinado espaço.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O intuito desta dissertação intitulada vilas operárias em Recife: Centros de ordem e exclusão na vila operária de Camaragibe (1900-1929) foi apresentar a Vila Operária de Camaragibe como espaço criado com o intuito de promover a exclusão e o ordenamento dos trabalhadores. Sendo assim, foi feita uma análise que contempla o surgimento das vilas como desdobramento da Revolução Industrial, não através do imperativo tecnológico, e sim como elemento do processo de amadurecimento do capitalismo, em que um maior controle sobre o corpo dos trabalhadores era imprescindível para que houvesse uma maximização dos lucros.

Inicialmente, nosso foco ao longo do primeiro capítulo foi analisar como a Revolução Industrial na Inglaterra esteve atrelada ao fenômeno do aumento demográfico que precarizou ainda mais as já combalidas estruturas urbanas no que tange à moradia, saneamento, iluminação e fatores que influenciaram diretamente na vida dos operários. Se o intuito da Revolução Industrial era maximizar a produção e, conseqüentemente, os lucros, através da sedentarização do operário, era preciso “cuidar” desse indivíduo, pois, na concepção dos industriais, não seria um operário exposto às doenças e pestes que iria produzir “mais e melhor” como era o sonho das elites industriais.

Em um momento de expansão industrial, na passagem do século XIX para o século XX, diversas experiências foram observadas pelo Brasil. Dessa forma, tivemos como intuito trazer à tona a experiência ocorrida em Camaragibe. A sua estrutura interna, os discursos de Carlos Alberto de Menezes, idealizador da fábrica, e dos diretores e a vivência dos operários nesse ambiente. No entanto, ao invés de nos atermos unicamente à Fábrica de Tecidos de Camaragibe, achamos por bem contextualizá-la com os acontecimentos em Recife, o que nos permite visualizar as forças que influenciaram a sua implantação e o seu conceito de ordenamento e salubridade.

A implantação de Vilas pelo Brasil vem atender a uma demanda da nova burguesia industrial, que desejava criar um novo espaço para os trabalhadores operários habitarem, um local que fosse análogo a sua moradia. Sendo assim, conceitos de salubridade e higienismo foram abordados ao longo do trabalho com o intuito de analisar como a classe operária era representada pelas elites locais. Entre as representações, estava o “problema” da casa, posta como local irradiador das doenças contagiosas e dos maus hábitos que eram associados à classe operária.

Foi assim, contando com o auxílio dos médicos e da imprensa, que cada vez mais os operários foram tendo seus hábitos e costumes observados e estigmatizados por aqueles que

prometiam uma cidade moderna, segura e longe das epidemias tão comuns no século XIX e início do XX. Obras de modernização foram implantadas pela cidade seguindo a tendência de romper com os traços do Brasil escravista, tendo como consequência a criação de parques, alargamento de ruas e avenidas e o combate às habitações populares, sendo os cortiços e os mocambos os alvos prediletos dos médicos e sanitaristas do período.

A organização espacial da fábrica proporcionou a análise de como a direção desejava um ordenamento do trabalhador e como a religião foi importante na tentativa de alcançar tal feito (trabalhador ordeiro e saudável). A encíclica *Rerum Novarum* estava presente nos discursos dos donos da fábrica, no conteúdo escolar das crianças, nas festas religiosas e em diversos aspectos. Entre os objetivos deste trabalho, estava o intuito de mostrar as discrepâncias existentes entre o que era alardeado como “a realidade da fábrica”, na visão dos diretores, e alguns acontecimentos do dia a dia, que contradiziam a suposta docilidade dos trabalhadores dos intramuros de Camaragibe. Discussões, acusações e inclusive uma greve, o maior medo dos industriais, foram eventos que fizeram parte da história da vila.

O cotidiano do trabalhador, o seu modo de vida, é alterado pela vigilância e pelas tentativas de ordenamento, no entanto não se pode cair na armadilha de afirmar que o operário foi passivo, omissos ou cordial diante de tal cenário. Se havia o paternalismo por parte de Carlos Alberto de Menezes, houve reclamações por melhores salários. Os operários não silenciaram nos anos analisados aqui neste trabalho.

Conclui-se então que a Vila de Camaragibe foi um espaço projetado com o intuito de maximizar a produção, sendo necessário para tal objetivo um trabalhador ordeiro, saudável e que estivesse o mais próximo possível do seu ambiente de trabalho. A tentativa de obter uma maior produção, com baixos custos e tendo cada vez mais um controle do operário ainda marcam o sistema capitalista, que, apesar de não contar com o modelo das vilas nos dias atuais, ainda utiliza tentativas de cerceamento e vigilância da classe trabalhadora. O panóptico não saiu de moda.

Se na Fábrica de Camaragibe os portões fechavam em horário determinado, os guardas estavam atentos a qualquer tentativa de sublevação. Hoje, as câmeras e os pontos eletrônicos são tentativas de ter um maior controle sobre o trabalhador. O capitalismo utiliza seu poder de metamorfose para recriar os meios de controle e dar vazão a seu intuito de produzir mais e melhor e, nesse intuito, a modernidade ainda não conseguiu fazer da figura do trabalhador algo secundário ou dispensável. Se no Ludismo¹⁰⁵ os operários quebraram máquinas, pois

¹⁰⁵ O Ludismo representou um movimento que contestava a mecanização da produção, por acreditar que as máquinas tiravam o emprego dos trabalhadores, focando as suas ações na destruição das mesmas. Ver mais:

acreditavam que elas tomavam seus empregos, no capitalismo ainda não foi criada nenhuma máquina que freasse a exploração do trabalhador, ao contrário, técnicas são recriadas e aperfeiçoadas para o “dom” natural do capitalismo, para que o sistema possa triunfar, o lucro acima, o trabalhador abaixo.

A construção desse trabalho não se construiu sem sustos. O acesso à documentação e o estado de conservação de alguns materiais por vezes inviabilizaram análises e apontamentos que estavam sendo feitos. Esse problema foi percebido principalmente no contato com os jornais, nos “obrigando” a remeter nossas lentes às documentações internas da fábrica. Embora fosse um desvio ao que estava previamente planejado, o contato com Atas de Reuniões e Listas de Pontos que eram debatidas nas associações internas, sejam de viés religioso ou recreativo, nos aproximaram um pouco mais da vivência dos moradores na vila.

O que poderia ter sido um problema, na realidade transformou-se em algo instigante, pois essa documentação permitiu vislumbrar pela fechadura da porta da fábrica, pela chaminé de Camaragibe, um pouco dos sujeitos, as festas, as escolas, as intrigas e sair do discurso dito oficial, que se apresentava sem vida. Havia vida em Camaragibe e a vida não se construiu apenas de forma linear, sem percalços, sem atropelos. Os anos analisados foram marcados não pela frieza das mensagens de Carlos Alberto de Menezes nos relatórios da CIPER, já citados ao longo do trabalho, afirmando estar tudo bem e na mais perfeita ordem, a vida em Camaragibe também se mostrava real nas insatisfações, nos questionamentos.

Por fim, estudar a implantação das vilas no Brasil e como a vida dos operários se organizava dentro dessa estrutura é parte importante da história da classe trabalhadora no Brasil. Por vezes, a maior ênfase dada às associações, sindicatos e movimentos grevistas toma para si um grande holofote, no entanto, as vilas, implantadas em grande parte no final do século XIX e início do XX, nos propiciam uma análise rica em um contexto específico em que operários viviam em simulacros de cidades promovendo mudanças no convívio com outros trabalhadores e com seus patrões.

REFERÊNCIAS

Arquivo Público de Pernambuco. Jordão Emerenciano.

Periódicos.

A Província – 1902/28

Jornal do Commercio – 1921/23

Jornal Pequeno – 1916/1921

Diário de Pernambuco – 1909/21

Jornal do Recife – 1908

Acervo da FUNDAJ – Fundação Joaquim Nabuco.

Revista de Pernambuco, dezembro/1924

Revista da cidade. Setembro/1923

Relatórios da CIPER:

Estatutos da CIPER, de 1891.

3º Relatório da CIPER- 1895.

11º Relatório do CIPER. 1902

15º Relatório dos acionistas da fábrica de Camaragibe. P.20. Ano: 1906

Assembleia geral dos acionistas da CIPER

Corporação Operária de Camaragibe, 1º Relatório 1901.

Pasta Miscelânea

Ata da corporação operária de Camaragibe, 1904. Fundaj, Coleção Fábrica de Camaragibe, Série Miscelânea, Pasta 3.

Série Miscelânea, Pasta 03. Acervo Fundação Joaquim Nabuco. Sessão de 28 de junho de 1905.

Programação da Festa do Sagrado Coração de Jesus - Pasta 17.

Pasta Intelectual

Companhia Industrial Pernambucana, 6º Relatório, 1897. Série Produção Intelectual, Pasta 08.

Histórico da Escola da Companhia Industrial Pernambucana (1902 – 1982).

BIBLIOGRAFIA

AQUINO, Rubim Santos Leão de; MENDES, Francisco Roberval; BOUCINHAS, André Dutra. **Pernambuco em chamas: revoltas e revoluções em Pernambuco**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2009.

ARANHA, Maria Lucia de Arruda. **História Geral da Educação e da Pedagogia: geral e do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

ARIES, Philippe, DUBY, Georges (Org.) **História da vida privada**. São Paulo: Companhia das Letras. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

ARRAES, Marcos A. M. S. **O Recife e as lógicas modernizantes na segunda metade do Século XX: cultura de consumo nas cidades**. Revista Cadernos de Olinda, Recife, ano 1, v. 2. 2004.

ARRAIS, Raimundo. **O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX**. São Paulo: HUMANITAS/ FFLCH/USP, 2004.

AZEVEDO, Ferdinand. **Ação social católica no Brasil: corporativismo e sindicalismo**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

BANDEIRA, Manuel “Evocação do Recife”. In: **Poesia completa e prosa**. RJ: Nova Aguilar, 1977.

BARROS, Souza. **A década 20 em Pernambuco**. II Edição Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1985.

BATALHA, Cláudio H. M., A historiografia da classe operária no Brasil: Trajetória e tendências. In FREITAS, M. C. (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2003.

BENJAMIN, Walter. "Paris, Capital do Século XIX"; In BENJAMIN, Walter Benjamin, **Col. Grandes Cientistas Sociais**, São Paulo, Ática, 1985.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é Sólido Desmancha no Ar**; São Paulo, Cia das Letras, 1988.

BRESCIANI, M^a. Stella. **Londres e Paris no Século XIX**. O Espetáculo da Pobreza. Tudo é História, São Paulo, Brasiliense, 1990.

CAMARA, Sônia. Sementeira do Amanhã: O Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância e sua perspectiva educativa e regeneradora da criança pobre. In: **Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação**. Uberlândia.

CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, Marcus J. M. de. **Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo**. Recife, 1822-1850. 1 ed. Recife: Ed. da UFPE, 2002

CAVALCANTE, Luiz Otavio. **Pernambuco: uma história política**. Recife. Bagaço, 2012 (1º tiragem) 2013 (2º tiragem).

CERTEAU, Michel. **Invenção do cotidiano**. Artes de fazer. 3º edição. Editora Vozes. 1998.

CHALHOUB, Sidney. **A cidade febril**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. Campinas, São Paulo: Editora: UNICAMP. 2001.

COLLIER, Eduardo. Carlos Alberto de Menezes: **pioneirismo sindical e cristianismo**. Recife: Digital Grapp edit. 1996

CORBIN, Alain — **Saberes e Odores**. São Paulo, Cia. das Letras, 1987.

CORREIA, Telma de Barros. **De vila operária a cidade-companhia: as aglomerações criadas por empresas no vocabulário especializado e vernacular**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, n. 4, maio 2001.

CORREIA, Telma de Barros. **Moradia e trabalho: O desmonte da cidade industrial**. Anais do VII encontro nacional da ANPUR. Rio de Janeiro 1997.

CORREIA, Telma de Barros. **Moradia e trabalho: o desmonte da cidade empresarial**. Anais do IX nacional da ANPUR. Rio de Janeiro. 2001

COSTA, Lúcio. **Sobre arquitetura**. Porto Alegre: Centro de Estudantes Universitários de Arquitetura, 1962.

COUCEIRO, Sylvia Costa. **A sedução da noite nos cafés do Recife dos anos 1920: entre prazeres e transgressões**. Anais do XXIV Encontro Nacional da ANPUH. 2007

DECCA, Edgar De. **O Nascimento da Fábrica**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

DOMINGUES, Luís Manuel. **O processo de industrialização em Pernambuco (1890-1920)**. Revista Symposium, Recife, ano 4, n. 1, p. 57-76, jan./jun. 2000.

ELIAS, N. **O processo civilizador**. Vol.II. Formação do Estado e Civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador: uma História dos Costumes**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

ENGELS, Friedrich, **1820-1895 A situação da classe trabalhadora na Inglaterra** tradução B. A. Schumann. São Paulo : Boitempo, 2010.

FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)**. São Paulo: Difel, 14ª. Ed, 1986.

FEITOSA, Polycarpo. **Dois Recifes**. Coleção Pernambuco. Editora CEPE. 2016.

FERREIRA, E. F. **A História do tiro ao alvo**. Porto Alegre: Pallotti, 1986.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**; Rio de Janeiro, Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território e população**. Martins Fontes. 2008.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis, Vozes, 1987.

FREYRE, Gilberto [1933] (1971). **Casa-Grande e Senzala**. Rio de Janeiro: Aguilar.

FREYRE. 1933. SILVA, Jorge Fernandes Da. **Vidas que não morrem**. Recife: Departamento de Cultura, 1982.

GOMINHO, Zélia, de Oliveira. **Veneza Americana X Mucambópolis: o Estado Novo na cidade do Recife (Décadas de 30 e 40)**, Jaboatão dos Guararapes-PE: Ed. do Autor, 2007.

HOBBSBAWM, Eric J. **A Era das Revoluções. (1798-1848)**. 35º ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2015

LEÃO XIII. **Rerum Novarum**. Carta Encíclica sobre a condição dos operários. São Paulo: Loyola, 2002

LEITE LOPES, José Sergio. **A Tecelagem dos Conflitos de Classe na “Cidade das Chaminés”**. São Paulo: Marco Zero & Brasília-DF: Editora da UnB em co-edição com MCT/CNPq, 1988.)

LIBANIO, J. B. **Jovens em tempo de Pós-modernidade**. Considerações socioculturais e pastorais. São Paulo: Loyola, 2004.

LIMA, Lucio Renato Mota. **O apostolado dos patrões: limites e possibilidades de um plano industrial disciplinar religioso em uma fábrica têxtil (Camaragibe, 1981-1908)**. Dissertação. Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2012

LIRA, José Tavares Correia de. **Mocambo e Cidade: Regionalismo na Arquitetura e ordenação do espaço habitado**. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

LOPES, Gustavo Acioli. **A Cruzada Modernizante e os Infiéis no Recife, 1922-1926**. UFPE. 2003

LUBAMBO, Cátia Wanderley. **O bairro do Recife: entre o Corpo Santo e o Marco Zero**. Recife: CEPE, Fundação de cultura cidade do recife, 1991.

MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro. **Signos em confronto? O Arcaico e o Moderno na Cidade de Princesa (PB) na Década de 1920**. João Pessoa: editora da UFPB, 2010.

MELLO, Juçara da Silva Barbosa de. **Fios da rede: industrial e trabalhadores na criação e expansão de um grupo empresarial (1920-1949)** Tese de doutorado. PUC/RJ. Ano: 2012.

MELLO, Evaldo Cabral. **O Negócio do Brasil - Portugal, os Países Baixos e o Nordeste 164/-** Rio de Janeiro; Topflooks. 1998

MELO, Maria das Neves Medeiros de. **Migração de retorno: distribuição espacial e dinâmica econômica no Estado de Pernambuco**. Recife: 2014.

MÉSZÁROS, István. **A Teoria da Alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo. 2006.

MIRANDA, Humberto. **Meninos, moleques, menores... Faces da infância no Recife 1927 – 1937**. UFPE. 2008.

MOREIRA, Fernando Diniz. **A Formação do Urbanismo Moderno no Brasil: as concepções do engenheiro Saturnino de Brito**; Recife: UFPE, 1992.

MOURA Esmeralda Blanco de. **Crianças operárias na recém-industrializada São Paulo**. In: PRIORE, Mary Del. **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004.

ORTIZ, Renato. **Cultura e Modernidade: a França no século XIX**. São Paulo. Editora Brasiliense, 1991.

PEREIRA, Tiago. Francisco. **Habitação popular, reforma urbana e periferização no Recife, 1920 – 1945**. UFPE. 2013.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**. Editora: Paz e terra. 1988.

PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque – reforma urbana e controle social (1860 – 1930)** Edições Demócrito Rocha, 4ª edição – 2010.

PONTUAL, Virgínia. **As narrativas sobre o urbanismo no Recife de ontem: marcos e referências da história urbana**. ANPUR – 2012

PONTUAL, Virgínia. **O urbanismo no Recife: Ideias e representações**. Revista de Estudos urbanos e regionais. N°2. 1999.

RAGO, M. **Trabalho feminino e sexualidade**. In: DEL PRIORE, M. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao Lar: A Utopia da Cidade Disciplinar, Brasil 1890-1930**; 2ª. ed, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite: prostituição e códigos de sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

REZENDE, Antonio Paulo de Moraes. **A classe operária em Pernambuco: cooptação e resistência (1900/1922)**. 1981. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas, 1981.

REZENDE, Antonio Paulo de Moraes. **Cadernos de historia: Manifestações operárias e socialistas em Pernambuco.** Recife: UFPE. 1987.

REZENDE, Antonio Paulo. **(Des)Encantos Modernos. Histórias da cidade do Recife na década de 20.** Recife: FUNDARPE, 1997.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. **Condições de trabalho na indústria têxtil paulista (1870 - 1930).** São Paulo: Hucitec; Campinas: Editora da Unicamp, 1988.

ROCHA, Artur. **Discursos de uma modernidade: As transformações urbanas na freguesia de São José. (1860-1880).** UFPE. 2003.

RODRIGUES, Leôncio M. **Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil.** São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966.

ROSA, Ana Lúcia Gonçalves. **Passos cambaleantes, caminhos tortuosos: beber cachaça, prática social e masculinidade- Recife/PE 1920-1930.** Dissertação de Mestrado em Historia. UFC/CE. 2003.

SCHWARCZ, Lilia Moritz, **Espetáculos das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Jorge Fernandes Da. **Vidas que não morrem.** Recife: Departamento de Cultura, 1982.

SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa de. **Lazeres permitidos, prazeres proibidos: sociedade, cultura e lazer em Campina Grande (1945-1965);** UFPE, Recife, 2002 – Doutorado em História.

TEIXEIRA, Flávio Weinstein. **As cidades enquanto palco da modernidade.** Dissertação (Mestrado). Recife: PPGH/UFPE, 1994.

TEIXEIRA, Flávio Weinstein. **Cenários de modernidade no Recife de princípios do século. V Seminário de história da cidade e do urbanismo.** (PUC-Campinas) 2001.

THOMPSON, E.P. **A formação da classe operária inglesa.** Editora: Paz e Terra. 1984

THOMPSON, E.P. **A peculiaridade dos Ingleses e outros artigos.** Editora: Unicamp 1998.

THOMPSON, E.P. **Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional.** São Paulo: Companhia das Letras. 2011.

TRAMONTANO, Marcelo C. **Paris-São Paulo-Tokyo: novos modos de vida, novos espaços de morar.** 1998. Tese (doutorado) – FAU-USP, São Paulo, 1998.

VIANA, Mônica Peixoto. **Habitação e modos de vida em vilas operárias.** USP. 2004.